UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Carlos Vinicius Xavier

**Análise sobre a concentração de terras na expansão da agroindústria
canavieira: estudo de caso na região de Andradina**

Versão corrigida

São Paulo

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Carlos Vinicius Xavier

**Análise sobre a concentração de terras na expansão da agroindústria
canavieira: estudo de caso na região de Andradina**

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof. (a) Dr. (a). Larissa Mies Bombardi.

Versão corrigida

São Paulo

2012

Ficha de aprovação

Autor: Carlos Vinicius Xavier

E-mail: cviniciusxavier@gmail.com

Orientadora: Prof. (a) Dr. (a) Larissa Mies Bombardi

Título: Análise sobre a concentração de terras na expansão da agroindústria canavieira: estudo de caso na região de Andradina.

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Prof. (a) Dr. (a) Larissa Mies Bombardi, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre na área de Geografia Humana.

Banca examinadora:

Prof. (a). Dr (a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. (a). Dr.(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. (a). Dr.(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aprovado em: _____

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

XAVIER, C. V.

Análise sobre a concentração de terras na expansão da agroindústria canavieira: estudo de caso na região de Andradina. – São Paulo, 2012.

177 p.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Orientadora: Bombardi, L. M.

1. Agroindústria Canavieira. 2. Expansão do Capital. 3. Reestruturação Produtiva. 4. Crise Financeira. 5. Concentração de Terras. I. Título. II. Bombardi, L. M., Orientadora.

CDD

Agradecimentos

Ao convívio nos grupos de estudo, aos trabalhos realizados junto à Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, meu agradecimento especial à Maísa e ao Fábio.

Às experiências vividas em campo, especialmente à receptividade dos moradores entrevistados no Bairro União e no assentamento Fazenda Primavera.

De maneira carinhosa aos amigos de Andradina e Nova Independência, que se não fosse à forte ligação que temos não teria sido possível a realização deste trabalho.

Meu muito obrigado a Thelminha, pelas sugestões que sempre abriram novas perspectivas, pelas correções gramaticais, pelos puxões de orelha e, principalmente, pelo incentivo.

Agradecimento especial à professora Larissa, por propiciar condições para que eu seguisse em busca de um amadurecimento no processo de aprendizagem – mesmo que tal busca tenha significado ao mesmo tempo um sempre presente risco de cometer equívocos, ou ainda de deixar lacunas que obviamente ainda precisam ser preenchidas.

***

Esta pesquisa foi financiada por bolsa de estudos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao qual reitero minha profunda gratidão.

Resumo

Evidencia-se na atual fase de expansão do capital agroindustrial canavieiro a reafirmação da necessidade de sequentes somas de investimentos, processo a contar significativamente com inversões do sistema financeiro, tendo como destaque a mediação estatal nesse contexto. Repete-se assim, algumas das mesmas características que marcaram a expansão canavieira em períodos precedentes, como durante o Proálcool, isto é, uma necessidade sempre presente da subvenção estatal, seja para garantir a implantação e/ou modernização de unidades processadoras, seja para imputar o desenvolvimento e aperfeiçoamento das lavouras.

No âmbito desse processo, reitera-se uma busca pelo aumento de ativos imobilizados pelas diversas empresas do segmento, com destaque para intensificação da incorporação de novas áreas de lavoura canavieira. Conforma-se assim um cenário de pressão sobre as médias e principalmente as pequenas propriedades, realidade posta num contexto de concentração de terras sob o controle da agroindústria da cana.

Este cenário foi analisado a partir de casos específicos na área delimitada para estudo, a destacar o Bairro União e o Projeto de Assentamento Fazenda Primavera, localidades compreendidas entre os municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência.

Palavras-chave: Agroindústria Canavieira, Expansão do Capital. Reestruturação Produtiva, Crise Financeira, Concentração de Terras.

Abstract

Evident in the current phase of expansion of the sugarcane industry reaffirming the need for sums of investments, counting on significant investments in the financial system, with the highlight state mediation in this context. Is repeated so some of the same features that marked the sugarcane expansion in previous periods, such as during Proálcool, an ever present need of state subsidy, is to ensure the development and / or modernization of processing units, is to impute the development and improvement crops.

As part of this process, it is reiterated a search for fixed assets increased by several companies in the segment, which also means an intensification of the incorporation of new areas of production of sugarcane. Conforms well a backdrop of pressure on small and medium farms, actually put in a context of concentration of land under the control of the sugarcane industry.

This scenario was analyzed from specific cases in the defined area for study, the Neighborhood União and Settlement Project Spring Farm, localities between municipalities Andradina, Castilho and Nova Independência.

Keywords: Sugarcane Industry, Expansion Capital. Productive Restructuring, Financial Crisis, Land Concentration.

Lista de mapas

Mapa 01: Localização da Área de Estudo no Estado de São Paulo.....	20
Mapa 02: Representação da Área de Concentração da Pesquisa.....	20
Mapa 03: Divisão Político Administrativa do Estado de São Paulo – 1920.....	101

Lista de fotos

Foto 1: Prática da caça na abertura das matas na região de Andradina.....	35
Foto 2: Antigos moradores do Bairro União.....	35
Foto 3: Carregamento de algodão, sitiantes do Bairro União.....	39
Foto 4: Escritura de sitio do assentamento Fazenda Primavera.....	49
Foto 5: Operação de replantio de canavial.....	88
Foto 6: Área destinada à reforma de canavial.....	88
Foto 7: Equipamento de plantio mecanizado.....	93
Foto 8: Operação de corte mecanizado.....	93
Foto 9: Coleta da produção leiteira, assentamento Pousada Alegre.....	142
Foto 10: Tanque de resfriamento, assentamento Pousada Alegre.....	143
Foto 11: Preparação de plantio, antigo sítio do assentamento Fazenda Primavera.....	148
Foto 12: Lotes intercalados com cana e pastagens, assentamento Fazenda Primavera.....	151
Foto 13: Áreas com lavoura canavieira, Bairro União.....	158

Lista de gráficos

Gráfico 1: Exportação de etanol – Brasil.....	56
Gráfico 2: Magnitude da expansão da cana por área (ha): RAs.....	112
Gráfico 3: Preço médio da terra – RA de Araçatuba.....	125
Gráfico 4: Preço médio da terra – RA de São José do Rio Preto.....	125
Gráfico 5: Preço médio da terra – RA de Presidente Prudente.....	126
Gráfico 6: Preço médio da terra – Estado de São Paulo.....	126

Lista de tabelas

Tabela 1: Produção do setor sucroenergético – Brasil.....	53
Tabela 2: Desembolsos do BNDES para a Agroindústria Canavieira.....	68
Tabela 3: Produtividade da monocultura canavieira (Kg/ha).....	95
Tabela 4: Área de produção da monocultura canavieira.....	103
Tabela 5: Principais regiões canavieiras do Estado de São Paulo.....	112
Tabela 6: Comparativo de atividades – RA de Araçatuba.....	133
Tabela 7: Assentamento federais administrados pelo INCRA.....	137
Tabela 8: Áreas ajuizadas aguardando imissão de posse.....	138
Tabela 9: Acampamentos do Estado de São Paulo.....	139

Lista de siglas

APTA – Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios.

ATR – Açúcar Total Recuperável.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo.

CCT – Corte, Carregamento e Transporte da cana.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

CONSECANA – Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CTC – Centro de Tecnologia Canavieira.

EBITDA – Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo.

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

FINEP – Financiadora de Estudos.

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool.

IAC – Instituto Agrônomo de Campinas.

IEA – Instituto de Economia Agrícola.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ISO – International Organization for Standardization.

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

NIPE – Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Proálcool – Programa Nacional do Alcool.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

RBTB – Rede Brasileira de Tecnologia do Biodiesel.

SECEX – Secretária de Comércio Exterior.

UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar.

Sumário

Apresentação	15
Introdução	19
Capítulo 1. O histórico de ocupação das terras na região de Andradina	29
1.1 Expansão direcionada: a construção da estrada de ferro Noroeste	29
1.2 Bairro União e Fazenda Primavera: migrações e conflitos	33
Capítulo 2. A atual fase de expansão da agroindústria canavieira: ciclo de reestruturação e de concentração de capitais	53
2.1 A ampliação de mercados como justificativa para expansão da agroindústria da cana	55
2.2 A reestruturação produtiva da agroindústria canavieira e a elevação da composição orgânica de capital	60
2.3 A concentração de capitais no contexto da expansão canavieira	70
Capítulo 3. A determinação da crise de acumulação na expansão do capital canavieiro	77
3.1 A reprodução fictícia do capital	78
3.2 A crise de acumulação	93
3.3 Renda da terra e a crise imanente do capital canavieiro	104
Capítulo 4. Expansão da cana no Oeste Paulista	111
4.1 Caracterização geral da expansão da lavoura canavieira	114
4.2 A relação entre o capital agroindustrial e os grandes proprietários de terra	122
Capítulo 5. A incorporação dos sitiantes na expansão crítica da agroindústria canavieira	131
5.1 Os sítios no contexto da expansão canavieira	132
5.2 As unidades processadoras e as estratégias de ação	145
Considerações finais	164
Bibliografia	169

Apresentação

Inicialmente faz-se necessário tecer algumas considerações acerca das motivações que encaminharam o desenvolvimento deste estudo, razões que derivam principalmente da identificação pessoal do autor com a região de Andradina, localizada no Noroeste do Estado de São Paulo. Discorrer acerca das transformações territoriais, especialmente no que se refere ao contexto regional recente, marcado pela expansão da lavoura canavieira, tem uma significância especial, haja vista pelo sentido de resgate de aspectos que remetem a própria história de vida.

De fato, a possibilidade de levantar inúmeras passagens que marcaram a vida de familiares e amigos que trabalharam e viveram nessas terras, foi o fator fundamental que despertou a busca por compreender os interstícios das relações que impulsionaram e ainda movem essas mesmas transformações.

A redefinição de formas predominantes de uso da terra, que reflete na modificação da paisagem da região – explicitada na última década pela presença massiva do monocultivo canavieiro – é um processo que há alguns anos vem sendo acompanhado de um modo bem particular. O fato de estar presente periodicamente junto àqueles vivenciaram o avanço da cana sobre suas terras, contribuiu desde logo para despertar a intenção de adentrar neste amplo tema de estudo.

Nesse sentido, cabe destacar que desde a Graduação temos realizados alguns trabalhos acerca deste mesmo processo de avanço da monocultura da cana. Sendo assim, pode-se afirmar que a realização da presente pesquisa expressa conexão com esses mesmos estudos, da mesma forma que carrega um tom de continuidade, considerando as indagações que permaneceram desde então.

Um desses questionamentos, que por sinal acabou se definindo como fio condutor das reflexões aqui expressas, dizia respeito ao modo como o capital canavieiro, no seu processo de territorialização, traria consequências à realidade vivenciada pelo conjunto dos sitiantes, atenciosamente com relação às duas localidades elencadas para pesquisa de campo na região: o Bairro União e o Projeto de Assentamento Fazenda Primavera. Sinalizava-se, para nós, a efetivação de um aumento da concentração fundiária, considerando o contexto de crescente conversão de sítios para a produção de cana.

Derivando dessa questão central, procuramos também abordar outros aspectos pertinentes à discussão no interior da atual fase de expansão do capital agroindustrial canavieiro, tendo como foco a construção de análises sobre a composição financeira do setor, as relações de trabalho e os impactos socioambientais.

Para isso nos pautamos em um atento exercício de leituras teóricas acerca do tema, sustentado num trabalho de revisão bibliográfica e de busca por novos referenciais. Concomitante às leituras, cabe destacar o trabalho de coleta de dados junto a órgãos estatais, dentre estes: IBGE, INCRA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Petrobras, Secretaria de Planejamento de São Paulo, Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo; e a consulta de informações junto a entidades representantes de classe, como por exemplo: UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar – e FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo.

Fundamental do mesmo modo foi a realização de cinco trabalhos de campo na área de estudo, entre os meses de novembro de 2010 e junho de 2012, cujas atividades incluíram: visitas às usinas processadoras de cana; entrevistas com fornecedores canavieiros, fazendeiros e sitiantes; acompanhamento do trabalho de plantio e colheita da lavoura de cana, além da entrevista com trabalhadores envolvidos nos respectivos processos; visitas às empresas

terceirizadas de grupos usineiros, como aquelas responsáveis pela tarefa de corte, carregamento e transporte de cana; visitas à Sindicatos de Trabalhadores Rurais; entrevistas junto à funcionários de órgãos governamentais ligados a reforma agrária; visitas à assentamentos rurais da região; visitas à instituições financeiras; além da coleta de imagens da região.

De qualquer forma é importante ressaltar que ao nos propormos o desafio de refletir sobre um processo que se encontra em ocorrência, foi assumido todos os riscos que se encontram implícitos quando da construção de análises que tratam de questões ou conjunturas atuais. Por isso mesmo o presente trabalho expressa a própria inquietude do autor no decorrer da pesquisa – reflexo da busca por construir uma reflexão acerca de um processo que se encontra em movimento.

Os questionamentos levantados, bem como a busca por aprofundar os referenciais teóricos, no intento de trazer luz a construção das mesmas análises, continua a ser uma constante. A dúvida sempre presente e a negação a aceitar um produto cabal deste estudo, reflete exatamente a consequência da escolha pelo tema – em outras palavras, significa um convite à continuidade da reflexão.

Introdução

No atual momento histórico, um dos temas que tem gerado grandes discussões em âmbito global diz respeito ao desenvolvimento das chamadas fontes alternativas de energia, um debate cuja motivação perpassa por considerações principalmente de ordem ambiental e econômica. Redundantemente apresenta-se como pano de fundo desse debate seguidas análises a respeito da geração de possíveis impactos nocivos ao meio ambiente a serem causados pelo uso excessivo de combustíveis de origem fóssil. Somado a isso, a instabilidade do preço do petróleo no mercado internacional, além da própria incerteza quanto à garantia ininterrupta de oferta desta fonte a médio e longo prazo, constituem alguns dos fatores que contribuem enquanto discurso para colocar em pauta na atualidade o incentivo ao desenvolvimento de alternativas de fontes energéticas.

No Brasil, a conformação deste cenário tem sido amplamente incorporada como forma de legitimação para alavancada de um processo de expansão de investimentos em agrocombustíveis, estes identificados como fontes alternativas de energia a serem geradas a partir de produtos de origem agrícola. Entre os agrocombustíveis produzidos no país elenca-se o biodiesel, que resulta principalmente do processamento de espécies oleaginosas, como o caso da soja; e o etanol, produzido a partir da destilação da cana-de-açúcar e que se apresenta como a principal fonte agroenergética brasileira – isso se considerar o volume de produção, o total de área ocupada pelo monocultivo da cana, bem como a massa de investimentos aplicados na ampliação do número e da capacidade de unidades processadoras (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Sendo assim, no bojo dessas discussões o que se verifica é a solidificação da expansão da lavoura canavieira, sendo caracterizada como um processo de abertura de novas áreas de produção, localizadas especialmente no Centro-Sul do país, com destaque para as

regiões do Triângulo Mineiro, Sul do Estado de Goiás, leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná, assim como novas áreas nas regiões administrativas (RAs) que compõem o chamado Oeste Paulista, a destacar: RA São José do Rio Preto, RA de Araçatuba e RA de Presidente Prudente.

Na efetivação desse movimento expansivo, constata-se que o capital agroindustrial reafirma constantemente uma lógica de atendimento às demandas internacionais, mesmo que algumas dessas mesmas demandas sejam postas somente enquanto promessa – como a sempre propagada abertura de novos mercados para o etanol na Europa e Ásia. Configura-se nesse processo a busca imanente pela elevação dos níveis de produtividade, de modo a imputar processos competitivos de produção, cuja exigência é a inversão cada vez maior de capitais financeiros, postos como forma de consubstanciar a reestruturação setorial, processo que redundava necessariamente numa intensificação da composição orgânica do capital no interior do segmento canavieiro (PITTA, 2011).

A realização dessa mais recente fase de expansão da lavoura da cana reafirma alguns dos mecanismos de modernização e expansão que caracterizaram momentos precedentes do setor, a destacar o Proálcool – Programa Nacional do Álcool –, lançado em 1975 durante o governo ditatorial de Ernesto Geisel (1974-1979). Neste momento, a característica fundante também foi a conformação de mecanismos com vistas à atração de capitais do sistema financeiro, ou seja, de incorporação de massas de dinheiro da forma de crédito a ser empregado no processo de territorialização da agroindústria da cana. Mas de forma específica, todo esse processo tinha como intermédio as ações do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool), já que era o Estado que se responsabilizava por estabelecer as quotas de produção, fixar os preços para comercialização, controlar os volumes de exportação e por fim conceder os subsídios ao setor – ou seja, tratava-se de uma atividade que se realizava fundamentalmente com a dependência dos créditos repassados pelo Estado (PITTA, 2011).

Já no atual ciclo de expansão, verificamos novamente uma vertiginosa elevação da participação de capitais oriundos de mercados financeiros, processo no qual as formas de atração e mediação repetidamente contam com seguidas ações estatais. No entanto, implícito a este cenário existem algumas peculiaridades que precisam ser pontuadas, pois se durante o Proálcool a participação do crédito se concretizava especialmente por intermédio de uma política estatal previamente planejada; no atual cenário inexistente um programa específico do Estado para o setor, na realidade o segmento canavieiro consegue acessar recursos disponibilizados na forma de investimentos que em princípio se estendem para todos os demais setores do capital – destacando nesse contexto o papel do BNDES.

Mesmo sem haver a configuração de um “novo programa do álcool”, as ações do Estado nesse mais recente período de expansão e modernização da agroindústria da cana se voltam a intensificar a disponibilização de volumes creditícios. Como veremos detalhadamente ao longo dos capítulos 1 e 2, o Estado procura principalmente por meio da negociação de Títulos do Tesouro Nacional, formas de atrair volumes de dinheiro, os mesmos que se converterão em investimentos setoriais e inclusive para o próprio estímulo do consumo da sociedade como um todo.

Juntamente com a permanência desses mecanismos deficitários do Estado, há em curso um processo cada vez mais intenso de busca por captação de investimentos diretamente pelas companhias do segmento canavieiro. Esses casos se aplicam às empresas de capital aberto, que negociam diretamente nos mercados financeiros possibilidades de aperfeiçoarem a capacidade de investirem. Uma estratégia que para o setor tem como referencia a atuação do grupo Cosan S.A., já que em meados dos anos 2000 é quando ocorre a entrada da corporação para o mercado de ações da Bovespa (XAVIER; PITTA; MENDONÇA, 2011).

De qualquer forma, tanto o Estado, quanto as companhias em si, ambos recorrem sistematicamente ao sistema financeiro, reiterando o momento de reprodução fictícia do capital em crise (KURZ, 1993; 1995).

A concentração desses investimentos no setor canavieiro é interpretada em algumas análises, como no caso da dissertação elaborada pelo economista Mairun Pinto (2011), segundo uma decorrência da suposta atratividade econômica expressa pelo setor, quase que uma contingência do movimento econômico naturalizado em discurso e que forçosamente se volta ao argumento sobre a elevação da demanda global pelo agrocombustível etanol.

No entanto há de se considerar que a incorporação dessas massas de dinheiro creditício no desenvolvimento da atividade canavieira, num processo que tem contribuído para ampliação dos ativos das principais companhias do segmento, na prática acaba por forjar um processo de reprodução somente em aparência salutar – já que se encontra implícito a necessidade de agregar valor a essa enorme massa de dinheiro autonomizado. Em pormenores, trata-se de uma busca pela valorização enquanto promessa, pois na realidade o que se apresenta é um cenário de crise, derivada da necessidade de contínuos aportes que alimentam um movimento de intensificação das dívidas do processo produtivo.

Sendo assim, a maior ou menor capacidade de endividamento entre as várias empresas do setor é que resulta num aparente sobressalto de umas em relação às outras, ou seja, numa diferenciação da capacidade de rolagem de dívidas. O mesmo se aplica ao Estado brasileiro, ao estabelecer em meados a década de 1990, por intermédio do *Plano Brady*, mecanismos que possibilitaram a expansão da sua capacidade de contrair dívidas (BATISTA JUNIOR; RANGEL, 1995); entenda-se, de acumular volumes de dinheiro que se efetivam em pacotes de investimentos – processo no qual a economia política denomina como

“aquecimento econômico”, salientado nos grandes planos de aceleração de crescimento, como é o caso mais recente, o PAC do governo federal.

No contexto da atual reprodução fictícia do capital, a aferição de lucros por parte das empresas se apresenta desvinculada da substância real do valor – dinheiro sem substância, hipotecado e que se apresenta em diversas formas fenomênicas. Isso significa dizer que a suposta salutaridade de muitas corporações, como no caso do setor canavieiro, se mascara exatamente na alta parcela de capital fictício que as compõe.

Nesse sentido, o que se observa na expansão da agroindústria canvieira é que seu processo de territorialização passa a se efetivar de modo crescente com a participação de volumosas somas dessa forma de capital: seja para implantação e/ou modernização de unidades processadoras, seja para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das lavouras, seja para o completo domínio das terras – processo a se concretizar por meio da compra, ou ainda pelo estabelecimento de contratos de arrendamentos e/ou “parcerias”.

Em tal contexto pode ser observado a reafirmação de uma expansão extensiva do capital canvieiro, em que a contínua incorporação de novas áreas de produção se mostra como uma busca pelo aumento real da massa de capital acumulado. Esse processo poderia representar aos olhos daqueles que se propõem a estudá-la como a solução para sua crise de remuneração. No entanto, ao passo em que há o aumento da massa de lucro do setor, contemplamos uma análise em que deve ser considerada a ocorrência da queda tendencial da taxa de lucro, condição que é resultante exatamente dessa mesma intensificação da composição orgânica de capital, implícita nos processos de reestruturação produtiva do setor, onde o capital investido progressivamente se encontra imobilizado, em sua grande parte, na forma de capital constante (MARX, 1988b). Tal processo redonda numa permanente necessidade de reposição de investimentos. Em outras palavras, evidencia-se aqui a perpetuação dos mecanismos de constante endividamento, em que se faz cada vez mais

necessário a subvenção estatal e a recomposição de novas massas de dinheiro na forma de crédito.

Diante de tal cenário, em que a necessidade de contrair novas dívidas é posta como imanência, a concentração de terras pelo capital canavieiro, seja pela compra, ou ainda pelo arrendamento e/ou parceria, se apresenta como uma questão fundamental. A concentração de grandes extensões de terras, com a implantação de amplas áreas de monocultivo, é posta como condição *sine qua non* de permanência de acesso à mecanismos de investimentos.

É exatamente esse processo que contribui, pelo menos no atual contexto da expansão canavieira, para efetivação da concentração da propriedade privada da terra. Focalizando a área escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa (Mapas 1 e 2), a qual se insere numa das principais regiões de expansão do monocultivo da cana do Estado de São Paulo, a região de Araçatuba, o que observamos é uma íntima relação entre o capital agroindustrial e os grandes proprietários fundiários.

Mapa 1: Localização da Área de Estudo no Estado de São Paulo

Mapa 2: Representação da Área de Concentração da Pesquisa.

Como discutiremos ao longo dos últimos três capítulos, no momento em que se realiza a expansão do capital canavieiro para novas regiões¹ produtoras, identifica-se principalmente a substituição de antigas áreas de pastagens por canaviais. Tal processo, ainda em ocorrência, tem se caracterizado por uma fusão de interesses entre antigos fazendeiros pecuaristas e canavieiros.

Entretanto, com a permanência da expansão monocultora, verifica-se o rebatimento desse processo também sobre as médias propriedades e principalmente pequenos sítios. Nestes podemos constatar tanto a efetivação dos arrendamentos, quanto a venda de terras aos produtores de cana. Este cenário foi analisado a partir de casos específicos na área delimitada para estudo, a destacar o Bairro União, pertencente ao município de Nova Independência, e também o Projeto de Assentamento Fazenda Primavera, cuja extensão compreende áreas dos três municípios identificados no Mapa 2.

No decorrer da pesquisa, com a realização dos cinco trabalhos de campo, podemos verificar nessas localidades um movimento gradual de forte pressão sobre essas propriedades de menor extensão, pressionamento que conduz necessariamente a uma forte tendência de transformação das terras camponesas, postas nesse momento sob a primazia do monocultivo canavieiro.

Essa questão reflete obviamente o modo como o capital canavieiro passa a se estabelecer territorialmente nas suas novas áreas de expansão – conceitualmente um processo quer diz respeito à territorialização do monopólio (THOMAZ JUNIOR, 1988) do capital canavieiro.

---

¹ Ao nos referirmos a atual fase de expansão do capital canavieiro como um processo que se volta a conformar *novas* regiões produtoras, destaca-se que não deixamos de considerar a existência prévia do segmento em algumas dessas mesmas regiões. Reconhecemos esse fato em consideração ao próprio volume de trabalhos acadêmicos já desenvolvidos e que discorrem acerca da territorialização da agroindústria especialmente no contexto do Proálcool, como THOMAZ JUNIOR (2002), PAULINO (1998), REGO (1990), entre outros; todas essas pesquisas que discutem, em diferentes níveis, as relações estabelecidas pelo capital canavieiro nessas que são atualmente regiões de expansão intensa. Portanto, utilizamos a expressão *nova*, destacada em itálico, para ressaltar que no atual momento em tais regiões se conforma um avanço de maior proporção, resultando numa significativa reconfiguração territorial que buscamos discutir nesta pesquisa.

1. O histórico de ocupação das terras na região de Andradina

Neste capítulo temos como propósito apresentar a área de estudo a partir do seu contexto original. O intuito é discutir o processo histórico de ocupação, cuja raiz remete ao cenário de expansão da economia cafeeira na primeira metade do século XX. É a partir desse contexto que identificamos a conformação dos conflitos que envolvem a questão do controle das terras, conflitos que se revelam já neste momento inicial enquanto manifestação da contradição interna da expansão capitalista.

No momento atual, em que essa mesma contradição se revela na expansão crítica da agroindústria sucroenergética, obviamente que se verifica a reprodução dos conflitos, envolvendo novamente a questão fundiária, manifesta na concentração de terras.

1.1. Expansão direcionada: a construção da estrada de ferro Noroeste

Andradina e suas adjacências apresentam um histórico de ocupação onde se destaca a recorrência de conflitos pelo domínio da terra. A esse respeito, o primeiro cenário conflitivo remonta ao próprio extermínio de povos indígenas que constituam as populações originárias. Ressalta-se que até o ano de 1908, essas terras que atualmente pertencem a Região Administrativa de Araçatuba se encontravam ocupadas basicamente por essas populações, povos que correspondiam na cartografia da época aos índios Kaingang, que migraram para a região “atraídos pela Piracema do extinto Salto de Urubupungá na confluência dos rios Tietê e Paraná e foram em poucos anos exterminados e expulsos da região” (MICHELETTO, 2003, p. 78).

A dizimação dessa população indígena é um processo cuja raiz da compreensão se conecta a nova fronteira de expansão da economia cafeeira, marcadamente no

período inicial da primeira metade do século XX. Trata-se de um momento em que o primado da fazenda cafeeira continuou a se afirmar da direção do Oeste Paulista, especialmente na busca pela superação de momentos de crises precedentes.

Pierre Monbeig (1984) descreve a forma pela qual se estabeleceu essa expansão na referente porção do território paulista. No intento de superação do cenário momentâneo de crise, a perspectiva por parte da economia cafeeira era de avanço da atividade, com a formação de novos cafezais, bem como o aproveitamento da nova linha ferroviária recém-implantada, além dos seus ramais em construção. Monbeig (1984) descreve o momento “estratégico” do Estado neste processo, que se revela na realidade pela adoção de políticas desenvolvimentistas no contexto da crise.

Todos esses fatores significavam confiança, o que levaria a novas plantações, para compensar as destruições ocasionadas pela geada. Por outro lado, a nova marcha do café beneficiar-se-ia com o desenvolvimento da rede ferroviária. Justamente no momento em que a crise estava mais aguda, o governo federal, por motivos políticos e estratégicos, havia deliberadamente ativado a construção da estrada de ferro que, partindo de Bauru, dirigir-se-ia a Mato Grosso e iria atingir as margens do Rio Paraguai. No território paulista, essa linha, a “Noroeste”, iria atingir vastas reservas florestais, situadas entre os vales do Tietê do Feio-Aguapeí, com suas terras virgens frequentemente propícias ao cafeeiro. Assim, o conjunto das circunstâncias não deixaria de favorecer a tradição do café e da grande fazenda (MONBEIG, 1984, p. 182) ².

A construção da ferrovia Noroeste, também denominada “Variante”, se deu num intervalo de apenas cinco anos, a partir de um processo precedente à própria ocupação de atividades que posteriormente se ligariam a circuitos econômicos – inicialmente pelo café, seguido da cotonicultura e da pecuária extensiva. Neste contexto é que ressalta a “estratégia” estatal acima descrita, que era incentivar e direcionar o processo expansivo, neste caso marcadamente pela economia cafeeira no contexto de promessa de equacionamento da crise – cuja aparência se mostrava fenomenicamente em determinados períodos.

---

² A “Noroeste” de que fala Monbeig, é exatamente esta linha férrea de dar origem ao reconhecimento dessa região como Noroeste Paulista.

Nesse contexto é fundamental se ater novamente a obra de Pierre Monbeig (1984), especialmente no momento em que o autor descreve a forma pela qual o Estado empreendeu o projeto da “Variante”.

Ao sul do Tiête as malhas da rede articulavam-se, agora com a junção da Paulista e da Sorocabana em Agudos e depois Bauru. Mas a grande novidade era a construção da Noroeste entre 1905 e 1910. A decisão foi fazer depressa e pareceu cômodo seguir, na medida do possível, o curso do Tiête, referência fácil, que evitava longos trabalhos de reconhecimento exigidos por um traçado nas florestas do espigão. Até Araçatuba os trilhos conservam certa distância do rio, mas para diante eles não o deixam mais. Contra toda expectativa, justamente aí os trabalhos foram retardados por doenças endêmicas, a leishmaniose e a malária. Frequentemente esse episódio da história ferroviária paulista tem sido comparado ao da construção da tristemente célebre Madeira-Mamoré. De qualquer forma a ferrovia foi construída e era primeira vez no Estado de São Paulo que os trilhos penetravam em um sertão, uma região quase desabitada (MONBEIG, 1984, p. 196).

Posteriormente, para que se efetivasse a implantação das fazendas cafeeiras ao longo da Noroeste, dois processos foram imputados concomitantemente: as migrações internas, fundamentais na abertura de matas, na formação das propriedades e no desenvolvimento da lavoura em si; bem como a constituição de um futuro mercado imobiliário. Ou seja, nos limites dessa nova fronteira de expansão, como podemos assim chamar, fazia-se necessário a conformação de relações de trabalho ainda inexistentes. Era fundamental atrair “trabalho” num contexto em que ressaltava a busca pela valorização do valor, ou seja, era necessário instalar pessoas, famílias ao longo dos núcleos precedentemente criados ao longo da “Variante”. É importante reiterar que este era o contexto de um momento histórico em que grande parte do atual Oeste Paulista era visto, economicamente, como um “vazio” (Mapa 3).

Nos termos do próprio Monbeig, uma grande quantidade de fazendeiros, de loteadores de terras e de aventureiros acompanhou o sentido aberto pela ferrovia (MONBEIG, 1984, p.196). Trata-se do momento em que se efetivou uma diversidade nas formas de controle das terras no Oeste Paulista, seja pela compra efetivamente, ou ainda por uma

sequencia de negócios que se revelam ainda hoje contestáveis, a destacar como decorrência da pratica da grilagem.

Mapa 3: Divisão Política Administrativa do Estado de São Paulo – 1920.

Vale resgatar que a Lei de Terras de 1850 foi responsável por estabelecer o estatuto da propriedade privada sobre a terra, oficializando, portanto, a restrição legal ao seu acesso – sendo somente possível de ser adquirida por meio da compra e venda, por doação e herança, e estritamente reguladas pelo Estado. No entanto, deve-se fazer a ressalva de que com a ocupação indevida de extensas áreas de terras devolutas por sujeitos sociais como, Moura Andrade, na região de Andradina, Coronel Marcondes, na atual região de Presidente Prudente, entre tantos outros; reconhece-se que essas terras foram irregularmente “legalizadas”, parceladas e vendidas. Ou seja, uma restrição relativa segundo os interesses específicos de um dado período.

Temos em nossa compreensão que o interesse neste momento foi o de desenvolver uma ampla colonização de áreas que se destinariam a implantação de culturas diversas, para além da cafeicultura. Isto é o que aparece sinalizado no sentido do Oeste Paulista, processo que “não só é evidenciado pelo incentivo getulista a esta ocupação, com propagandas oficiais (MONBEIG, 1984) como à retomada de políticas imigrantistas nacionais e estrangeiras para o cultivo de loteamentos oferecidos pelas companhias de colonização de *imigração* (ALFREDO, 2009, p. 11).

    Ou seja, há que se problematizar uma industrialização que se efetiva conjuntamente com a necessidade de se intensificar uma produção agrária fundamentada na pequena produção familiar. Ao contrário do que se estabelece numa realidade industrial, trata-se de tornar produtivo o campo através de uma ocupação extensiva (ALFREDO, 2009, p. 11).

Sendo assim, trata-se do momento em que passará a coexistir dois tipos distintos de propriedades, a destacar, por um lado, os grandes domínios das fazendas, e, por outro, as pequenas e médias propriedades, num contexto decorrente dos empreendimentos de loteamentos.

1.2. Bairro União e Fazenda Primavera: migrações e conflitos

No início da década de 1940, os limites onde atualmente se situa nossa área de estudo tinha a abrangência unicamente do município de Andradina, cuja fundação remete ao ano de 1937. É a partir deste momento que as vastas extensões de terras que em grande parte permaneciam ocupadas por matas passaram a ser demarcadas – tendo a primazia das fazendas nesse processo. Reiteramos novamente que um considerável número dessas grandes propriedades foi constituído pela prática da grilagem. Este é o cenário original em que há a formação, por exemplo, do “grilo” Fazenda Primavera, cujo histórico desde a origem, passando pelo movimento de luta pela posse dos agregados, até o reconhecimento do direito de propriedade será tratado adiante.

Pierre Monbeig (1984) resgata alguns dados da *Estatística Agrícola e Zootécnica*, de 1939-1940, em que é possível constatar que as propriedades supores a 1.000 alqueires ocupava mais de 77% da superfície total das propriedades agrícolas de Andradina neste período; enquanto que os sítios com extensão de até 50 alqueires abrangiam por volta de 5% dessa superfície. Com a demarcação das fazendas estas permaneciam ocupadas pelas matas até que houvesse posterior implantação do monocultivo cafeeiro, ou mesmo de outras culturas que antecederam a introdução da pecuária; já nos sítios, formados a partir dos loteamentos, imediatamente à ocupação das famílias derrubavam-se as matas para implantação de culturas diversas, tanto de consumo próprio, como também comerciais, especialmente a cotonicultura e o amendoim. Sobre esse processo o autor mostra que a instalação das pequenas propriedades forma como que ilhotas no meio das glebas de florestas (MONBEIG, 1984, p. 212-214).

A exploração dos sítios era assegurada primordialmente com o emprego da mão de obra familiar. Somente em casos específicos, especialmente onde o tamanho da propriedade superava o limite de 20 alqueires havia o engajamento periódico de trabalhadores externos, denominados “volantes”, os quais trabalhavam por períodos de safras específicas.

A exploração do sítio é, portanto, assegurada pela mão de obra familiar. Estima-se que um homem sozinho é capaz de cultivar dois a três alqueires (ou como se diz “tocar três alqueires por enxada”). Com a ajuda da mulher, dos filhos e das filhas mais velhas, a família chega a explorar sozinha oito a doze alqueires. Se juntarmos a essa superfície de cultivo as áreas construídas, os pastos para os animais de trabalho, um pouco de jardim e algumas árvores e também o que se conserva da floresta, obtém-se um total de uma quinzena de alqueires. É essa a extensão média das parcelas em um loteamento (MONBEIG, 1984, p. 224).

No processo de abertura das matas, a recorrência das “caçadas” à animais que representavam um suposto perigo se naturaliza, tornando-se uma prática recorrente para além daquilo que se justificaria como “necessidade”. Nas fotos 1 e 2, homens expõem suas caças durante a década de 1940.

Foto 1

Foto 2

Fonte: (ALEXANDRE; PEREIRA, 2012, p.10). Homens exibem suas “caças” após incursão na abertura de matas em Andradina, década de 1940.

Os sitiantes que se inseriram nos planos de loteamento assim o fizeram por incentivo da publicidade da época. Ressalta-se uma vez mais o contexto movente dessa fronteira de expansão, tendo o Estado como fator preponderante no seu direcionamento. Reiteramos que estava posto enquanto política de incentivo a atração de contingentes populacionais, que em sua maioria eram constituídos por milhares de imigrantes europeus e japoneses e, mais tarde, migrantes nordestinos e mineiros.

O conjunto dos trabalhos que precedem a instalação agrícola nos sítios transforma o loteamento em verdadeiro esforço de colonização interior; mas é uma colonização que, desde a compra da gleba até a produção agrícola, não passa de uma transação comercial, um “negócio”. Para nos darmos conta dessa verdade, bastaria observar a dura concorrência em que se lançam os vendedores de terra e os esforços publicitários que desenvolvem. Pela imprensa, pela rádio, pelos cartazes, cada um louva a qualidade dos seus solos, a densidade das suas estradas, o equipamento dos patrimônios, a segurança dos títulos de propriedade, as vantagens financeiras do seu sistema de pagamentos. Em Andradina, um enorme tronco de árvore, exposto na estação ferroviária, pretende testemunhar a fertilidade da terra. Anúncios nos jornais de São Paulo, afirmam que na zona de Londrina não existem saúvas e que o clima é o mais salubre de todo Brasil. Os corretores recrutam clientes tanto nas velhas zonas como na franja pioneira (MONBEIG, 1984, p. 237).

Vê-se como nesse processo recorrentemente os negócios eram efetivados pelo sistema de crédito. Trata-se da constituição de um mercado imobiliário, pautado no retalhamento de grandes glebas em sítios, um negócio a ser empreendido pelas diversas companhias de colonização. O pagamento da propriedade por vezes se realizava a partir de uma parcela inicial correspondente a 50% do preço da terra, com restante dividido em prestações ao longo do primeiro ano-safra. No entanto também havia a fixação de prazos maiores de pagamento, havendo casos em que o período até a quitação se estendia por três e até mesmo dez anos. Obviamente que tal variação decorria das diferenças impressas pelas diversas empresas colonizadoras (MONBEIG, 1984).

As companhias de colonização atuavam, portanto, em consonância com as políticas empreendidas pelo Estado, é a partir delas que se estabeleceriam as levas de migrantes nessas novas áreas de expansão. Como forma de constituir o capital monetário necessário para efetivar tais empreendimentos, contavam tanto com subsídios do próprio Estado, como também com a atração de acionistas. Entre estes sócios fundadores havia desde ricos fazendeiros originários de antigas regiões cafeeiras decadentes, cooperativas agrícolas, bancos e industriais. Três foram os principais grupos responsáveis por exercer “uma ação decisiva sobre a colonização interior, depois da crise de 1929: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Sociedade Colonizadora Brasileira e a Companhia de Terras do Norte do Paraná” (MONBEIG, 1984, p. 238) ³.

Além dessas Companhias, que se caracterizavam como tendo uma atuação de grande porte, também havia outras diversas empresas envolvidas nesse processo, a partir de empreendimentos que em determinados contextos se originaram dos mesmos fazendeiros supostos “donos” de glebas recém-demarcadas. Trata-se de um caso que se aplica na região de

---

³ Essa primeira empresa de colonização que indicamos no texto após passar por um período de expansão das atividades também se tornou possuidora da Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (C.A.I.C.).

Andradina à Colonizadora Moura Andrade, cujas terras concentravam um total de 50.000 alqueires (ALEXANDRE, 2011).

No entanto é imprescindível ressaltar a diferenciação existente no interior dessas mesmas levas de imigrantes, já que nem todos aqueles que foram atraídos para região se encontravam com possibilidades de se inserirem nos programas de loteamento. Na realidade uma grande parte desse contingente se constituiu na mão de obra que daria origem às fazendas de café, além de também trabalharem como “volantes” nas propriedades dos Bairros recém-formados. Esses trabalhadores se estabeleceram em grande parte na condição de agregados no interior dessas fazendas – eles que iriam empreender o trabalho no interior das fazendas ainda cobertas de matas.

O Bairro União

A formação do Bairro União remete exatamente à realização dos planos de loteamentos. Inicialmente o empreendimento foi constituído em Andradina, mas após a emancipação do patrimônio de Nova Independência, no ano de 1965, passou a ter sua área abrangida pelo então novo município (ALEXANDRE; PEREIRA, 2012). Suas terras estavam compreendidas nos limites reconhecidos como de “propriedade” do latifundiário Moura Andrade. Tratava-se, na realidade, de uma gleba que foi destinada à execução de loteamento por sua empresa colonizadora. Atualmente são terras que se encontram ocupadas pelo monocultivo canavieiro, em grande parte na forma de fazendas recentemente expandidas a partir de compra de pequenas e médias propriedades que ainda persistiam ao longo do processo histórico, ou ainda com o estabelecimento de arrendamentos e/ou “parcerias” com usinas de cana e produtores fornecedores.

Para compreender o contexto que deu origem a esse Bairro especificamente, onde os primeiros habitantes começaram a se estabelecer ao longo da década de 1940, deve se

contemplar o momento específico da economia nacional neste período, em que o trabalho desempenhado por esses sitiantes, bem como as relações estabelecidas na realização deste mesmo trabalho irão expressar.

Trata-se de um empreendimento cujo impulso reside em um momento posterior àquilo que se revelava como uma nova fase de crise da economia cafeeira. Ou seja, desde a abertura da “Variante”, na primeira década do século XX, quando sua construção também foi idealizada no âmbito de uma política desenvolvimentista de busca por superação de um momento de “crise” dessa economia, o que se viu ao longo das décadas sucedentes foi a continuidade do mesmo avanço. Não é diferente, portanto, que como decorrência do *crack* de 1929, a busca enquanto promessa de superação da crise fosse a permanência do incentivo a expansão.

Isto significa que residia no trabalho produtor de mercadorias a busca pela valorização do valor, trabalho este a ser desempenhado por sitiantes proprietários de terras, ou mesmo por aqueles que se constituíam como agregados em fazendas recém-formadas. Tem-se aqui o significado de um trabalho que irá estabelecer relações diretas com capitais urbano-industriais neste momento, assegurando uma movimentação das indústrias da capital. Tal relação se estabelecia tanto na forma do consumo de mercadorias, como: máquinas de beneficiamento (de arroz, café e principalmente algodão), ferramentas diversas, sementes, adubos, arames para cercas, sacarias, armamentos para caça e “proteção”, veículos para transporte, entre outros; como também no fornecimento de matérias primas para indústrias, como é caso a ser exemplificado pelo algodão e o amendoim fornecido às Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.

É neste contexto que entra em cena a constituição fundamental dos armazéns, estabelecimentos especializados no fornecimento dessas mercadorias, bem como na comercialização da produção dos sitiantes. Esses eram comerciantes recorrentes tanto nas

diversas cidades que se multiplicavam ao longo da Noroeste, quanto nos minúsculos patrimônios interiorizados, caso que se aplica ao atual município de Nova Independência.

Foto 3. Fonte: (ALEXANDRE; PEREIRA, 2012, p.35). Caminhão utilizado para transporte de algodão no então recém-criado município de Nova Independência. Entre os homens em destaque sitiantes do Bairro União. Da esquerda para direita os senhores Simão Provazi, Walter Provazi, José Sobrinho e Wagner Provazi.

A conformação de um mercado de terras faz parte deste momento específico, que se caracterizava em aparência como uma fase de “pós-crise”. Logo é preciso contextualizar a necessidade que havia de remuneração dos empreendimentos imobiliários, o que somente seria possível pela intensificação da produtividade do trabalho. Destaca-se nesse contexto, a introdução da cotonicultura como uma das principais atividades a serem desenvolvidas essencialmente pelo sitiante, sendo este proprietário ou não do solo que seria cultivado.

As dívidas contraídas pelo sistema de crédito, que em maior parte garantiu a aquisição de parcelas de terra por parte dos imigrantes, também se revelou como imprescindível para empreender a produção no interior dos sítios, mais um fator que conduziu necessariamente a uma busca pelo aumento da produtividade do trabalho familiar. Em outros

termos, o que estava posto nessa divisão do campo e cidade era uma necessidade de tornar mais produtivo o campo, posto enquanto promessa de remuneração desses investimentos a partir de uma transferência de renda da terra que aparece como acumulação monetária.

É interessante notar neste contexto o papel do Estado no sentido de empreender uma intensificação da produtividade da cotonicultura, no qual um dos papéis fundantes se revela na atuação do IAC, cujas pesquisas resultaram no desenvolvimento de variedades que garantiam uma elevação dos níveis de produtividade, fato real e que aparece explicitado na descrição de Pierre Monbeig (1984).

A finalidade principal dos pesquisadores de Campinas era melhorar a qualidade da fibra. A partir de 1930, em plena crise cafeeira, os serviços científicos do algodão estavam capacitados a vender uma semente que, ao invés de produzir, como anteriormente, uma fibra de 21 a 23 mm, fornece um produto oscilando entre 22 e 35 mm. Utilizaram-se linhagens do “Texas big boll” e do “Express” americanos, para chegar a quatro tipos principais, a que veio juntar-se a variedade “Piratininga”, cuja fibra mede 34 mm. Um dos principais artífices dessa obra extraordinária, Garibaldi Dantas, podia proclamar que em 1934, 99% do produto paulista media entre 26 e 28 mm, quando em 1924, 23% mediam 22 mm, 46% de 22 a 24 mm e 11% de 24 a 26 mm (MONBEIG, 1984, p. 292).

Este contexto, cuja descrição se revela até mesmo um tom de vislumbre por parte de Monbeig (1984), é concernente a um momento específico da modernização brasileira. As ações de cunho desenvolvimentista com vistas à superação de um cenário aparentemente momentâneo de crise tiveram na expansão do sistema de transporte, na constituição de um mercado imobiliário, no emplantamento de fluxos migratórios, bem como na busca pela intensificação da produção agrícola assentada na exploração dos sítios, as bases para empreender uma possibilidade de reprodução ampliada do capital, de forma a tentar remunerar os investimentos realizados, estes mesmos postos enquanto promessa de superação da crise. No entanto,

A modernização brasileira, ao se estabelecer como uma modernização retardatária (KURZ, 1993 e 2004) adquire, ao contrário do que parece, não uma desigualdade temporal do desenvolvimento, mas uma simultaneidade onde a sua forma de produção busca, sem consegui-lo, compensar os diferentes níveis de produtividade entre a mesma e as economias mais

desenvolvidas. Como resultado, tem-se uma particularização na forma de efetividade categorial no interior da economia periférica brasileira que põe a unidade global da reprodução do valor sob uma cisão efetiva que remete à necessidade de formas diferenciadas de fetichização do capital. Não se trata de fetichizar a relação categorial do conceito de capital, mas fetichizar a própria categoria, do qual o nacional desenvolvimentismo é uma das expressões do que temos apontado (ALFREDO, 2009, p. 21).

Na prática isso se revelou numa crescente insolvência das dívidas geradas, processo que contribuiu para que muitas dessas antigas famílias moradoras do Bairro União se inserissem em uma nova rota de expansão, agora no sentido do Paraná. Este é o caso, por exemplo, da família do Sr. José Sobrinho, um dos homens em destaque na fotografia 3. Trata-se um antigo morador deste Bairro e que se viu na obrigação de vender suas terras que se encontravam avalizadas em empréstimos realizados junto ao sistema financeiro. Esse processo coincidiu com as décadas de 1960 e 1970, e se estende a outros sitiantes neste mesmo período.

Aos que permaneceram no Bairro, a impossibilidade de enriquecimento, bem como de emplacar processos de modernização da produção agrícola poderia significar a perda dessa terra em algum contexto futuro. É o momento em que muitos se converterão à pecuária leiteira, numa realidade em que a maior parte dos integrantes do núcleo familiar, já adultos, passaria a tentativa de se inserir no mercado nacional de trabalho. São pessoas que ao longo dos anos 1970 e 1980 migrarão para capital e demais cidades que se expandiam no contexto da descentralização industrial de São Paulo, isto é, para as regiões como de Campinas, Piracicaba e São José dos Campos.

A Fazenda Primavera

Como já sinalizado anteriormente, nem todos aqueles imigrantes que foram atraídos na expansão da fronteira ao longo da “Variante” tinham qualquer condição de se estabelecerem como sitiantes nos planos de loteamentos. Na realidade, a maioria dessas levas acabou gradativamente se assentando na condição de agregados no interior de Fazendas,

sejam daquelas poucas que já haviam sido formadas e que se encontravam voltadas ao monocultivo de cafezais; ou ainda de uma maioria em formação já num contexto de expansão da pecuária extensiva.

É importante ressaltar que a partir da década de 1940, o sentido da “Noroeste” passou a significar um dos principais caminhos de avanço das pastagens, processo que se repetia também no prolongamento da Alta Sorocabana, no sentido da atual Região Administrativa de Presidente Prudente. Isto significava que aquelas vastas glebas que ainda permaneciam florestadas, espaçadas obviamente por alguns loteamentos recém-formados (como é o caso do Bairro União), dariam origem a grandes propriedades pecuaristas – aliás, mesmas propriedades onde atualmente se observa a conversão dos pastos para o monocultivo canavieiro. A lógica movente deste processo é o desflorestamento para formação das invernadas; o gado se revelava neste momento como a atividade *vantajosa* em relação ao café.

O rebanho da Noroeste não contribui senão parcialmente para abastecer o mercado de Barretos. Uma parte é diretamente expedida para São Paulo. Os campos de Avanhandava e de Penápolis formam aí um primeiro núcleo de criação, que é completado pelas áreas conquistadas desde Bauru até Araçatuba, em prejuízo dos cafezais. O conjunto reúne 400.000 cabeças, das quais 145.000 no município de Araçatuba. É aí que começam, verdadeiramente, as invernadas de formação recente: umas estão na vertente do Tietê, com vastos domínios, como uma fazenda inglesa de 7.000 alqueires, perto de Aguapeí, ou como a fazenda Guanabara⁴, em Andradina, que abriga 45.000 bois; outras estão na vertente Feio-Aguapeí. O espigão entre o Tietê e o Aguapeí está envolvido por um cinturão de invernadas ocupadas por perto de 300.000 animais (MONBEIG, 1984, p. 307).

Quando Pierre Monbeig, na citação acima, faz a descrição do “espigão entre o Tietê e o Aguapeí”, ressaltando estas como terras que estariam recobertas por um “cinturão de invernadas”, o autor está fazendo referência aos limites onde se situava inclusive a Fazenda Primavera – somente uma entre as várias propriedades da região que foram constituídas no âmbito da imprecisão titular. Na realidade um “grilo”, resultante de uma forma de fraude que

---

⁴ Fazenda Guanabara, a mesma propriedade que apontamos no capítulo 2, caracterizada no cenário atual como uma vasta propriedade “arrendada” para monocultivo de cana da Usina Gaza (Raizen).

se estende a totalidade do campo brasileiro, sendo uma pratica comumente utilizada em terras devolutas de todo país (OLIVEIRA, 1996).

Sendo a Fazenda Primavera constituída neste âmbito, o suposto proprietário era identificado na figura do fazendeiro, deputado federal e industrial J. J. Abdalla, que no final dos anos de 1940, fraudulentamente registrou em seu nome cerca de 4.000 alqueires de terra relativos à fazenda. O grileiro se apresentava como dono das terras, dizendo que tinha um “documento” que o certificava da propriedade (ALEXANDRE, 2011).

Para formação da Fazenda o emprego do trabalho imigrante foi amplamente requisitado (mão de obra constituída por mineiros, nordestinos e alguns grupos de descendência europeia e japonesa). No intervalo entre a derrubada das matas, a formação das pastagens e seguidas reformas de invernadas, famílias foram estabelecidas na forma de agregados. Trabalhando sob a condição de meeiros (e/ou rendeiros), essas pessoas passaram a desenvolver em terras da fazenda uma produção própria, mas intimamente subordinada ao proprietário da terra.

Do mesmo modo que ocorria nos Bairros loteados (nos sítios particulares), a produção empreendida pelos agregados consistia de culturas como: amendoim, algodão, arroz entre outras. Faziam suas plantações com base em um contrato de meação com prazo determinado de três anos. Ao término desse período, o agregado e sua família eram obrigados a plantar o capim e devolver a terra ao fazendeiro com a já pastagem formada, conforme discutido na monografia do historiador Alexandre (2011). Ou seja, se inseriam na terra na forma de pagamento da renda em produto, já que parte das mercadorias que produziam deveria ser destinada ao fazendeiro, bem como o próprio pasto a ser formado era um pressuposto no contexto do trabalho desempenhado.

Trata-se de um momento em que estava posto enquanto possibilidade de gerar um processo de acumulação capitalista a formação desse tipo de relação social de produção –

que a bem da verdade aparece de maneira variada em diversas regiões do país, mas que no limite expressam um mesmo contexto, o da “impossibilidade do trabalhador se reproduzir pela venda de sua força de trabalho”, condição que “o levou a ter de produzir mercadorias para o proprietário de terras e capitalista (uma mesma pessoa que personificava ambos) em troca do acesso parcial a terra e a outros meios de produção para sua reprodução” (PITTA, 2011, p. 35).

Diz respeito a uma forma de produção em que “não é o trabalhador que vai em si se relacionar com as condições de trabalho que lhe são alheias, mas o produto do seu trabalho que estabelece a relação” (BOECHAT, 2009, p. 71). Estando as bases da relação de trabalho definidas nesses termos,

[...] diminui a necessidade de uma coerção direta e constante, a forçar o trabalho, havendo aí uma “internalização” do produtor da necessidade de pagar renda. Nesse processo, algo mudou também na relação com a terra. A terra trabalhada pelo produtor direto é só uma e está em sua posse, apesar de não lhe pertencer. Já se esboça a noção moderna da terra como propriedade privada, pois é esta propriedade que garante o recebimento da renda. Por outro lado, é o produtor direto que lida com todo o seu tempo de trabalho, mas nem todo esse tempo lhe pertence (BOECHAT, 2009, p. 71).

Entra em cena discussão acerca do direito de posse da terra no interior da Fazenda Primavera, em que os agregados constituídos nessa relação de produção se situam como posseiros da terra que trabalhavam, mas despossuídos ao mesmo tempo do seu pertencimento.

O emprego da relação de meação em fazendas onde se pratica a pecuária extensiva é uma estratégia recorrente em diversas outras regiões do país. O arrendamento de terras nessas grandes propriedades tem como objetivo tanto à constituição de novas áreas de pastagens, quanto à reforma de antigas áreas já desgastadas. Um procedimento que compensa por um lado a recorrente falta de investimentos por parte dos fazendeiros, e de outro possibilita a melhoria da produtividade do pasto novo ou reformado.

Mas do mesmo modo em que na Fazenda Primavera havia a massiva utilização dessa força de trabalho, a mesma conjuntura revelava o interesse principal de Abdalla, que era a total conversão à atividade pecuária. Sendo assim, ao final do período de formação, ou ainda de posterior reforma das pastagens, a relação com os posseiros se revelava já como desnecessária. Na realidade, com a total conversão para pecuária extensiva, o fazendeiro buscava imputar a *valorização* dessas terras, pela aplicação de mecanismos especulativos. Esse processo remete a uma irracionalidade da propriedade privada da terra, que ao ser elevada a condição de mercadoria, visa possibilitar sua valorização independentemente daquilo que se produz, da forma como se produz, ou ainda da inexistência de qualquer tipo de produção ⁵.

Diante tal situação é que se tem o início um período de intensos conflitos entre os posseiros e o fazendeiro. Vale esclarecer que a constituição desse cenário conflitivo não é exclusividade da Fazenda Primavera, já que outras propriedades na região também apresentam o mesmo histórico de origem. Um contexto de tensão social que se intensifica a partir do momento em que os posseiros se negavam a entregar os lotes com o pasto formado ao final dos contratos de meação (ALEXANDRE, 2011).

Ao longo de todo esse processo, o que se viu foi a transformação dos agregados posseiros em “invasores” da propriedade privada falsamente titulada. Foi desse que esses sitiantes “despossuídos” passaram a enfrentar um processo de criminalização, cuja consequência foi o acirramento dos conflitos pela terra. Para atingir o objetivo de expulsão, além do argumento taxativo que visava a criminalização dos posseiros, Abdalla se valeu ainda dos modos mais espúrios de atentado contra a própria vida daqueles.

Uma tática muito utilizada pelo grileiro era a utilização do próprio gado, cuja presença gerava uma forte pressão sobre os posseiros, já que propositalmente o fazendeiro

---

⁵ No atual contexto da expansão crítica da agroindústria canavieira, esse imperativo da terra se reitera, posta como condição para permanência e extensão do acesso a circuitos deficitários, ou seja, de incorporação permanente de volumes creditícios.

ordenava sua soltura sobre as lavouras. O grileiro se valeu ainda da contratação de jagunços como forma de ameaça. Segundo Fernandes (1996), essa tática se tornou muito comum principalmente a partir do momento em que se inicia mobilização no sentido da não entrega ao fazendeiro nem da produção e muito menos das parcelas de terras com as pastagens formadas.

[...] O fazendeiro contratou jagunços para controlar a entrada e saída dos posseiros que começavam a se sublevar, deixando de pagar renda. [...] Existiram outros tipos de violências, que caracterizam muito bem a história da expropriação, como por exemplo, botar fogo nas casas dos posseiros, assassinato de um trabalhador e ameaças de morte aos outros por jagunços, etc. (FERNANDES, 1996, p.90).

O processo de organização dos posseiros da Primavera começa a ganhar “corpo” a partir do apoio de diferentes setores da sociedade: como é caso da Igreja Católica, principalmente através de grupos ligados à Teologia da Libertação; e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, a Fetaesp (MICHELETTO, 2003). Em 1979, “os integrantes da Comissão de Justiça e Paz de Andradina organizaram a CPT local, que possibilitou a elaboração de um espaço de reflexão acerca da luta e da resistência dos posseiros da Primavera” (FERNANDES, 1996, p. 90). Constituiu-se assim um espaço onde se tornou possível a realização de reuniões para reflexão acerca da problemática que os atingia.

Proporcionalmente ao aumento das pressões advindas do fazendeiro, a participação dos posseiros na organização da luta também se intensificou, chegando a tal ponto em que se tornou necessária a organização de grupos de reflexão em cada um dos bairros rurais constituídos na fazenda. Fernandes (1996) discorre sobre o modo como esse processo se estabeleceu, basicamente a partir da

[...] organização de vários grupos de base que se reuniam, à noite, nas escolas (lugar social onde realizavam diversas atividades sociais) e passaram então a desenvolver nessas atividades a reflexão acerca da realidade vivida. Cada bairro rural da fazenda tinha quatro representantes dos grupos de base que formavam uma Comissão Representativa e se reuniam quinzenalmente

com assessores da CPT. Constituíram também uma Comissão Executiva que tinha um representante por bairro e se reunia semanalmente com assessores da CPT. A Comissão Executiva tinha como tarefa dar encaminhamento às discussões dos grupos de bairro. O conteúdo desse processo era apresentado e debatido nas assembleias. Nesse processo, as famílias chegaram a uma forma de organização (FERNANDES, 1996, p. 92).

O reconhecimento da reivindicação dos posseiros aconteceu em 08 de Julho de 1980, por meio de um decreto do então Presidente Figueiredo (número 84.877), declarando os 9.385 hectares da fazenda para fins de desapropriação. Este é o marco para o nascimento do Projeto de Assentamento Fazenda Primavera.

Mas é importante ressaltar que se por um lado a formação deste projeto é resultado da capacidade organizativa e de ação do movimento que se intitula como camponês em pleno período de ditadura militar; por outro, há de se admitir que também se insere no contexto de uma estratégia de “contenção de massas” adotada por parte dos militares. Uma estratégia em acordo com o Estatuto da Terra, lançado em plena ditadura militar e que na prática fez com que o tema reforma agrária se tornasse apenas uma questão tópica, emergencial, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornasse tenso, capaz de oferecer riscos políticos (FELICIANO, 2009).

Na região de Andradina, viu-se que a Fazenda Primavera era um caso de propriedade que apresentava como principal característica a constituição por grilagem, tendo como finalidade a especulação e elevação dos ativos do então fazendeiro e industrial. Além disso, arcava com um acúmulo de montantes de dívidas tributárias. Na realidade, um contexto que retrata a condição de um grande número de fazendas da região, e que de certo modo reflete na atuação tão marcante dos movimentos sociais em luta pela terra na região. A existência de extensas áreas constituídas por propriedades que apresentam essa mesma

condição gera argumentos suficientes para se exigir a abertura de processos com vistas à desapropriação para fins de reforma agrária⁶.

Mas se por um lado a construção de toda essa luta para conquista da propriedade da terra foi apresentada como um aspecto crucial para permanência dos posseiros na terra, e a luta dos posseiros da Primavera representou bem esse processo; por outro, quando os mesmos passaram a ter o título em mãos, essa permanência na propriedade não significava que estava necessariamente garantida. A seguir, na foto 4, segue uma cópia do título definitivo da terra pertencente ao Sr. Valdecir Rodrigues de Oliveira, um dos líderes do movimento ocorrido na Fazenda Primavera.

---

⁶ Outros casos, que retratam um histórico semelhante foram constatados nos seguintes Projetos de Assentamentos por nós visitados: Fazenda Promissão; Pousada Alegre; Pendengo e Ipê.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
 PROTOCOLADO SOB N.º 22752 LIVRO 1-9
 FOLHAS 34 MATRICULADO NO LIVRO 2 SOB
 N.º 10.385/01
 ANDRADINA, 26/1 JULHO 1982

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
 TÍTULO DEFINITIVO 09.04.13.3.1.102/029

TÍTULO DEFINITIVO mediante condição resolu-
 tiva outorgado pelo INSTITUTO NACIONAL DE
 COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
 a VALDECI RODRIGUES DE OLIVEIRA .x.

Pelo presente TÍTULO DEFINITIVO mediante condição resolutive, o INCRA – INSTITU-
 TO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Autarquia Federal criada pelo De-
 creto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, por seu Presidente e tendo em vista as disposições dos ar-
 tigos 24 e 25da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, artigos 25, a alínea “g”, e 51 do De-
 creto nº 68.153, de 1º de fevereiro de 1971, aliena a VALDECI RODRIGUES DE OLIVEIRA ,
 brasileiro, agricultor, residente na Fazenda Primavera, portador no CPF nº.....
 475.635.168/91 e do RG nº 8.807.623/SSP/SP, casado com Maria das Dores dos San-
 tos Oliveira no regime de separação de bens, antes da vigência da Lei 6.515/77 ,
 a área de 30,8949 ha (Trinta hectares, oitenta e nove ares e quarenta e nove cen-
 tihares), referente a parcela nº 05 (cinco) da Gleba nº 02 (dois).x.x.x.x.x.x.x.

situada no imóvel denominado FAZENDA PRIMAVERA
 localizado no Município de ANDRADINA, Estado de São Paulo .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x, e
 matriculado em nome I.N.C.R.A. , no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de ANDRADINA ,
 São Paulo .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x sob o nº 7.727 , às fls..x.x.x., do Livro DOIS
 e cadastrada sob o nº 607.010.008.354/4 , com os limites e confrontações
 seguintes: NORTE: Com os lotes 03 e 04; ESTE: Com a Rodovia SP 563; SUL: Com o lote
 06; OESTE: Com o lote 10 e 12 da Gleba 04, separado pela Estrada Municipal.

LADOS	COMPRIMENTOS	AZIMUTES	OBSERVAÇÕES
M-82/M83	353,04m	197º11'25"	Rodovia SP 563
M83-M96	407,05m	288º20'57"	
M96-M72	489,16m	286º07'50"	
M72-M73	342,61m	22º38'59"	Estrada Municipal
M73-M74	13,01m	26º37'27"	Estrada Municipal
M74-M95	455,60m	106º35'13"	
M95-M82	405,76m	107º52'22"	

cuja planta e memorial descritivo integram este Título, conforme Processo Administrativo nº 09.04.13.3.1.102/029
 2286/81 / , e mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O preço de alienação é de Cr\$ 120.494,34 (cento e vinte mil, quatrocentos e noventa e quatro cruzeiros, trinta e quatro centavos).x.x.x.x.x.x.,
 pagável em 05 (CINCO) prestações anuais e sucessivas de
 Cr\$ 26.985,79 (Vinte e seis mil, novecentos e oitenta e cinco cruzeiros e se-
 tenta e nove centavos).x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

REGISTRO DE IMÓVEIS
 E ANEXOS
 SÉRGIO RODRIGUES SILVA
 Esc. Int.º
 Loureiro
 Altair E. Janota de Barros
 Escreventes

Foto 4: Título definitivo da terra pertencente ao Sr. Valdecir Rodrigues Oliveira, liderança do assentamento Fazenda Primavera. XAVIER, C.V., 15/05/2011.

Para se ter uma noção a respeito da complexidade desta questão, o Projeto de Assentamento Fazenda Primavera teve início em 1980 com um total de 342 famílias assentadas. Atualmente, persistem 210 famílias que formavam esse grupo original. Entre os motivos que levaram a saída de 132 famílias, se aponta como o principal fator as dívidas

contraídas junto ao sistema financeiro (ALEXANDRE, 2011). Segundo relato de Valdecir Rodrigues de Oliveira, assentado da Fazenda Primavera, a questão do título de propriedade acabou por significar mais uma das estratégias para fazer com que o posseiro perdesse sua terra, principalmente se considerar a forma de relação estabelecida entre muitos camponeses e o capital financeiro. Essa questão fica evidente na fala de Valdecir. Para ele,

O título é outra questão, porque só temo o título porque fazia parte dos planos do INCRA que logo nos íamos perder as terras em dívida com banco. Nós entramos aqui em 1980. Em 1981, não faltava titular ninguém. Todo mundo com título na mão. E o título não era um título provisório, é registrado em cartório, se não o banco não aceitava. O gerente do banco é que falava isso. A gente tinha o título da terra só para se enrolar mais tarde e ter que entregar a terra de volta ou vender. Naquela época era assim que funcionava. Hoje, você vai lá, conversa com o gerente, tem prorrogação. Existem mil maneiras. Mas naquela época não, era desse jeito. E como já era premeditada, a coisa era feita para não funcionar. Então, o gerente já abria o jogo porque era dessa forma e o objetivo era rebentar mesmo o assentamento, porque quanto mais complica mais atrapalha. O Assentamento Fazenda Primavera foi feito para não dar certo! (OLIVEIRA, 2002, p. 11)

Posteriormente, mesmo com a atual legislação fundiária brasileira (de 1988 até a atualidade), em nenhum momento esse projeto de assentamento foi incluído em algum dos programas de fomento à Reforma Agrária. Um dos argumentos apresentados pelo INCRA para a não inclusão do assentamento nos diversos programas diz respeito à questão da venda de lotes. Uma considerável parte dos lotes que formavam o grupo inicial de 342 famílias já havia sido vendida e frações de outros lotes foram particionados (dos 210 lotes que restaram da primeira formação, cerca de 120 já passaram por algum tipo de partição), sendo as frações arrendadas e/ou mesmo vendidas (OLIVEIRA, 2002, p. 13).

Para os sitiantes do assentamento Fazenda Primavera, bem como para aqueles pertencentes a diferentes bairros rurais (como no caso em estudo do Bairro União), a questão do avolumamento de dívidas tornou-se um fator preponderante no interior das propriedades,

inclusive com relação à capacidade de permanência da família em sua própria terra. As dívidas que o trabalho familiar muitas vezes se revelou incapaz de remunerar, contribuiu, sobremaneira, para imputar uma migração inversa, o que significa a necessidade de retirada do campo de integrantes dos núcleos familiares, ou até mesmo a saída completa de famílias de sítiantes. Trata-se de um processo que se revela enquanto manifestação da condição de violência anteriormente posta – já que muitas dessas famílias permaneceram precariamente inseridas em atividades econômicas reveladas como suportáveis mais ou menos no limite da própria sobrevivência dessas pessoas.

É exatamente a permanência desse contexto que observamos na realidade vivenciada atualmente no interior dessas duas localidades. Com a expansão do capital agroindustrial canavieiro, observa-se intensificar a presença da lavoura da cana nos sítios. Constata-se a crescente ocorrência de vendas de terras e de arrendamentos como uma forma de solução, ou em certos casos, consequência do contexto econômico anteriormente vivido. A análise desse processo será retomada em pormenores ao longo do Capítulo 5.

*Capítulo 2. A atual fase de expansão da agroindústria canavieira: ciclo de reestruturação e
de concentração de capitais*

Capítulo 2. A atual fase de expansão da agroindústria canavieira: ciclo de reestruturação e de concentração de capitais

De acordo com dados disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), podemos constatar em números a evolução recente do volume de cana processada pela agroindústria canavieira, bem como da geração dos seus principais subprodutos, açúcar e etanol.

Tabela 1:

Produção do Setor Sucroenergético - Brasil				
Ano-Safra	Área de produção de cana (ha)	Cana produzida (toneladas)	Produção de açúcar (toneladas)	Produção total de etanol (mil litros)
2004/05	5.625.300	415.694.500	26.621.221	15.416.668
2005/06	5.840.300	431.413.400	26.713.539	16.997.433
2006/07	6.163.200	474.800.400	30.223.600	17.471.138
2007/08	6.963.600	495.723.279	31.279.800	22.526.824
2008/09	7.057.800	571.434.300	31.049.206	27.512.962
2009/10	7.409.600	604.513.600	34.636.900	25.866.061
2010/11	8.056.000	623.905.100	38.675.500	27.699.554
2011/12	8.368.400	571.471.000	36.882.600	22.857.589

Fonte: CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

Informações extraídas junto aos documentos de acompanhamento de safra - CONAB (sempre de acordo com o 3º levantamento de cada ano/safra). Org. XAVIER, C. V.

Caracterizada como um processo de abertura de novas áreas de produção, a expansão da agroindústria canavieira tem se concentrado naquela que já se caracterizava como principal região econômica produtora do país, o Centro-Sul, que concentrava na safra de 2011/12 aproximadamente 86% na área de ocupada por lavoura de cana (CONAB). Cabendo destacar atualmente o Triângulo Mineiro, Centro e Sul do Estado de Goiás, Leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná e Oeste Paulista.

A distribuição total da lavoura canavieira, considerando tanto as antigas áreas de produção, quanto essas novas áreas de expansão, ocupa uma extensão aproximada de 8,4 milhões de hectares, contabilizado todos os Estados produtores da federação. Desse total, o Centro-Sul concentra 86,1% das terras cultivadas. Nesse contexto, o Estado de São Paulo mantém uma posição de destaque no ramo, já que em relação à área total, representa exatamente 52,2% (o equivalente a 4.370 mil hectares), seguido por Minas Gerais com 8,87% (742,65 mil hectares), Goiás com 8,1% (678,42 mil hectares), Paraná com 7,3% (611,44 mil hectares), Mato Grosso do Sul com 5,70% (480,86 mil hectares), Alagoas com 5,45% (463,65 mil hectares) e Pernambuco com 3,89% (326,11 mil hectares) (CONAB, 2011).

Em aparência, esse cenário seria reflexo tanto do aumento do consumo doméstico do álcool etílico, em função da alavancada da indústria automobilística a partir do lançamento da tecnologia *flex fuel*, quanto da perspectiva de intensificação das exportações, tendo em vista a possibilidade de abertura de novos mercados na Europa, Ásia e América do Norte. Em outras palavras, analisar a expansão do capital agroindustrial canavieiro por esse viés significaria compreendê-lo como um fenômeno que aparece motivado simplesmente por uma lógica de atendimento a um mercado em crescimento, leitura que coadunaria, portanto, com o argumento de que a expansão das atividades do setor se apresentaria como um fenômeno salutar segundo preceitos economicistas – já que está posto em discurso a constituição de uma demanda em constante crescimento.

No entanto, a “leitura” que propomos neste capítulo compreende essa expansão não somente como um processo a ser motivado pela perspectiva de ampliação de mercados, mas também na forma de uma determinação interna ao capital. Apresenta-se como uma expansão produtiva que necessita estabelecer uma abertura de mercados. Compreendemos, portanto, que o intento em solidificar a presença do etanol em âmbito global diz respeito, na realidade, também a uma determinação lógica do próprio capital (PITTA, 2011).

2.1. A ampliação de mercados como justificativa para expansão da agroindústria da cana

Os dados oficiais concernentes ao capital canavieiro de fato revelam um vertiginoso crescimento da produção do setor, realidade reiterada pelos dados oficiais (Tabela 1). Se levarmos em conta somente o intervalo recente entre as safras de 2004/05 e 2010/11, se constata que a elevação do volume de cana processado atingiu a marca de 50,08%, sendo que em relação à produção de açúcar e etanol, neste mesmo intervalo de anos/safras, o acréscimo correspondeu a 45,2% e 79,6%, respectivamente. Apesar da expressiva elevação da produção açucareira, é importante destacar a intensidade do aumento do volume de etanol produzido, fato que salienta exatamente o contexto atual de expansão do agrocombustível, seja internamente, ou para mercados externos. O Gráfico 01 revela exatamente um ciclo de crescimento das exportações de etanol, especialmente nos primeiros anos que marcam o atual ciclo de expansão e “modernização” da agroindústria canavieira.

Gráfico 1: Exportação de etanol - Brasil

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Org. XAVIER, C. V.

No ano de 2002, o volume exportado de etanol foi de 604,2 milhões de litros, sendo que em 2008 atingiu a marca de 5,1 bilhões de litros, o que na prática significa um aumento de cerca de 750% apenas neste intervalo.

Apesar dos 5,1 bilhões de litros de etanol exportados em 2008 representar por volta de 20% do total produzido no referido ano, ressalta-se o vertiginoso crescimento do agrocombustível como mercadoria de exportação. Vale lembrar que em 2002, o total de etanol destinado à exportação representava cerca de 6% do total produzido.

Verifica-se, portanto, ao longo da última década, um cenário de busca pela solidificação de mercados, tanto internamente, quanto em âmbito internacional, onde se destacam estratégias de afirmação por parte do capital. Nesse contexto, o principal destino do agrocombustível brasileiro foi os países da Europa e Ásia, além dos EUA num contexto mais recente.

Mesmo que nos dois últimos anos (2009 e 2010) o país tenha apresentado diminuição da exportação de etanol (Gráfico 1), tal decréscimo se apresenta em conexão com

aspectos conjunturais do setor. No último ano as exportações de etanol brasileiro foram de aproximadamente 1,9 bilhão de litros, o que na prática representa uma redução de 42,4% em relação ao ano de 2009 e ao mesmo tempo de 62,8% se comparado à 2008. A explicação conjuntural para esse cenário deve-se por um lado à estiagem ocorrida no Centro-Sul no transcorrer das duas últimas safras, principal região produtora; mas por outro, e principalmente, às melhores cotações no preço do açúcar no mercado internacional. Tais aspectos contribuíram para que as usinas destinassem o processamento da cana para produção da *commodity* (uma possibilidade proporcionada pela flexibilidade tecnológica das usinas, condição que garante escolherem como processarão sua cana-de-açúcar: dirigindo-a para a produção ou de açúcar ou de etanol).

A conformação deste contexto teve como reflexo no mercado interno brasileiro a elevação extrema nos preços do etanol, fazendo com que o mesmo deixasse de ser “competitivo” ao consumidor em relação à gasolina no período conhecido como entressafra (marcadamente fim de 2010 e início de 2011).

Na prática o cenário que se apresenta até o momento indica para uma possibilidade de retomada do crescimento das exportações de etanol, com a busca pela elevação de mercados consumidores, em especial nos EUA e países da Europa. Obviamente que a conquista desses mercados se insere no âmbito das recentes formulações que estabelecem políticas e diretivas em pró da elevação da presença nas matrizes energéticas desses países de fontes de energia denominadas renováveis – dentre as quais o etanol brasileiro tem alcançado tamanha qualificação. Nesse sentido, pode se afirmar que a insistência do segmento canavieiro em apresentar o etanol como uma fonte de energia “renovável” e livre de impactos nocivos ao meio ambiente tem apresentado para si reflexos supostamente positivos nesses mercados.

Tais políticas e diretivas referenciam sistemas globais de certificação, como no caso do sistema Bonsucro⁷ (também denominado Better Sugar Cane Initiative), que se apresenta como uma organização aberta e voluntária, sem fins lucrativos, cujos objetivos estariam pautados na definição de princípios, critérios, indicadores e padrões exclusivamente voltados para produção de cana-de-açúcar e seus derivados, sendo aplicáveis em todo o mundo. Mesmo que levando em consideração certas condições e circunstâncias locais que caracterizam a produção canavieira, busca-se a partir da aplicação desse sistema a criação de uma plataforma global que seja aceita internacionalmente para o segmento sucroenergético.

Segundo a organização, o objetivo é “reduzir” o impacto da produção de cana-de-açúcar no meio ambiente, a partir de parâmetros considerados mensuráveis. Para a mesma, busca-se com isso contribuir para os “benefícios sociais e econômicos”, que se estenderiam para os produtores de cana-de-açúcar e todos aqueles envolvidos com a cadeia de suprimento de açúcar. Nesse sentido, apresentam como princípios:

- Respeitar os direitos humanos e dos trabalhadores;
- Gerenciar a eficiência dos insumos, da produção e do processamento para aumentar a sustentabilidade;
- Gerenciar ativamente a biodiversidade e ecossistemas;
- Melhorar continuamente áreas chave do negócio;
- Planilha Bonsucro para cálculo de emissões de gás de efeito estufa pela produção e processamento da cana-de-açúcar.

No Brasil, a primeira companhia sucroenergética a obter esse padrão Bonsucro de produção foi a *joint venture* constituída pela Royal Dutch Shell e o Grupo Cosan S/A, Raízen – fato anunciado pela companhia no mês de Junho de 2011. Tal certificação se refere ao processamento de 1,7 milhão de toneladas de cana, 130 mil toneladas de açúcar e 63

---

⁷ Para maiores detalhes, ver: BONSUCRO. Kit de informações. Disponível em: <http://www.bonsucro.com/assets/Bonsucro_membership%20-%20V4-1_ptbr_3.pdf>.

milhões de litros de etanol. Segundo o vice-presidente de Sustentabilidade e Relações Exteriores da corporação, Luiz Osório, a meta é certificar, num prazo de até cinco anos, a totalidade da produção das 24 usinas da companhia no Brasil⁸.

Com vista a continua elevação das exportações de etanol, demais companhias do segmento preparam estratégias para adequação tanto ao selo Bonsucro, quanto a outras normas e diretivas – entre as quais se destaca a Diretiva 2009/08/CE, cuja formulação determina que os produtores de agrocombustíveis não poderão promover a redução de área plantada com alimentos, não utilizar mão de obra escrava nem infantil, deverão respeitar as associações sindicais e as práticas coletivas de negociação, dentre outros⁹.

A adoção de sistemas de certificação pelo capital canavieiro, com o objetivo aparente de garantir uma suposta padronização internacional da produção, corrobora fortemente com o processo de *commoditização* do etanol. Trata-se de um assunto que em aparência surge a reboque dessa sistematização de aspectos sociais e ambientais da cadeia sucroenergética, mas que na prática se efetiva como uma questão fundamental nesse processo – haja vista a importância dada pelo setor com relação a garantir a elevação do etanol à qualificação de *commodity*¹⁰. Se considerarmos que um dos principais impeditivos com relação à conversão do etanol à essa condição é exatamente o de garantir um padrão global de produção, nesse sentido, a elaboração de sistemas como o Bonsucro corrobora com a finalidade de direcionar e acelerar o cumprimento dessa demanda.

---

⁸ Para obtenção de maiores detalhes sobre a constituição da *jointe venture* envolvendo a Shell e a Cosan S/A, consultar o Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, intitulado: *Monopólio da produção de etanol no Brasil: a fusão Cosan-Shell*. 2011. Disponível em: <<http://www.social.org.br/revistacosanshel.pdf>>.

⁹ Para maiores informações ver o relatório *Anticipated Indirect Land Use Change Associated with Expanded Use of Biofuels and Bioliquids in the EU – An Analysis of the National Renewable Energy Action Plans*. Instituto Europeu para Policiamento Ambiental. Disponível em: www.ieep.eu

¹⁰ RAÍZEN. Disponível em: <<http://www.raizen.com.br/pdfs/apresentacao.pdf>>. Acesso: 09 jun. 2011.

Todavia, é de fundamental importância salientar que a obtenção de diferentes certificações por parte do capital canavieiro, a destacar uma suposta relevância à aspectos socioambientais, não significa obviamente a garantia do cumprimento dessas normas na realidade. Tais certificações reforçam o discurso engendrado pelo segmento, numa tentativa de elevar os agrocombustíveis a uma condição de solução para a questão do desenvolvimento de fontes renováveis de energia. Compreende-se que diante da maneira como tem sido apresentado o atual sistema de produção do etanol, o que existe é o estabelecimento de um “mito” – pela tendência de criar em discurso uma ideia de que este seria um combustível limpo, livre de impactos nocivos ao meio ambiente e que por isso mesmo estaria dotado de características ambientais suficientemente legitimadoras de sua expansão (OLIVEIRA, 2007).

Em outras palavras, a criação de sistemas de certificações pelo capital canavieiro indica como finalidade reforçar uma vez mais a necessidade imanente de ampliação de mercados para a agroindústria canavieira, seja para o consumo local, seja para o mercado internacional, principalmente.

2.2. A reestruturação produtiva da agroindústria canavieira e a elevação da composição orgânica de capital

Simultaneamente à estratégia de ampliação de mercados, contexto que na nossa interpretação deriva de uma necessidade interna ao capital canavieiro em expansão, as empresas do segmento buscam emplacar processos de reestruturação em toda cadeia produtiva – caracterizando um novo ciclo de expansão e modernização. Para alguns autores, tais processos seriam motivados por uma lógica cuja aparência revelaria possibilidades de redução de custos de produção para as corporações, fato que consequentemente redundaria numa elevação dos níveis de acumulação de capital. No entanto, a interpretação que tecemos acerca do

assunto é que se trata especialmente de uma reafirmação do padrão de atendimento à mercados internacionais por parte do agronegócio canavieiro – seja para manutenção da condição de fornecedor da *commodity* açúcar, seja para tentativa de robustecer o mercado global de etanol. Trata-se de uma necessidade de expansão determinada ao contrário pela própria crise de valorização do valor (KURZ, 1995).

Ao se inserir no sistema mundial de troca de mercadorias, a agroindústria da cana, igualmente a demais setores do agronegócio brasileiro, assume a necessidade de cumprir com as exigências de um mercado que impõe mudanças aceleradas àqueles que fazem parte. Sob a pena de diminuição da sua inserção, ou mesmo de malparar o que seria o abarcamento de novos mercados, conduz-se a um processo cada vez mais intenso de imobilização de capitais. Revela-se, deste modo, uma necessidade de investimentos para o aperfeiçoamento da produção que se caracterizam profundamente pela incorporação de novas tecnologias com vistas à intensificação da produtividade, processo que reflete o fato de que o padrão hegemônico de produção é sempre definido pelo centro do sistema capitalista.

Dessa forma, a partir do momento em que setores de mercados emergentes se inserem no sistema mundial de troca de mercadorias, assumem a necessidade de agrupar esforços com intuito de garantirem exatamente tal inserção. Nesse sentido pode se considerar inválido qualquer discurso que enviesse pelo argumento de uma suposta injustiça quando se trata das condições postas para inserção de cada país no mercado global.

O problema que surge aqui é porém muito mais complicado do que parece nos diversos discursos sobre a "Justiça", os quais muitas vezes supõem que aos países pobres seja subtraída uma parte da "sua" produção de valor, através talvez de pressões políticas, etc. Na verdade, é a própria "igualdade" do parâmetro de valor que faz com que os países capitalistas com pouco capital possam apropriar-se duma massa relativamente menor de valor em relação a países com muito capital. O sistema de coordenadas não é constituído por processos autônomos "nacionais" de criação de valor, mas pela criação de valor por parte do capital conjunto global, cujo parâmetro é o

nível de produtividade válido no mercado mundial. Do mesmo modo que um capital singular empresarial obtém no mercado, não um valor "individual" de acordo com a medida do seu tempo de trabalho efetivamente gasto, mas, através do preço realizável no mercado, apenas uma parte da criação conjunta do valor, de acordo com o nível de produtividade socialmente válido, assim também uma economia nacional não pode obter no mercado mundial uma massa de valor correspondente ao seu dispêndio nacional de trabalho, mas sempre apenas a parte da produção global de valor que corresponde à sua produtividade; e esta é, de fato, relativamente mais baixa nos países com pouco capital. Tanto na relação entre capital singular e capital conjunto, como na relação entre economia nacional e mercado mundial, o paradoxo está no fato de que aquelas empresas e aqueles países que, graças à sua produtividade relativamente mais alta, criam menos valor (ou seja, menos "trabalho coagulado" fictício) - sendo suficiente menos trabalho por cada produto, ou seja, por cada emprego de capital - podem apropriar-se, na concorrência do mercado, da maior parcela de valor real (válido) produzido pelo capital conjunto mundial (KURZ, 1995, p. 7).

Para todos aqueles que buscam fazer parte do sistema mundializado de troca de mercadorias se apresenta, portanto, uma necessidade de estabelecer um nível de aperfeiçoamento que garanta essa inserção, intensificando especialmente a imobilização de recursos na forma de capital constante. Em outros termos, como forma de tentar garantir patamares competitivos de operação, cuja exigência são as volumosas inversões de dinheiro, a consequência será uma intensificação da composição orgânica de capital (KURZ, 1993; PITTA, 2011).

Diante esse cenário, o que tem se visto na prática é um processo de mobilização pela conformação de toda uma estrutura tecnológica e operacional voltada à intensificação produtiva do ramo canavieiro. Nesse processo, vale elencar como as principais mudanças implementadas pela agroindústria: a elevação do corte e plantio mecanizados; a incorporação de sistemas de controle automatizado do processo produtivo – tanto na planta industrial, quanto na própria lavoura –; a adequação a sistemas de gestão e controle da

qualidade de produtos e processos – a destacar no setor os sistemas ISOs 9000 e 14000; assim como os projetos de certificação socioambiental (OLIVEIRA; THOMAZ JUNIOR, 2003).

A impulsionar todo esse processo de expansão, ressalta-se a repetição de algumas das mesmas características de diferentes momentos históricos desta atividade, principalmente no que concerne às ações do Estado. Reproduz-se o dispêndio de grandes investimentos de capitais com o objetivo de proporcionar alterações na base técnica que atendam aos interesses diretos de agentes do capital canavieiro, bem como de suas ramificações. Em outras palavras, o que houve foi a implantação de um ciclo de modernização cuja duração foi de aproximadamente 5 anos, marcadamente de 2003 até a crise financeira de 2008 (MENDONÇA; PITTA, 2012, p. 11).

No limite, trata-se da permanência de políticas que caracterizaram principalmente o período do Proálcool, quando se verificou o comprometimento do Estado em subvencionar a agroindústria sucroalcooleira da época. Neste Programa, sua realização se deu através da incidência de créditos subsidiados (a juros reais negativos), num montante que atingiu a marca de aproximadamente US\$ 7 bilhões, a contar de 1975 até 1990. O objetivo deste, que foi o principal projeto de industrialização da agricultura promovido pela “ditadura militar” brasileira, foi o de ampliar a produção de álcool, fomentando a mecanização do setor e a industrialização do refino de cana-de-açúcar, leitura essa que segue de acordo com o estudo elaborado por Fábio Pitta (2011). A diferença com relação ao mais recente processo de modernização é que no atual momento histórico inexistiu um programa voltado especificamente para a agroindústria canavieira, que conta na realidade com a participação tanto do crédito privado, quanto de empréstimos do BNDES¹¹ (MENDONÇA; PITTA, 2012, p. 11).

---

¹¹ Sobre a constante demanda por crédito e rolagem de dívidas no segmento canavieiro, retomaremos a discussão em pormenores no próximo tópico 1.4.

Guardadas as peculiaridades de cada momento, o que se observa é a repetição da participação direta do Estado na busca pelo aperfeiçoamento do sistema de produção da agroindústria da cana – entenda-se com isso, uma atuação que vai desde o desenvolvimento de pesquisas em melhoramento genético de espécies de cana-de-açúcar, até a liberação de crédito direto para implantação de plantas industriais, de terminais de armazenamento e de exportação do agrocombustível, entre outras medidas.

No que concerne ao setor de pesquisas e melhoramento genético relativo ao setor produtor de cana-de-açúcar, há algumas empresas e instituições públicas que desenvolvem pesquisas que mais se notabilizam, tais como o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), presente com elevado destaque pelas variedades SP, que levam sua marca e representam um pouco mais de 50% dos canaviais, em todo o país; Cana Vialis e Alellyx, ligadas ao Grupo Votorantim Novos Negócios, que desenvolvem pesquisas na área de melhoramento, com base na genética clássica e na biologia molecular, respectivamente.

No setor público, competem igualmente, em São Paulo, a conjugação de forças para o desenvolvimento de pesquisas no âmbito do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), ligado à Secretaria de Estado da Agricultura; a estrutura de pesquisa do ex-Planalsucar, agora sob a responsabilidade do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de São Carlos, que continua a produzir as variedades RB, juntamente com as SP, da Coopersucar, representando quase 75% de toda a área plantada no Brasil; a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), que congrega os institutos de pesquisa do setor público estadual (Instituto de Economia Agrícola, Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto Biológico, Instituto de Tecnologia de Alimentos, Instituto de Zootecnia). E, além disso, 14 Ministérios, 23 Universidades (Rede Brasileira de Tecnologia do Biodiesel (RBTB), Pólo Nacional de Biocombustíveis (Piracicaba).

A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), somente a partir de 2005, passou a dedicar-se às pesquisas com cana-de-açúcar, particularmente devido ao incentivo do então Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Através da EMBRAPA Energia, assumiu o desafio de “desbravar as fronteiras agrícolas [...] e criar condições de plantio nos estados de Minas Gerais, Goiás, no Cerrado, e até no Maranhão, regiões com

logística interessante e onde o preço da terra é mais barato do que o da região de Ribeirão Preto”. A empresa está ousando ainda mais com a liderança de um consórcio que vai reunir Instituições de Pesquisas, pesquisadores renomados, iniciativa privada, sob a liderança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), para desenvolver investigações na área de agroenergia. Está, na prática, inaugurando o modelo de parceria, denominado Empresa de Propósito Específico (EPE), previsto na Lei de Inovação, cujo principal objetivo é ampliar o volume de recursos para a investigação científica de alto nível, produzir pesquisas sem as amarras do setor público, para aumentar a competitividade do agronegócio, no Brasil, e, especialmente, desenvolver tecnologias na área de etanol (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 282-283).

Verifica-se a constituição de uma ampla rede de ações com vista ao fortalecimento da cadeia produtiva do etanol. Conforme exposição de Thomaz Júnior (2009) pode-se compreender mais profundamente alguns dos pormenores sobre o desenvolvimento de toda essa estrutura tecnológica voltada à expansão do capital da cana. O autor continua a descrição sucinta desse processo. Conforme sua exposição

O NIPE (Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético), associado à Universidade Estadual de Campinas, sob a coordenação geral do professor Rogério Cerqueira Leite, com apoio da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), foi contemplado com R\$ 3,7 milhões, para iniciar atividades de pesquisas numa planta-modelo, localizada em Campinas. O objetivo é viabilizar a produção de álcool via bagaço e palha, ou seja, obter o etanol através do processo de hidrólise enzimática, utilizando celulasas (enzimas produzidas por micro-organismos). Na prática, proporcionará a produção de álcool, a partir da quebra das moléculas de açúcar da celulose, após o processo de fermentação. Mas é importante ressaltar que o Plano de Ação do Ministério da Ciência e Tecnologia, para o período 2007-2010, também conhecido como PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da C&T, destinou R\$196,9 milhões para o Programa C,T&I do Etanol, sendo que os estudos sobre hidrólise enzimática serão centralizados no Centro de Pesquisas em Bioetanol, sediado em Campinas, junto ao Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS).

A isso se liga outro projeto, também de grande dimensão tecnológica para o agronegócio canavieiro, com a implantação do Centro de Pesquisas em Bioetanol, em Campinas, na mesma área onde já funciona o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS). Os 200 pesquisadores que estão previstos para compor as equipes de pesquisa do futuro Centro serão remunerados diretamente pelo MCT, sem contar que a FAPESP apoiará ainda, com financiamentos de projetos, como também consorciada ao CNPq em editais específicos, da mesma forma que o CNPq, em separado, dispunha, em meados de 2008, de seis editais específicos para o agronegócio, com a finalidade de viabilizar tanto pesquisa básica, quanto aplicada.

Outros estudos, desenvolvidos no âmbito da Universidade Pública e igualmente vinculados aos interesses privados, destacam-se na órbita da hidrólise enzimática ou da transformação da celulose em açúcar e, em consequência, da produção de etanol, como é o caso do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CT/UFRJ), que conta com o apoio financeiro da PETROBRÁS (THOMAZ JÚNIOR, p. 283-284).

Sinalizamos que a postura do Estado em intensificar a alavancada do capital canavieiro compreende desde essas ações pontuais voltadas ao desenvolvimento tecnológico, como também na liberação de linhas de financiamentos mediados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Quanto à intensidade dos repasses de créditos transferidos pela instituição financeira, somente no ano de 2009 houve o financiamento ao setor de um total equivalente a R\$ 6,5 bilhões. Ressaltamos que, anteriormente a este ano, a carteira de crédito do banco junto ao capital canavieiro já somava até o mês de Julho de 2008 aproximadamente R\$ 23,5 bilhões, o que de certa forma reitera a alavancada dos desembolsos voltados aos projetos do capital sucroenergético.

Entre os anos de 2004 e 2007, já é possível verificar um acréscimo acumulado da liberação de recursos superior a 500%. Salientamos que esse vertiginoso aumento dos desembolsos representa um crescimento dos investimentos com intensidade superior a qualquer outro segmento econômico no país.

[...] O percentual desembolsado para projetos sucroalcooleiros cresceu, entre 2004 e 2007, aproximadamente quatro vezes. Enquanto em 2004 tal percentual era de 1,2%, em 2007 a participação do setor nos desembolsos totais do BNDES atingiu a marca de 4,7%. Em 2008, em face do aumento do volume de aprovações em 2007, o nível de participação do setor sucroalcooleiro atingiu, até junho, o nível recorde de 5,6% de todo o desembolso do BNDES (MILANEZ, A. Y.; BARROS, N. R.; FAVERET FILHO, P. S. C., 2008).

Vale ressaltar que o valor dessa carteira de crédito é referente à totalidade das solicitações de financiamento até o período, o que significa a soma de todos os níveis de solicitações, que se relacionam às seguintes formas de financiamentos: os que já foram contratados, os que estão aprovados, os que se encontram em análise, os já foram enquadrados e, por fim, os que estão em processo de consulta para sequente enquadramento (Tabela 2).

É destacado uma vez mais que o argumento utilizado pelo capital canavieiro para justificar a intensificação dos recursos liberados junto ao setor tem como embasamento a sempre presente perspectiva de alavancada da produção de etanol. Um discurso que se pauta sempre num possível aumento da demanda global pelo produto.

Tabela 2:

Desembolsos do BNDES para a Agroindústria Canavieira					
<i>Em R\$ milhões</i>					
Subsetor	2004	2005	2006	2007	2008
Cana-de-Açúcar	193,96	224,26	366,74	571,51	436,94
Açúcar	273,17	479,70	897,85	1.263,78	966,03
Etanol	60,36	137,84	446,65	1.629,54	1.027,60
Co-Geração (energia elétrica)	77,44	256,49	264,55	127,62	249,69
Total	604,93	1.098,29	1.975,80	3.592,44	2.680,25

Fonte: BNDES (posição em 03/07/2008).

Org. MILANEZ, A. Y.; BARROS, N. R.; FAVERET FILHO, P. S. C., 2008

Verifica-se que para cada subsetor da agroindústria canavieira, o acréscimo dos investimentos passa a se concentrar na produção de etanol, fato evidenciado a partir do ano de 2007. Tais recursos, essenciais para composição do capital canavieiro, convertem-se nos investimentos anunciados recentemente pela UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar). Segundo a associação representante dos usineiros, até o final do ano de 2010, existia a previsão de investimentos que atingiam a cifra de aproximadamente 15 U\$ bilhões. Trata-se de um recurso incorporado na forma de capital fixo com direcionamentos tanto para criação de 75 novos projetos agroindustriais, quanto para reformas incrementais das unidades processadoras já existentes (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Sequencialmente, os investimentos para o ramo canavieiro continuaram a se confirmar, em especial na quantidade de novos aportes transferidos via BNDES.

Sob a perspectiva de que Estados Unidos, Japão e União Européia seriam potenciais consumidores, enormes montantes de crédito foram destinados ao setor. Durante o governo Lula, o financiamento para a indústria da cana chegou a R\$ 28,2 bilhões. Em 2010, foram destinados R\$ 7,4 bilhões para

financiar desde o cultivo (R\$ 953 milhões) até a produção de açúcar e álcool (R\$ 5,6 bilhões) e a cogeração de energia (R\$ 665 milhões). O montante destes empréstimos é maior do que o fornecido a outros setores da economia naquele ano, como as indústrias de papel, celulose e extrativistas juntas (R\$ 3,1 bilhões), mecânica (R\$ 5,3 bilhões), metalúrgica (R\$ 4,9 bilhões), e têxtil e vestuário (R\$ 2,1 bilhões). Ao longo de 2008, em razão da crise financeira, até capital de giro das empresas em dificuldades financeiras foi financiado. Os valores são exorbitantes se comparados aos que o setor recebeu ao longo de todo o Proálcool em créditos subsidiados (com juros reais negativos) no montante de 7 bilhões de dólares de 1975 a 1990. (MENDONÇA; PITTA, 2012, p. 4).

Compreendemos enquanto hipótese que a justificativa para intensificação dos recursos liberados é a sempre repetida perspectiva de alavancada da produção de etanol. Segundo estimativas do próprio ramo, para tornar realidade os prognósticos de expansão somente dos próximos 10 anos, ainda fazem-se necessários investimentos da ordem de R\$ 43,8 bilhões, sendo que R\$ 24,5 para aquisição de terras e R\$ 19,2 bilhões para formação de lavouras e infraestrutura operacional (MOREIRA, 2011).

Vemos que o Estado ao assumir incondicionalmente o papel de subventor geral, toma para si a necessidade de encarregar-se de algumas obrigações com vista a uma efetiva expansão do capital no campo. Em especial na relação com o setor agroenergético, cabe assumir a responsabilidade de financiar a produção, de investir em pesquisa e ainda buscar fôlego para aprimorar a infraestrutura e o sistema de logística do setor, como é o caso da instalação de um sistema de transporte voltado ao escoamento da produção desse segmento do agronegócio.

2.3. A concentração de capitais no contexto da expansão canavieira

É nesse contexto de expansão com necessidade continua de novos investimentos que se conforma também a atração de agentes financeiros privados. Além da permanência dos desembolsos por parte do Estado, o atual cenário de expansão canavieira reforça uma busca por captação de volumes de recursos diretamente de mercados de valores – uma estratégia que para o segmento tem como referência a atuação do grupo Cosan S.A., principal empresa do setor e que já em meados dos anos 2000 efetiva sua entrada junto ao mercado de ações da Bovespa (XAVIER; PITTA; MENDONÇA, 2011). Com relação especificamente à empresa, à participação de capitais estrangeiros, em que contam volumosos aportes de fundos de investimentos, gerou para a corporação uma ampliação exponencial dos seus ativos, contribuintes na constituição das empresas subsidiárias, como: Cosan Açúcar e Álcool, Rumo Logística, Cosan Combustíveis e Lubrificantes (CCL), além da Radar Propriedades Agrícolas.

Além da participação indireta de investidores do sistema financeiro, o ramo sucroenergético também vinha se destacando pela mobilização de corporações que se encontravam fora do ramo, destacando-se companhias ligadas ao setor petrolífero, empresas de commodities, além de fundos de investimentos. Para as empresas do setor estava posta a necessidades de atração de novos investidores; já para as companhias que começaram a se inserir no segmento, marcadamente por uma sequencia de fusões, se apresentavam novas possibilidades de negócios em um setor em havida expansão.

A própria inserção da corporação Royal Dutch Shell, a partir da constituição de um *joint venture* com o Grupo Cosan S/A se enquadra neste processo. A associação entre as duas companhias consideradas líderes em seus respectivos ramos de atuação, resultou na constituição da empresa Raízen, que já surge como uma das cinco maiores empresas do país,

com valor de mercado, postos pelos seus ativos, estimado em US\$ 20 bilhões de dólares. A corporação é responsável por uma produção anual de 2,2 bilhões de litros de etanol, além de 4 milhões de toneladas de açúcar. Desde sua criação apresenta como meta até 2014 aumentar a produção atual de etanol para 5 bilhões de litros, expansão a ser viabilizada pelo avanço da companhia no sentido de “novas” regiões produtoras de cana, a se destacar a instalação de unidades no Noroeste Paulista e Sul dos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul (RAÍZEN, 2011).

Outra companhia petrolífera a se estabelecer junto a atividade canavieira foi a British Petroleum. Por meio da BP Biofuels, subsidiária de agrocombustíveis da divisão de energias alternativas da companhia, a empresa adquiriu primeiramente 50% da Tropical BioEnergia S/A, um *joint venture* composto pela LDC Bioenergia e o Grupo Maeda, transação selada no ano de 2008. A usina operada pela Tropical BioEnergia se encontra instalada no município de Edéia, localizada ao sul de Goiás. Atualmente a unidade opera com capacidade ociosa de produção, mas em plena operação a usina apresenta potencial para produção de 435 milhões de litros de etanol por safra (BRITO, 2011).

Em Março de 2011, a BP Biofuels anunciou seu segundo acordo junto ao segmento, que se refere à aquisição de 83% da CNAA (Companhia Nacional de Açúcar e Álcool). O valor da transação atingiu a cifra de R\$ 1,1 bilhão e engloba a compra do bloco de ações de dois fundos de investimento e a assunção de dívidas da CNAA (PINTO, 2011). Três são as usinas pertencentes à CNAA que agora passam ao controle majoritário da BP Biofuels, sendo duas usinas já em operação nos municípios de Itumbiara, no sul Goiás, e Ituiutaba, no Triângulo Mineiro; e uma em fase de construção nesta mesma região, no município de Campina Verde (BRITO, 2011).

Além das corporações de origem estrangeira, a petrolífera estatal brasileira também se insere diretamente no segmento agroindustrial canavieiro. Por meio da empresa

Nova Fronteira Bioenergia S/A, *joint venture* resultante a fusão de capitais entre o Grupo São Martinho e a Petrobrás Biocombustíveis (PBio), a corporação prevê investimentos na ordem de R\$ 520,7 milhões na ampliação da usina Boa Vista, localizada em Quirinópolis, também no Sul de Goiás. O intuito é criar a maior usina produtora de etanol de cana-de-açúcar do mundo, com a elevação da capacidade de processamento da unidade dos atuais 3 milhões de toneladas para 8 milhões na safra 2014/2015. Vale ressaltar que até o último ciclo de produção, esta usina operava de forma ociosa, tendo processado por volta de 2,4 milhões de toneladas, portanto 600 mil toneladas a menos que a capacidade instalada.

A usina divulga que atualmente a totalidade da cana processada é proveniente da produção própria da Nova Fronteira. Considerando a ociosidade das atuais instalações, bem como a perspectiva futura de elevação da capacidade de processamento, saltando para 8 milhões de toneladas por safra, se estima uma intensificação do expansionismo da canavicultura na região. Nesse contexto, a companhia considera que cerca de 30% a 40% da cana deverá ser proveniente de fornecedores externos (MAGOSS, 2011).

Os recursos para implantação do investimento serão compostos em grande parte com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, cerca de R\$ 400 milhões. A Boa Vista já conta com incentivo fiscal de ICMS do governo de Goiás no valor total de R\$ 3 bilhões. Sendo um projeto criado exclusivamente para a produção de etanol e cogeração, a meta para safra de 2014/2015 é atingir a produção de 700 milhões de litros de etanol, além da cogeração de 600 mil MWh de energia elétrica (MAGOSS, 2011).

Com relação às *tradings*, cabe destacar a companhia Cargill, cuja entrada no setor sucroenergético remete ao ano de 2006, com aquisição de 64% do capital social da Companhia Energética do Vale do Sapucaí (Cevasa). Sua última grande investida no segmento ocorreu em meados de 2011, momento em que a companhia anunciou a constituição de um *joint venture* com o grupo Usina São João (USJ), com gestão e

participação igualitária no capital social da nova empresa. Todavia o negócio integra apenas as duas unidades localizadas no estado de Goiás, sendo uma já em operação e outra em etapa de finalização (PINTO, 2011).

Outra corporação com atuação marcante é a Bunge. Sua inserção no ramo canavieiro também se apresenta na forma de aquisições sequenciais de empresas já formadas. Primeiramente, em 2007, adquiriu a totalidade da Usina Santa Juliana, localizada no Triângulo Mineiro. No ano seguinte estabeleceu um negócio para comercialização de açúcar com o grupo Tate & Lyle, tornando-se um dos maiores exportadores da *commodity* no país. Nos anos seguintes a empresa manteve a estratégia de seguidas aquisições, contando até o ano de 2011 com um total de 8 unidades processadoras em operação e mais uma em etapa de finalização – garantindo uma capacidade total instalada para moagem de 20 milhões de toneladas por safra (PINTO, 2011).

A ADM (Archer Daniels Midland), também conta com atuação significativa no Sul de Goiás e no Triângulo Mineiro, em especial pela aquisição de parcelas do capital social de companhias já instaladas, mesma estratégia estabelecida pela Sojitz Corporation, que em 2007 adquiriu 33% do capital social da ETH, junto ao grupo Odebrecht (PINTO, 2011).

Já com relação à atuação dos fundos de investimento, cabe destacar como principais negócios tanto a aquisição completa do capital social de empresas já constituídas, quanto à associação com empresas já formadas. Um exemplo de aquisição completa é a Infinity Bio-energy, composta pelos fundos estadunidenses Kidd & Company, Stark e Och Zitt Management, além do Banco de investimentos Merrill Lynch. A empresa efetivou em apenas dois anos desde sua formação (2006 e 2007) a compra de oito usinas, além do anúncio da construção de mais cinco unidades processadoras. Somente as aquisições totalizam investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão. Tais empreendimentos apresentam conexão com a captação de US\$ 1,5 bilhão junto a bolsa de captação de recursos para empresas em formação

AIM, situada em Londres. A efetivação desse processo ocorreu em maio de 2006 (STEFANO, 2007).

Com relação às estratégias de associação, um caso que chama atenção é a CEB (Clean Energy Brazil), que no ano de 2006 também efetivou junto à mesma bolsa de Londres a captação de recursos equivalentes a R\$ 400 milhões. Entre suas operações em associação cabe destacar: no ano de 2007, a aquisição de 49% da Usaciga Açúcar, Álcool e Energia Elétrica LTDA, unidade processadora em operação no estado do Paraná; em 2009, a constituição de um *joint venture* com a Unialco S.A., tendo estabelecido a participação de 33% do capital social dos dois empreendimentos industriais da empresa no Mato Grosso do Sul (PINTO, 2011).

De forma idêntica, as diversas corporações estrangeiras que têm se inserido no segmento canavieiro adotam como principal estratégia a busca pela ampliação da sua presença em regiões identificadas como *novas* áreas voltadas à produção de cana. Observa-se que corporações como Raízen (Shell – Cosan), Nova Fronteira (Petrobrás – São Martinho), BP Biofuels (Tropical BioEnergia e CNAA), ETH (Sojitz Corporation e construtora Odebrecht) entre outras, têm concentrado seus investimentos em municípios situados na porção Sul do Estado de Goiás, nas regiões Oeste e Noroeste Paulista, Leste do Mato Grosso do Sul e no Triângulo Mineiro. Nessas regiões, além dos empreendimentos já em operação, existem projetos que preveem a instalação de novas unidades agroprocessadoras, como no caso de duas novas usinas a serem construídas pela Raízen nos municípios de Montividiú e Paraúna, ambas no Sul de Goiás.

Outro aspecto que fortalece a questão da propagação de investimentos nessas regiões deve-se a efetivação de investimentos de logística para o escoamento do etanol. Todas as unidades citadas se encontram estrategicamente localizadas próximas ao alcoolduto em construção pela Logum Logística (empresa criada pela Petrobrás com o objetivo de realizar o

transporte de etanol no Brasil), bem como da rodovia Norte-Sul e de hidrovias que estão sendo construídas pela Transpetro. Verifica-se a materialização de investimentos a fim de alavancar a exportação brasileira de etanol, principalmente pela ampliação do crédito estatal no desenvolvimento dessas obras (XAVIER, 2010).

A considerável participação dessas companhias no setor canavieiro caracteriza ainda um fenômeno de concentração de capitais, processo que em aparência pode ser relacionado como uma decorrência da busca por investimentos tidos como “saudáveis” por parte dessas empresas, considerando a existência de uma suposta estabilidade do setor canavieiro no Brasil. Todavia, a leitura que adotamos como forma de compreensão desse processo analisa tal movimento de concentração na realidade como uma decorrência da própria crise de acumulação capitalista. Como abordaremos adiante, compreendemos o processo de expansão da agroindústria canavieira, bem como da concentração setorial, pelo viés da crise de valorização do valor, e não nos termos de uma suposta solução de crise no interior da aparente salutaridade do segmento canavieiro.

3. A determinação da crise de acumulação na expansão do capital canavieiro

A tentativa de inserção de determinados setores econômicos, especialmente da agroindústria, no sistema global de troca de mercadorias, revela a tendência de aniquilação dessa economia voltada para o externo – como reiteradamente se afirma no agronegócio canavieiro. Todavia, como tentativa de impedir, ou simplesmente postergar a efetivação desse processo, o que se verifica é a repetição do Estado na condição de interventor, assumindo o papel de subventor geral da economia.

Com base nesse modelo de desenvolvimento econômico voltado para o externo, cabe ao Estado financiar a produção, investir em pesquisa e ainda buscar fôlego para aprimorar a infraestrutura, reforçando o intento de imputar patamares elevados de produção (PITTA, 2011).

Reforçamos uma vez mais que todo este processo tem resultado em uma elevação direta da dívida pública, decorrente da atuação do Estado no sentido de subvencionar seu principal setor exportador, que é a agroindústria. A reprodução desse ciclo de endividamento deve-se ao fato de que para efetivação dos aprimoramentos requeridos reafirma-se uma necessidade de captação de recursos tomados de empréstimos em mercados financeiros. Trata-se de um processo de inserção em circuitos deficitários (KURZ, 1995), um esforço que na realidade representa apenas uma simulação da expansão econômica real.

Um tal circuito deficitário pode ocorrer em dois planos, e em ambos os casos a economia real é alimentada com capital monetário introduzido do exterior. Por um lado, não se financia mais a dívida pública com a poupança interna (ou com a inflação interna do papel-moeda), mas com capital monetário externo; o mesmo também acontece no plano do endividamento das empresas. A crise das dívidas do Terceiro Mundo é apenas um caso especial, hoje já precário, deste endividamento externo. O aspecto candente da questão está no fato de que o contínuo recurso ao capital externo deve ser pago em divisas, ou seja, somente por meio de contínuos excedentes nas

exportações, o que por sua vez conduziria a déficits noutros setores. Este endividamento externo age do seguinte modo sobre a economia real: o dinheiro tomado de empréstimo algures reaparece no interior como procura estatal ou privada, para depois ser pulverizado no consumo ou desbaratado em "investimentos" (armamentos, empréstimos a fundo perdido, subvenção de setores não rentáveis etc.) (KURZ, 1995, p. 18-19).

Propomos neste capítulo elaborar uma discussão acerca dos pormenores dos mecanismos pelos quais se estabelece o atual momento de expansão da agroindústria canavieira, a destacar a preponderância do capital financeiro – com a conformação de um cenário de dívidas cujos montantes se apresentam no atual momento histórico na forma de uma internalização na economia brasileira.

3.1. A reprodução fictícia do capital

Para tecer uma crítica quanto ao processo de expansão do setor canavieiro, bem como de outras diversas atividades ligadas ao agronegócio, consideramos imprescindível contextualizar as determinações da forma de reprodução capitalista neste momento histórico, tratando a questão nos termos da reprodução fictícia do capital (KURZ, 1993; 1995), processo que consiste na formação continuada de “novas” dívidas em decorrência da insolvência de dívidas antigas, isto é, na necessidade de incorporação constante de novos montantes de dinheiro na forma de crédito. Neste cenário, destaca-se um latente processo de autonomização do dinheiro, em que a multiplicação deste passa a ocorrer de maneira mais rápida do que a própria acumulação de “trabalho morto”, havendo deste modo um destacamento da sua própria base real. Nos termos de Robert Kurz:

O humano "processo de metabolismo com a natureza" (Marx) tornou-se um abstrato e em si insensato dispêndio de força de trabalho, justamente porque o dinheiro se autonomizou do agente humano, na forma fetichista potenciada do capital: não é a necessidade humana que guia o dispêndio de energia; pelo contrário, a forma "morta" dessa energia, autonomizada como coisa,

subordinou a si a satisfação das necessidades humanas. A relação com a natureza, tal como as relações sociais, tornaram-se meros processos de passagem para a "valorização do dinheiro" (KURZ, 1995, p. 01).

Trata-se do surgimento de uma ilusão de que o dinheiro pode reproduzir-se independentemente da sua substância abstrata – o trabalho. É exatamente nesse sentido que cabe ser incorporada a expressão “autonomização” da forma de “trabalho morto” que é o dinheiro – forma esta que exatamente se apresenta como uma necessidade imanente de ser incorporado ao processo de expansão do capital, aqui analisado a partir do avanço da agroindústria sucroenergética (KURZ, 1995).

É verdade que a sociedade moderna é considerada em geral uma "sociedade do trabalho" ou uma "sociedade do ganho", e é incontestável que trabalho e receita monetária são, afinal de contas, idênticos. Mas este nexos lógico só é compreendido numa acepção sociológica banal ou apresentado como uma espécie de postulado moral - por exemplo, nas ideologias do "trabalho honesto" -, ao passo que a necessidade econômica de uma coincidência destas duas formas fenomênicas do processo de valorização não é considerada plausível. Através das formas de mediação entre trabalho e dinheiro, nada fáceis de reconhecer e sempre mais complexas no decurso da modernização, nasce a ilusão de que o dinheiro pode desenvolver-se independentemente da sua substância abstrata, constituída pelo trabalho (KURZ, 1995, p.1).

Portanto, ao considerarmos a existência da ilusão de um movimento autônomo do dinheiro, deveremos compreender que nessa forma autonomizada, o dinheiro passa, ele próprio, à forma de mercadoria – sendo negociado em mercados financeiros, com preços diferenciados, a serem determinados pelas diversas taxas de juros. Em outras palavras, o dinheiro passa a ser expresso na fórmula: $D - D'$, uma fantasmagoria imanente ao processo capitalista.

Na prática do processo capitalista, esta ilusão nasce da natureza particular do capital monetário concentrado no sistema bancário. A bem dizer, o dinheiro transforma-se em capital quando é gasto diretamente para a valorização do trabalho abstrato, tornando-se assim "de um valor dado, um valor que valoriza que se aumenta a si mesmo" (*Das Kapital*, t. 3, p. 350): os meios de

produção adquiridos inclusive a força de trabalho humana transformam-se, segundo a lógica da racionalidade empresarial em mercadorias para venda no mercado, com o respectivo excedente na forma abstratas do "dinheiro". Esta lógica, resumida por Marx na fórmula D-M-D', só pode ser mediada pelo trabalho abstrato encarnado nas mercadorias. A empresa produtora de mercadorias, se o próprio capital monetário não basta, pode tomar de empréstimo (total ou parcialmente) a massa inicial "D" de dinheiro, que atua como capital. Para este fim servem as poupanças da sociedade, concentradas no sistema bancário: dinheiro que seus proprietários não utilizam, nem para o consumo nem para investimentos empresariais, sendo antes depositado como o osso que um cachorro enterra para roer mais tarde.

Entretanto, mesmo esse dinheiro é capital - capital na forma de crédito: temporariamente, o sistema bancário empresta capital empresarial "atuante". O dinheiro não serve aqui para a mediação de mercadorias, nem é diretamente capital monetário empresarial, que emprega trabalho abstrato no seu processo de valorização mas torna-se paradoxalmente uma mercadoria com cotação em mercados especiais (os mercados financeiros) e cujo preço são os juros. O dinheiro como mercadoria nos mercados financeiros é portanto *capital que rende juros*, diferentemente do capital empresarial "real", que organiza a efetiva valorização substancial. Do ponto de vista deste capital que rende juros, a fórmula da valorização reduz-se a D-D'; ou seja, o dinheiro, aparentemente sem intervenção da produção real de "M", ganha imediatamente, como mercadoria, a "qualidade oculta" (Marx) de gerar - pretensamente de si mesmo - "mais dinheiro": "O movimento característico do capital em geral [...] o retorno do capital ao seu ponto de partida, assume, no capital que rende juros, uma figura totalmente separada, distinta do movimento real de que ela é forma [...] Dar, emprestar dinheiro por um certo tempo e receber de volta o mesmo com juros (valor acrescentado) é a forma completa do movimento que cabe ao capital que rende juros como tal. O movimento efetivo do dinheiro emprestado como capital é uma operação que se situa além da transação entre quem dá e quem recebe empréstimos. Nestas mesmas operações, essa mediação é cancelada, tornada invisível, não diretamente compreendida [...] Aqui, o retorno não se exprime, portanto, como consequência e resultado duma série determinada de processos econômicos, mas como consequência duma estipulação jurídica particular entre compradores e vendedores." (*Das Kapital*. t. 3, p. 360 s.) (KURZ, 1995, p. 1 - 2).

Como derivação desse miraculoso sistema monetário, no qual dinheiro, por si só, detêm uma suposta capacidade de gerar mais dinheiro, é que surge a expressão absurda: “indústria financeira” – em que há a criação de uma variedade de serviços bancários, denominados “produtos”, cujo fim último é gerar mais dinheiro para os seus consumidores.

Trata-se ainda do capital fictício em sentido estrito: quando se paga os créditos insolváveis com novos créditos, exatamente o mecanismo que se apresenta enraizado no setor canavieiro. A fim de efetivar seu processo de expansão, faz-se necessário a requisição de créditos seguidamente, sempre com o propósito de se cobrir antigos créditos – dinheiro creditício, no limite, sem qualquer substância de valor, ou ainda, em absoluto desconecto da substância de trabalho. No limite uma expansão que se efetiva como expansão de dívidas, nesses termos como origem e determinação da própria crise de acumulação desses capitais.

O aparente movimento direto D-D' só se torna "fictício" em sentido estrito quando o malogro do processo substancial de valorização é maquiado, pagando-se créditos que se tornaram malparados com novos créditos. É o que acontece hoje em grande escala, não só com créditos do Terceiro Mundo, mas também com uma grande massa de créditos às empresas e ao consumo. Desse modo o sistema financeiro empurra uma montanha sempre crescente de dinheiro creditício "sem substância", tratado "como se" passasse por um processo real de valorização, embora seja apenas simulado por metacréditos. Desta forma, o nexos entre trabalho abstrato e dinheiro prolonga-se, de sorte que a não coincidência das duas formas fenomênicas não se torna de imediato operativa, mas é de algum modo "adiada". Contudo, a cadeia fictícia de prolongamentos acabará por romper-se, pois alcançará os seus limites a meta-remuneração de juros do movimento D-D', crescido para além de seu conteúdo substancial (KURZ, 1995, p. 2-3).

É exatamente nesses termos que se efetiva, portanto, uma dependência crescente do capital real em relação ao crédito. Os altíssimos custos prévios para imputar processos competitivos de produção de mercadorias, exigem cada vez maiores massas desse mesmo dinheiro creditício. Nesse sentido, a territorialização da agroindústria da cana passa a se efetivar de modo crescente com a participação de volumosas somas dessa forma de capital:

seja para implantação e/ou modernização de unidades processadoras, seja para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das lavouras, seja para alavancar a concentração de terras – processo a se concretizar por meio da compra, ou ainda pelo estabelecimento de contratos arrendamentos¹².

Ao mesmo tempo essa participação de investidores do mercado financeiro revela o que seria uma busca pela sua própria valorização, considerando tratar de um capital proveniente de um processo de ficcionalização da reprodução, no qual o volume de capital acumulado surge da ilusão de que o dinheiro pode reproduzir-se independentemente da sua substância abstrata. Nesses termos, as enormes massas de dinheiro creditício a ser incorporada na expansão do capital canavieiro se mostrariam aos denominados investidores do mercado financeiro como um processo em aparência capaz de emplacar a valorização desses valores.

Compreende-se que o dinheiro desubstancializado desses investidores, como no caso dos fundos de investimentos, compõe na realidade uma grande massa de cifras que no limite buscam, ou melhor, necessitam de valorização – já que na realidade a nada correspondem em termos substanciais. Por isso mesmo que se verifica um vertiginoso aumento da participação de capitais oriundos de mercados financeiros, que se apresentam num primeiro momento sob a forma de créditos repassados pelo Estado e mais recentemente também na condição de investidores diretos, como ocorrido no marcante processo de compra de terras e de incorporação de unidades processadoras.

Mas, a incorporação desse dinheiro exatamente em processos de reestruturação produtiva, em que há necessariamente o aumento da composição orgânica de capital, faz requerer simultaneamente novas inversões do mesmo dinheiro na forma de crédito, condição que revela o fato de que no aumento da composição orgânica a manifestação resultante é exatamente a de uma queda tendencial da taxa de lucro (MARX, 1983b).

---

¹² No capítulo 3 retomaremos essa discussão. Apresentaremos uma caracterização detalhada sobre as diferentes relações de produção que se estabelecem no monocultivo da cana.

A transmissão de uma aparente alta rentabilidade gerada pelas transações realizadas no mercado financeiro pode corroborar para construção de interpretações que seguem num sentido contrário à forma de compreensão que buscamos apresentar até o momento. Se assim o fizéssemos, poderíamos nos pautar numa leitura que apontasse para um sentido de negação da queda tendencial da taxa de lucro do setor produtivo. Nesses termos, compreenderíamos o processo de reestruturação produtiva de diversos setores de países em desenvolvimento, em que há uma intensa composição de massas de capital financeiro, como um meio de tentar criar novas possibilidades, oportunidades rentáveis de investimentos.

Todavia, optamos por uma forma de compreensão que visualiza na incorporação pelo setor produtivo de volumosas massas de capital creditício o forjamento de um processo de reprodução, em aparência, salutar (KURZ, 1995). Em pormenores, compreendemos esse processo como a busca pela valorização de valor enquanto promessa, mas que na realidade resulta em um cenário de crise inerente, já que a necessidade contínua de composição de investimentos, a destacar a associação à forma creditícia, resulta num processo crescente de endividamento do setor produtivo. Nesse cenário, a maior ou menor capacidade de endividamento entre as várias empresas é que resulta num aparente sobressalto de umas em relação às outras, quando na realidade se trata simplesmente de uma diferenciação da capacidade de rolagem de dívidas.

(...) A constante demanda por crédito e “rolagem” das dívidas no setor canavieiro se caracteriza como parte do momento crítico de reprodução do capital global e se expressa por meio dos fenômenos localizados de crise.

Como resultado da crise financeira de 2008, diversas usinas não conseguiram financiamento para saldar suas dívidas e deixaram de pagar o que deviam a seus credores, mas também a seus fornecedores de cana. Estes, por sua vez, também não conseguiram saldar suas dívidas (principalmente as maiores, relacionadas à compra de tratores e colhedoras), o que os impediu

de conseguir novos empréstimos, levando muitos à falência ou à incorporação por outros grupos¹³ (MENDONÇA; PITTA, 2012, p. 11).

É preciso ter em mente que no contexto da atual reprodução fictícia, a aferição de lucros por parte das empresas se apresenta desvinculada da substância real do valor – dinheiro sem substância, hipotecado e em diversas formas fenomênicas. Isso significa dizer que a suposta salutaridade de corporações, se mascara exatamente na alta parcela de capital fictício que as compõe.

Como se apresenta, no plano dos balanços, a transição do capitalismo industrial real para o capitalismo de casino especulativo? A resposta é: com o predomínio, nos ganhos e nas poupanças, das rendas derivadas da superestrutura financeira especulativa (D-D') relativamente às rendas derivadas da acumulação industrial real (D-M-D'). Por outras palavras: o fator decisivo já não é constituído pela produção real e pelos seus êxitos no mercado, mas por uma manhosa contabilidade capaz de equilibrar o balanço através de operações especulativas. Ou por outra: hoje a defesa das quotas do mercado só é possível, total ou parcialmente, através de ganhos especulativos. Obviamente, isso não se dá em todos os casos, mas é decisivo o peso balanceador que o "capital fictício" possui no conjunto da sociedade. Ainda sem aparecer como procura real de investimentos ou de consumo, estes ativos podem sustentar uma parte notável da reprodução real e manter vivas empresas, produção e empregos, simplesmente equilibrando o balanço. Se o "capital fictício" sofresse uma desvalorização em larga escala, isso acarretaria a rápida falência de um número surpreendente de empresas aparentemente "salutaríssimas" (KURZ, 1995, p. 17-18).

Por essas razões é que mesmo com a crise de insolvência que atinge o capital sucroenergético, muitas empresas conseguem manter o acesso aos créditos do Estado. Neste caso, se utilizam de estratégias com a finalidade de escamotear tal condição, especialmente com a adoção de mecanismos referentes à EBITDA:

---

¹³ Tal constatação resulta de dados da CONAB sobre a produção de cana nas últimas safras, de notícias divulgadas na mídia e análises sobre o setor. Ver, por exemplo, as seguintes notícias sobre a crise do setor, entre 2008-2009: "Usina pede recuperação judicial por causa da crise" (*Folha de São Paulo*, 2008); "Usinas de álcool dão calote no fisco em São Paulo" (*Folha de São Paulo*, 2009); "Setor sucroalcooleiro do Brasil tem pausa após grande expansão" (*Folha de São Paulo*, 2009). Nesta última encontramos: "Segundo dados da Datagro, estima-se que quase metade do setor tenha ficado próximo da falência, especialmente as empresas que já estavam muito endividadas e que sofriam com os preços baixos do açúcar e do etanol nos anos anteriores".

Atualmente, diversas empresas apresentam balanços contábeis lucrativos utilizando como referência a EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization – Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização). Este cálculo é uma forma de escamotear a insolvência das empresas no momento em que necessitam de crédito. Consideramos este mecanismo como forma de “escamotear” a situação financeira das usinas, a partir da análise de Ramos (2011), que destaca a mudança na forma que os financiamentos do Estado assumiram ao longo dos anos 1990 e 2000, o que permitiu que o governo concedesse empréstimos para o setor sucroalcooleiro apesar da insolvência de algumas usinas (MENDONÇA; PITTA, 2012, p. 15).

A reprodução fictícia do capital, em que se destaca o ajustamento do setor produtivo ao capital financeiro, representa ao mesmo tempo uma crescente negação do trabalho. A alta composição de crédito, revelado na liberalização de massas de dinheiro amplamente empregado em planos de reestruturação produtiva, acaba por resultar numa intensificação da substituição do trabalho vivo por trabalho morto. Isto representa, na manifestação contrária do desenvolvimento das forças produtivas, a realização de uma improdutividade do valor (ALFREDO, 2010).

O desenvolvimento das forças produtivas, observe-se, ganha estatuto categorial, na medida em que a razão movente da sua efetividade nada mais é do que desenvolver as forças produtivas. Na medida em que isto é substituição do trabalho vivo em detrimento do trabalho morto, ou seja, aumento da composição orgânica do capital, produtividade e improdutividade do capital se fazem como formas contraditórias e simultâneas de sua própria identidade: tão mais produtivo é o capital, quanto menos capaz é de produzir valor. Se o seu sentido, isto é, estar em seu conceito, é desenvolver as forças produtivas, a improdutividade é a forma de ser de sua condição produtiva (ALFREDO, 2010, p. 12-13).

Interpretamos ainda que como fruto da intensidade dos ciclos de modernização sobre o moderno, é que tende a se efetivar as formas mais espúrias de superexploração do trabalho. É este o processo que se encontra implícito no desenvolvimento da atividade canavieira; a cada ciclo de modernização, de reestruturação produtiva, se acirra a substituição

do trabalho vivo por trabalho morto, acirramento que redundará na elevação do nível de superexploração dos trabalhadores, ou pelo menos destes que por enquanto ainda se encontram inseridos nas atividades do setor.

Considerando primeiramente o processo de formação da lavoura canavieira, tal reestruturação significa a intensificação da mecanização em substituição do processo de trabalho manual. Com a concomitância das duas formas de trabalho, o quadro que se desenha é o de um trabalhador submetido a uma condição cada vez mais intensa de esforço laboral.

A intensificação do plantio mecânico de cana-de-açúcar é apontada pelo setor sucroenergético como uma das possibilidades de aperfeiçoamento da produção. Nesse sentido, o capital canavieiro aponta como principais fatores incentivadores a possibilidade tanto de redução do tempo para execução do trabalho, quanto à economia em relação ao grau de mão de obra empregada. Na necessidade de intensificação da produtividade coloca-se, portanto, a negação do trabalho.

Destacamos que as observações que aqui serão expostas, referentes à utilização das diferentes formas de plantio de cana, foram extraídas durante trabalho de campo na região de expansão de Araçatuba, num momento em que foi possível visitarmos uma área de reforma de canavial da Usina Mundial, pertencente à Corporação Raízen, e que se encontra localizada no município de Mirandópolis¹⁴.

Durante a pesquisa de campo, verificamos de maneira massiva o emprego de mão de obra formada por mulheres. A ampla utilização de plantadoras é apresentada, especialmente neste caso, como uma necessidade por parte da empresa, que defende o uso de trabalhadoras como uma solução para a questão da indisponibilidade de homens para o exercício da função. Mas sobre esse argumento, o que de fato verificamos, tendo como base as próprias observações e entrevistas junto às trabalhadoras, é que a questão fundamental para

---

¹⁴ Este trabalho foi realizado no mês de Maio de 2011, sendo assim, as informações concernentes a valores de remuneração tem como base este período.

se compreender o massivo emprego de mulheres diz respeito à baixa remuneração das plantadoras, cujo trabalho é à base de diárias cujo valor na área de pesquisa está fixado em R\$19,00¹⁵.

As trabalhadoras comentam que na prática a diária a ser paga pode chegar à até R\$30,00. Mas para isso ressalta-se a necessidade de intensificar o ritmo de trabalho, processo que demanda um grande dispêndio de energia. Configura-se, assim, uma condição de trabalho na qual o pagamento pela atividade desempenhada é regulado pela lógica da produtividade do trabalho.

Considerando as condições impostas, o que se verifica de fato é uma extrema dificuldade para que essas mulheres suplantem a remuneração da diária, pois mesmo esse valor, que se encontra fixado como base, é proporcional a um rendimento do trabalho tido como mínimo. Nesse processo, o que é imposto por parte do capital canavieiro é que cada trabalhadora cumpra essa tarefa mínima como justificativa para realização do seu pagamento. Sendo assim, o que se verifica é a composição de um cenário de cobrança sobre as trabalhadoras com vistas ao cumprimento da tarefa pré-estabelecida. Mas, ocorre que o dispêndio de trabalho, apresentado como necessário para se efetivar essa remuneração básica, se revela em condições extremamente árduas, que em especial neste caso, se mostram tensionadas por se tratar de uma atividade desempenhada massivamente pelo biótipo feminino. Em outros termos, tem-se a conformação de um ambiente de superexploração do trabalho das mulheres.

Para se ter uma noção quanto às dimensões dessa função, para cada trabalhadora é designada na primeira hora do dia uma área de plantio de aproximadamente 750 m². Essa área é referente no campo ao total de 8 “ruas”, com espaçamento intercalado entre as mesmas de 90 cm e 150 cm, e comprimento de cada “rua” medido em cerca de 76 m.

---

¹⁵ Tendo como base informações colhidas em campo, o valor referente a essas diárias varia em outras áreas canavieiras entre R\$22,00 e R\$25,00 – para o exercício da mesma função. Em áreas onde essa média salarial tende a ser maior, verifica-se a utilização de mão de obra masculina no exercício do plantio manual.

O pagamento referente ao plantio dessa área corresponde à cifra de R\$ 9,00. Levando-se em consideração que o tempo médio para realização desse trabalho é de 5 horas para cada trabalhadora, pode se concluir na prática a existência de uma extrema dificuldade em cumprir até mesmo o mínimo de trabalho que é exigido para o pagamento do valor da diária.

A seguir, nas fotos 5 e 6, observar o processo de realização do plantio manual.

Foto 5: Área em preparação para o replantio de canavial. Observa-se o maquinário realizando o trabalho de formação das “ruas”, intercaladas com espaçamento de 90 cm e 150 cm. Área pertencente à Usina Mundial (Cosan) – município de Mirandópolis. XAVIER, C. V. 18/05/2011.

Foto 6: Área preparada para replantio de canavial, trabalho a ser realizado de forma manual com o emprego de mão de obra feminina. Área pertencente à Usina Mundial (Cosan). XAVIER, C. V. 18/05/2011.

Como se não bastasse as condições aviltantes da função desempenhada, ainda existe um cenário de tensão imposto pela lógica da produtividade e que se transfere para relação entre as próprias trabalhadoras. Na busca por alcançar o maior rendimento possível do trabalho, são constantes os conflitos no próprio eito. Normalmente, os motivos apresentados estão ligados à recorrência de uma suposta interferência nas áreas de trabalho umas das outras, questão que aparentemente influenciaria na constituição do valor do dia de trabalho de cada trabalhadora. Trata-se da configuração de um ambiente de concorrência que passa a ser mediado única e exclusivamente pela intensificação da produtividade, pois somente diante de um vilipendioso esforço que algumas trabalhadoras conseguem elevar o pagamento mínimo de R\$ 19,00 – mesmo que para isso, tal esforço signifique o comprometimento da própria integridade física, óbvio.

Já com relação à colheita da cana o que se revela é um processo onde a mecanização já tem atingido maiores patamares, isso se comparado ao contexto da tecnificação incorporada no plantio. Se considerar somente o estado de São Paulo, maior produtor canavieiro da federação e responsável por aproximadamente 53% do total de cana produzida no país, este apresenta atualmente cerca de 75% do total da sua colheita mecanizada. Já os estados do Mato Grosso do Sul e Goiás, que identicamente se destacam no atual cenário de expansão canavieira, o percentual de mecanização gira em torno de 50% (BACCARIN, 2011).

Os argumentos a favor da colheita mecânica se baseiam por um lado na necessidade de reestruturação como possibilidade de efetivar menor custo de produção, isso se comparado à colheita manual; por outro em aspectos ambientais, já que a colheita crua possibilitaria a redução dos problemas gerados com as queimadas, especialmente contribuindo com a redução da emissão de material particulado e de gases nocivos na atmosfera. Pois bem, nesse sentido salientamos uma vez mais que a incorporação de aspectos ambientais no

discurso engendrado pelo capital canavieiro compõe na realidade mais um elemento com vistas à legitimação do processo de expansão dos canaviais. Por isso mesmo que, para além do discurso aparente, deve-se ter em mente que o atual processo de redução das queimadas decorre em grande medida por duas questões aparentemente opostas, mas que acabaram por coadunar no sentido do avanço do corte mecanizado.

De um lado, deve-se reconhecer a contribuição de movimentos empenhados por diferentes setores da sociedade, cuja atuação resultou tanto em pressões ambientalistas, quanto em reivindicações de ordem trabalhistas sobre o setor. Nesse sentido, podemos citar como desdobramentos relevantes desse processo: a homologação de leis ambientais, como a Lei Estadual 11.241/02 de São Paulo, que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e estabelece providências a serem adotadas para o cumprimento desse regimento; ou ainda as reivindicações pela melhoria das condições de vida e de trabalho da mão de obra empregada no corte manual, questão que aparece intrinsecamente ligada às recentes denúncias de intensificação da exploração, considerando principalmente a elevação nas últimas décadas da média diária de corte por trabalhador (ALVES, 2006). De outro lado, é preciso destacar a organização das empresas canavieiras, que vislumbram na elevação do corte mecanizado a possibilidade tanto de alavancar os níveis de produtividade, quanto possibilitar o crescimento das exportações dos subprodutos, etanol e açúcar. O avanço do corte mecanizado significa para o capital canavieiro mais uma forma de demonstração para os importadores internacionais de que a produção do agrocombustível não é responsável por gerar efeitos nocivos ao meio ambiente, além de não degradar as condições dos trabalhadores – considerando que a parcela mais atingida pelas péssimas condições de trabalho tende a diminuição, no caso, os cortadores manuais de cana (ALVES, 2009).

Nesse sentido cabe até ressaltar a assinatura do famigerado *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar*¹⁶, lançado em junho de 2009 e que prevê o respeito aos trabalhadores empregados na monocultura. “O cumprimento do acordo, bem como a maneira de avaliá-lo, porém, continuam em estágio inicial de debates, dois anos após a adesão de mais de duas centenas de usinas. Ou seja, este tipo de acordo para melhorar as condições de trabalho não tem efeito prático algum, já que não há monitoramento ou punição adequada no caso de descumprimento” (XAVIER; PITTA; MENDONÇA, 2011, p. 27). Em outras palavras, sejam os acordos trabalhistas, ou mesmo qualquer referendo de compromisso ambiental, tudo isso significa somente possibilidades de solidificar o discurso da expansão do setor, reiterando argumentos sobre supostas “benéficas”, ou “melhorias” geradas a partir das bases pelas quais se realizam a atividade no atual momento histórico.

Entretanto, o que buscamos aqui discutir é que exatamente pelo avanço da modernização, pelo aumento da composição orgânica de capital, é que há a intensificação da exploração do trabalho. Em outros termos, mudam-se apenas os patamares de exploração, já que pela crescente negação do trabalho, o mesmo trabalhador que ainda possui meios de se inserir no sistema produtivo deve necessariamente se sujeitar a imprimir condições cada vez mais intensas de esforço físico e mental.

A pressão exercida sobre o trabalhador para aumentar sua produção revela uma forma recorrente de exploração na atividade canavieira. Identicamente ao que observamos no plantio manual, em que a remuneração de uma trabalhadora é determinada pela sua produtividade, o mesmo se repete no corte. Neste caso, “as empresas deixam de contratar os cortadores que não alcançam metas cada vez maiores de produção, que atualmente variam de 10 a 15 toneladas de cana por dia. A entrada cada vez maior das colhedadeiras leva a um

---

¹⁶ Para acessar o *Compromisso* e conhecer seus signatários, ver: <<http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/publicacaocanadeacucar.pdf>>.

aumento constante da concorrência entre os cortadores e, conseqüentemente, ao aumento da produtividade do trabalho” (XAVIER; PITTA; MENDONÇA, 2011, p. 29-30).

Segundo o professor Pedro Ramos, em 1977 a média diária do corte era de 3,77 toneladas, passando a 5 toneladas em 1985, 7 toneladas em 1998, chegando a 8 toneladas em 2005 (RAMOS, 2007, p. 16); mas como vimos, no atual momento os canavieiros buscam contratar, para aquelas áreas onde ainda existe o corte manual, trabalhadores que apresentam médias ainda mais intensas, de até 15 toneladas diárias.

Sendo assim, vemos se assentar na lógica da elevação constante da produtividade do trabalho, este a ser definido em parâmetros globais de produção, o fator central que redundará na necessidade de emplacar a mecanização crescente. No processo de modernização do segmento canavieiro, realizado em recorrentes ciclos de reestruturação, está implícita, como decorrência, a agudização das formas de superexploração.

Nas fotografias 7 e 8 mostramos as duas composições mecânicas que atualmente compõem massivamente o eito do trabalho na atividade canavieira e que ao mesmo tempo simbolizam o ciclo recente de modernização da atividade, a colhedeira acompanhada do trator de transbordo e a plantadeira automática, respectivamente.

Foto 7: Corte mecânico de cana crua realizado no município de Andradina/SP – pertencente à região de Araçatuba, área de expansão da canavicultura. XAVIER, C. V. Mai. de 2011.

Foto 8: Equipamento utilizado no trabalho de plantio mecanizado da lavoura de cana. Fazenda fornecedora de cana para Usina Gaza (Raízen), localizada no município de Andradina/SP. XAVIER, C.V. Mai. de 2011.

3.2. A crise de acumulação

A constante incorporação de *novas* áreas de produção de cana tem conformado uma aparente diferenciação entre as antigas áreas de produção e as *novas* áreas localizadas

nas regiões de avanço do capital canavieiro – concentradas no Centro-Sul. Na forma de discurso, alguns aspectos contribuíram nesse processo de diferenciação, especialmente a existência de condicionantes reconhecidos como “favoráveis”, ou “mais vantajosos” nas regiões de expansão.

As terras dessas áreas onde o negócio-agro-sucro-energético está sendo empreendido, são apontadas pelos grupos/empresas como as que oferecem melhores condições para a expansão do cultivo de cana-de-açúcar. Neste caso levam-se em consideração alguns fatores, a saber: maior disponibilidade de terras, possibilidade de aumento da produtividade em função de solos mais férteis e condições climáticas mais favoráveis que não exigem tantos investimentos em irrigação; c) topografia plana que permite a mecanização etc. Soma-se aos fatores apontados a existência de um mercado consumidor já expressivo e com perspectiva de expansão, bem como a logística para escoamento/exportação da produção, muito embora esta última tenha sido apontada com algumas ressalvas, principalmente para os estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, que demandam investimentos (sobretudo públicos) neste sentido. Esse conjunto articulado de fatores se traduz em vantagens comparativas para os grupos/empresas nordestinas que estão investindo no Centro-Sul, ou mesmo para os grupos paulistas que estão expandindo o negócio para essas novas frentes, ao reduzir os custos de produção e, conseqüentemente, possibilitar níveis mais elevados de acumulação de capital (OLIVEIRA, 2009, p. 226).

No limite é até possível compreender a significância de tais motivações. No entanto consideramos de fundamental importância não se restringir à aparência desses condicionantes da paisagem. Percebemos que a externalidade desse processo pode vir a mascarar aspectos conjunturais que em essência impulsionam esse processo de expansão, a considerá-la como um movimento decorrente da própria crise de acumulação capitalista (KURZ, 1995; PITTA, 2011). Em outras palavras, reconhecemos que se encontra na crise de valorização o motivo fundamental a impulsionar o abarcamento de *novas* áreas de produção – necessariamente com intensificação dos níveis de investimentos, de reestruturação, o que na prática representa a busca pela elevação dos patamares de produtividade.

A análise de dados recentes sobre o desenvolvimento da canavieicultura no país revela em especial na sua principal região econômica produtora, o Centro-Sul, um cenário de expansão da lavoura para novas áreas de forma concomitante à redução dos níveis de produtividade. Nesse contexto se destaca o estado de São Paulo, maior produtor canavieiro da federação, onde se observa o avanço da lavoura especialmente no sentido Oeste, mas cuja produtividade a partir da safra 2009/10 sinaliza para uma diminuição a ser considerada (Tabela 3).

Tabela 3:

Produtividade da Monocultura Canavieira (Kg/ha)			
	São Paulo	Centro-Sul	Brasil
2004/05	81.146	78.038	73.897
2005/06	84.390	78.776	73.868
2006/07	86.620	81.808	77.038
2007/08	86.700	82.907	78.969
2008/09	89.040	84.473	80.965
2009/10	87.815	86.032	81.585
2010/11	83.021	80.968	77.446
2011/12	70.496	69.506	68.289

Fonte: CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Informações extraídas junto aos documentos de acompanhamento de safra - CONAB (sempre de acordo com o 3º levantamento de cada ano/safra). Org. XAVIER, C. V.

O segmento canavieiro aponta como um dos motivos impulsionadores dessa queda aspectos conjunturais, ligados principalmente às variações climáticas como, o excesso de chuvas na safra 2009/10, ou o prolongamento da estiagem em 2010/11. Soma-se a isso o fato de que a direcionamento da expansão da lavoura da cana segue no sentido de terras que apresentam menor fertilidade natural do solo. Tal afirmação pode ser feita se comparar a

qualidade do solo das novas áreas com as antigas regiões canavieiras do Centro Sul, a destacar, por exemplo, a Região Administrativa de Ribeirão Preto.

É inegável a forma como esses fatores ambientais de fato podem influir na diminuição da produtividade de uma cultura. Entretanto compreendemos que a explicação desse processo, em sua totalidade, não se satisfaz simplesmente no que concerne a essa “variável ambiental”, como poderíamos assim dizer. Faz-se necessário uma análise que abarque também o contexto econômico a influenciar diretamente nesse processo, dessa forma desenvolvemos uma interpretação para o fenômeno da queda da produtividade nas lavouras canavieiras sob uma perspectiva da crise do capital.

Conforme discussão elaborada em tópicos anteriores, desde o início dos anos 2000 a intensificação desses investimentos foi sintomática, principalmente por meio da liberação de subsídios estatais. Tal cenário teve como reflexo a tendência de constante elevação dos níveis de produtividade dos canaviais (inclusive naquelas áreas consideradas como de menor fertilidade natural do solo). Esse processo se fez sentir com maior intensidade especialmente durante ciclo de modernização empreendido no intervalo de 2003 até eclosão da crise financeira de 2008. Na tabela 3, entre as safras que marcam esse mesmo intervalo pode-se constatar o impute.

Mas para compreensão dos mecanismos pelos quais se estabeleceram tal expansão, bem como as razões que contribuíram na manifestação da recente queda de produtividade, retornamos à década de 1990, ressaltando este como o período em que foi marcante a inflexão na capacidade internacional de investimentos financeiros.

Ao longo da década de 1990, os países centrais, antes credores das dívidas externas dos países periféricos, desenvolveram mecanismos de securitização das dívidas, que motivaram a expansão das possibilidades de financiamentos. Foram criados novos produtos financeiros especulativos denominados “derivativos”. Tais possibilidades expandiram a capacidade de criação de dinheiro por parte do sistema financeiro e de sua alavancagem,

gerando imensa liquidez internacional, assim como exponencial aumento dos endividamentos. Estes, porém, passaram a ocorrer na forma de dívidas internas dos Estados nacionais (MENDONÇA; PITTA; XAVIER, 2012, p.13).

Em aparência, a resultante da aplicação desses mecanismos foi o estabelecimento de uma elevação da capacidade de crescimento econômico. Focalizando o caso brasileiro, basicamente isso se deveu à conversão de parte da dívida externa do país no período, marcadamente meados dos anos 1990, em dívida interna – já que os créditos contra o Brasil foram convertidos em títulos ou bônus do Tesouro Nacional, negociáveis em mercados financeiros internacionais e pagos em reais. Essa operação foi denominada como Plano Brady e a consequência na prática foi proporcionar condições favoráveis de permanência de acesso a esses mercados, ou seja, de obtenção continuada de volumes de dinheiro creditício (BATISTA; RANGEL, 1995).

A securitização possibilita que os bancos credores retirem dos ativos de seus balanços as dívidas pendentes, fazendo com que os investidores que estas securitizam passem a arcar com o risco de inadimplência. Esse mecanismo é essencial para garantir a circulação do capital financeiro, porque aumenta a capacidade de empréstimos, estimulando o consumo do Estado e da população em geral, o que gera um aparente crescimento econômico. Tal procedimento expandiu a capacidade dos bancos concederem empréstimos, muito além dos limites legais antes permitidos. Isso porque os credores que detêm títulos securitizados não são computados nos balanços financeiros dos bancos vendedores de pacotes de securitização (MENDONÇA; PITTA; XAVIER, 2012, p.15).

Reafirma-se nesse sistema a criação fictícia de dinheiro, com ampliação da base monetária, bem como de suas determinações sobre o sistema produtivo (ALFREDO, 2010). Em outras palavras, trata-se de um processo de aumento de capitais “ociosos” que buscavam valorização, esta posta enquanto promessa a partir do momento em que são disponibilizados a serem negociados. A utilização pelo Brasil desse mecanismo de endividamento tem como finalidade expandir sua capacidade efetiva de realizar

investimentos, postos como uma busca pela intensificação de ações que estimulem a economia em âmbito geral. Entenda-se isso como a expansão de crédito, direcionado tanto para o sistema produtivo, como para o estímulo do próprio consumo da população. Nesse sentido, o BNDES reafirma o papel central de fomentador de novos empréstimos, cuja continuidade se encontra em conexão com a própria rolagem das dívidas anteriormente contraídas. Em outras palavras, um processo que significa a geração de novas dívidas que se conformam sobre as dívidas antigas – o que significa na prática as bases por onde se realiza a reprodução fictícia do capital (KURZ, 1993; 1995).

Algumas das maneiras como esses volumes de dinheiro fictício se realizam enquanto investimentos ocorrem tanto pela mediação direta do BNDES, como também pelos bancos estatais de varejo, a destacar Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Na realidade, o que existe é a criação de linhas de financiamentos variadas, cuja diferença é o “preço” final do dinheiro a ser acessado. Ou seja, existem variações quanto às taxas de juros praticadas para cada linha de financiamento, em virtude de cada montante final negociado.

Deve-se compreender que essas linhas de crédito se voltam a atender empreendimentos de todos os níveis, entendamos com isso, desde cifras milionárias para aquisição de implementos do setor canavieiro, até mesmo as linhas específicas da agricultura familiar, essas mesmas a serem enquadradas, por exemplo, no PRONAF (o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Com relação especificamente ao dinheiro acessado pela agroindústria canavieira, essa se utiliza de todas as formas de linhas de financiamentos, desde os investimentos em mecanização, até o próprio custeio para implantação e desenvolvimento da lavoura. Um primeiro exemplo do funcionamento desses mecanismos é o Finame Rural PSI - Programa de Sustentação do Investimento, que financia a aquisição e renovação de maquinários: tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas das mais variadas finalidades.

São créditos acessados por meio de projetos de investimento com utilização de recursos disponíveis via BNDES RURAL PSI. O valor financiável especificamente nesta linha é de até R\$ 1 bilhão por grupo econômico, isso considerando somente as operações diretas e indiretas contratadas a partir de Abril de 2011, em todo o sistema financeiro e em todos os subprogramas do BNDES/Finame PSI. Ou seja, já se insere no bojo de políticas com vistas à recuperação posterior à crise de 2008, já que imediatamente após a crise o governo brasileiro dispôs de todos os esforços a fim de imputar uma continuidade do ciclo de expansão e modernização.

O Programa ABC – Agricultura de Baixo Carbono, é uma nova linha de financiamento que ao ser estendida também para o capital canavieiro, curiosamente se apresenta em conexão com a reprodução do mito da renovabilidade na expansão da agroindústria sucroenergética (XAVIER; PITTA; MENDONÇA, 2011). O valor financeiro nesta linha é de até R\$ 1 milhão por beneficiário por ano-safra.

Recentemente houve também a criação de linhas específicas para a região Centro-Oeste do país, trata-se, por exemplo, do Programa FCO Rural Investimento, cujos recursos disponibilizados visam a atender desde projetos ligados a expansão de setores do agronegócio, especialmente dos monocultivos de silvicultura e cana-de-açúcar, até mesmo projetos também ligados ao PRONAF – para aqueles que defendem uma equanimização do crédito no campo, talvez aqui possa estar um sinal do alcance das vozes que reivindicam!

Esses são apenas alguns exemplos de linhas de financiamento negociadas diretamente em agências de bancos estatais, mas que, no entanto, se caracterizam como Programas de governo, com vistas a um suposto “fortalecimento” da economia¹⁷.

---

¹⁷ As informações apresentadas foram obtidas tanto em entrevista de campo, junto ao gerente de investimentos da agência central do Banco do Brasil no município de Andradina, quanto pelo próprio site do banco, disponível em: <http://www.bb.com.br/portalbb/home29,8623,8623,1,0,1,1.bb>. Acesso em 05/09/2012.

Mas cabe destacar que existem também as linhas específicas de financiamento dos demais bancos, tanto dos que atendem no mercado de varejo, quanto dos atuantes exclusivamente em mercados financeiros. Mas no limite todos reproduzem esses mecanismos de financiamento com a mesma finalidade, colocar em circulação volumes creditícios na forma de financiamento.

Portanto, a ampla liquidez, ou boa capacidade de endividamento alcançada pelo Estado brasileiro, somente foi viabilizada com a atração de capitais financeiros ociosos, os mesmos que vislumbravam na compra de títulos do Tesouro Nacional a possibilidade de altos ganhos, considerando a elevada taxa de juros aplicados aos papéis. Nessas bases, especialmente no período Lula, o governo passou a oferecer, “via créditos subsidiados, amplos empréstimos ao setor privado, principalmente ao agronegócio. O fomento à produção de cana, açúcar e etanol, a partir de 2003, se insere no bojo deste processo” (MENDONÇA; PITTA; XAVIER, 2012, p.16).

A dívida pública do Estado brasileiro (interna e externa somadas) beirou os três trilhões de reais (sendo de aproximadamente de 350 bilhões de reais a dívida externa), em 2011, sendo que, em 1994, a dívida interna era de aproximadamente zero. Este montante equivale a 75 % do PIB nacional, que em 2011 esteve perto de 4 trilhões de reais. Mais de 700 bilhões de reais, ou seja, mais de 45 % do orçamento da União (de 1,571 trilhões de reais, para 2011) são gastos com juros e amortizações da dívida brasileira: “A dívida interna do Brasil, que montava R\$ 892,4 bilhões quando Lula assumiu o governo em 2003, atingiu em 2009 o montante de R\$ 1,40 trilhão de reais e, segundo limites definidos pelo próprio governo, poderá fechar 2010 em R\$ 1,73 trilhão de reais, quase o dobro. Crescimento de 94% em oito anos de governo” (MENDONÇA; PITTA; XAVIER, 2012, p.16).

Contando com mecanismos de financiamento tanto do BNDES, quanto do sistema de captação privado (como é o caso da abertura de capitais em bolsa de valores, ou mesmo a negociação com derivativos cambiais), a agroindústria da cana passou a emplacar seu processo de expansão com intensificação dos níveis de produtividade, impulsionada pela

busca de remuneração do capital investido, que nos últimos anos progressivamente se encontra imobilizado, em maior parte, na forma de capital constante. O próprio avanço da mecanização, presente em intensidade tanto na formação, quanto na colheita dos canaviais, passando pela implantação e/ou reestruturação de unidades processadoras, até o próprio desenvolvimento da lavoura, que conta com incorporação intensa de inovações técnicas, reitera esse processo (PITTA, 2011).

O vertiginoso crescimento do setor, marcadamente entre as safras 2004/2005 e 2008/2009, simultaneamente representou uma ampliação das dívidas por parte das corporações, já que

Diversas empresas faziam dívidas em dólar, aproveitando as baixas taxas de juros, e aplicavam este dinheiro em derivativos cambiais, assumindo uma posição comprada em dólar. Isto significa que ganhavam quando o dólar se desvalorizava frente ao real. Após tais ganhos, as empresas investiam nos processos produtivos, pagavam os juros de suas dívidas e conseguiam fazer novas dívidas (MENDONÇA; PITTA; XAVIER, 2012, p.22).

No entanto, a partir da eclosão da crise financeira de 2008, foi deflagrado um movimento de “fuga” de capitais das economias consideradas periféricas, convertendo-se em aplicações nos títulos da dívida americana, apontadas pelos investidores como de maior segurança. Isso representou uma limitação na capacidade de continua elevação dos patamares de investimentos, manifestação da redução da liquidez do sistema financeiro em âmbito global.

Tal movimento levou a uma acentuada apreciação do dólar frente ao real, fazendo oscilar bruscamente a taxa de câmbio. As dívidas em dólar das empresas aumentaram significativamente. Aquelas que aplicavam em derivativos cambiais tiveram enormes prejuízos. No caso das empresas do agronegócio canavieiro, essa perda ultrapassou 4 bilhões de reais (MENDONÇA; PITTA; XAVIER, 2012, p.22).

A repercussão direta no setor canavieiro se fez sentir por um lado na falência de diversas empresas, ou ainda no emplacamento do processo de concentração de capitais,

reiterando o ciclo de aquisições e fusões já ocorrente – nos termos que discutimos no capítulo anterior. Mas por outro, a crise ainda apresenta reflexo na redução dos níveis de produtividade, cuja justificativa se pauta na incapacidade de investimentos em renovação de canaviais, em adubação e tratos culturais¹⁸.

Como forma de compensar a redução dos níveis de investimentos, o que se verifica no atual momento é um constante aumento da área de produção, evidenciando, ao mesmo tempo, a permanência da extensividade do setor canavieiro. A ressaltar pelo crescente aumento do total de cana processada no país, pode se afirmar que o que existe é uma permanente busca por novas áreas de produção, processo que aos nossos olhos passa a ser impulsionado como decorrência do cenário de crise (Tabela 4).

---

¹⁸ A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) apresenta em documento oficial a relação com tais fatores que reforçam a queda recente da produtividade, a destacar: “a falta de renovação dos canaviais no momento adequado, a diminuição da quantidade de insumos aplicados devido à descapitalização dos produtores menores e a utilização da mecanização da colheita, que acelera a necessidade de renovação do canavial. Vale salientar que a lavoura de cana tem pico produtivo no segundo e terceiro corte e hoje é fácil encontrar talhões com mais de dez anos em produção ininterrupta, cuja produtividade é 30% da produção da cana de segundo corte” (CONAB, 2011, p. 10).

Tabela 4:

Área de Produção da Monocultura Canavieira (ha)			
	São Paulo	Centro-Sul	Brasil
2004/05	2.951.800	4.481.800	5.625.300
2005/06	3.146.600	4.744.300	5.840.300
2006/07	3.288.200	5.020.000	6.163.200
2007/08	3.679.500	5.735.700	6.963.600
2008/09	3.882.100	5.989.200	7.057.800
2009/10	4.129.872	6.309.800	7.409.600
2010/11	4.357.010	6.923.170	8.056.000
2011/12	4.370.080	7.213.500	8.368.400

Fonte: CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Informações extraídas junto aos documentos de acompanhamento de safra - CONAB (sempre de acordo com o 3º levantamento de cada ano/safra). Org. XAVIER, C. V.

Na realidade contemplamos que a recente diminuição da produtividade se revela como mais um elemento a impulsionar a expansão extensiva do capital canavieiro. O emplacamento de um processo continuamente expansivo se mostra como uma necessidade, cuja aparência se revela como possibilidade de solução para sua crise de remuneração. Trata-se de uma necessidade constante de elevar o volume total de cana produzida, com vistas inclusive de suprir as demandas do conjunto de usinas instaladas, num contexto em que muitas dessas operam aquém da capacidade total de processamento. Esta é uma condição que inclusive a partir das duas últimas safras contribuiu para postergar o início da operação de moagem das usinas e ao mesmo tempo reduzir sua extensão, realidade inclusive constatada durante a realização dos trabalhos de campo em março e agosto de 2012 na região de Araçatuba.

3.3. Renda da terra e a crise imanente do capital canavieiro

De modo a garantir o permanente acesso a novos volumes creditícios, o capital sucroenergético reafirma a busca pela acumulação de ativos, postos enquanto “garantias” de obtenção de linhas de financiamentos. Quanto maior o valor correspondente a esses ativos, maior a capacidade de endividamento, de acesso a proporções cada vez mais elevadas de créditos, bem como de estabelecimento de prazos mais elevados de pagamento¹⁹.

Diante deste contexto, o controle de terras passa a ser cada vez mais uma questão fundamental para o setor. Em outras palavras, o aquecimento dos negócios imobiliários se revela enquanto uma estratégia tanto de acúmulo do número de ativos imobilizados, quanto de busca por atribuir uma elevação de valores correspondentes a esses mesmos ativos, o que se deve a efetivação de mecanismos de especulação que são baseados em supostas perspectivas de “valorização” das terras incorporadas. A finalidade, como vimos, é por em circulação novas massas de investimentos, o que subentende como dinheiro autonomizado, fictício e amplamente requerido no processo produtivo.

Um exemplo desse processo é a empresa Radar Propriedades Agrícolas, subsidiária do grupo Cosan S/A e que tem o papel de intermediar os negócios imobiliários da corporação. Criada em 2008, a empresa apresenta o seu capital social compartilhado, sendo aproximadamente 18,9% pertencentes à Cosan S.A e 81,1% a demais investidores (entre esses, o fundo de pensão estadunidense Teachers Insurance and Annuity Association of America – TIAA). O aporte inicial da Cosan neste empreendimento foi de US\$35 milhões, sendo que dos demais investidores de US\$150 milhões; porém o controle dos

---

¹⁹ De acordo com informações colhidas em trabalhos de campo, a extensão dos prazos de carência está diretamente relacionada com o valor dos ativos disponibilizados. Quantidade de terra, assim como a própria extensão da lavoura, são determinantes nesse processo de permanência do acesso a volumes de dinheiro creditício.

empreendimentos pertence à própria Cosan, por deter a maioria dos votos no Conselho de Administração²⁰.

Outras empresas do setor apresentam a mesma estratégia de atrair investidores financeiros nesse processo de aquisição de terras, como é o caso da Infinity Bio-Energy, Açúcar Guarani S/A, Adecoagro S/A, entre outras²¹. Reforça-se nesse processo a adoção de mecanismos onde o dinheiro pode reproduzir-se independentemente da sua substância abstrata – o trabalho.

Em grau ainda mais alto de desvinculação entre trabalho e dinheiro é atingido quando o dinheiro creditício serve como ponto de partida dum movimento especulativo, no qual já não há sequer a aparência duma produção real de mercadorias. O comércio com os simples *títulos de propriedade* de ações e imóveis produz assim aumentos fictícios de valor, que não têm mais nada a ver nem formalmente com os ganhos reais provenientes do consumo empresarial do trabalho abstrato. Tal movimento especulativo põe-se em marcha sempre que a real acumulação empresarial do capital atinge os seus limites e os ganhos dos períodos passados de produção não podem ser investidos, em medida suficiente, num aumento da produção real de mercadorias, mas têm de ser aplicados exclusivamente no sistema financeiro. Assim, a pressão para um movimento imediato D-D' cresce tão fortemente que perante o aumento especulativo do valor das ações os dividendos reais são "*peanuts*"; a relação entre cotações e lucros ultrapassa todas as medidas. Essas bolhas especulativas, fruto do aumento fictício de valor dos títulos de propriedade, verificadas inúmeras vezes na história capitalista, sempre terminaram inevitavelmente com uma grande quebra financeira (KURZ, 1995, p. 3).

Como forma de compreender este movimento de intensificação dos negócios imobiliários, primeiramente deve se ter em mente que o preço a ser pago pela cana produzida se encontra sempre balizado no solo de menor fertilidade natural, o que subentende como o

---

²⁰ COSAN. Comunicado ao mercado. Disponível em:
<http://www.acionista.com.br/home/cosan/280808_constituicao_subsidiaria.pdf> .

²¹ Maiores detalhes sobre operações de compra de terras ver os trabalhos de HERNANDES (2009) e OLIVEIRA (2010).

local onde o rendimento da produção é menor (MARX, 1983c). Exatamente nesses termos é que se estabelece o mecanismo de extração da renda diferencial I, concernente àquelas áreas marcadamente de maior rendimento do solo, bem como melhores localizadas, considerando ainda que a distância entre uma área de produção e a unidade agroprocessadora de destino também influi diretamente na conformação do preço a ser recebido pela cana cultivada (MARX, 1983c).

E não somente isso, em especial na fase inicial do período expansionista, o que se observa é uma incidência de investimentos principalmente naquelas áreas já tidas como mais produtivas, investimentos cuja finalidade se revela no aprimoramento da produção e que se insere no bojo de cada ciclo de modernização²². Na efetivação deste processo é que pode ser entendida a procura pela incorporação da renda da terra diferencial II (MARX, 1983c).

Todavia, não se pode deixar de salientar que a intensificação dos investimentos com o objetivo de lograr patamares cada vez mais elevados de produtividade, numa racionalidade cuja expressão é a própria concorrência entre os capitais atuantes no monocultivo, se revela na forma de uma contribuição para o aumento da composição orgânica dos capitais. De forma concomitante, passa a se estabelecer uma diminuição da proporção entre capitais investidos e a renda fundiária extraída, desvelando-se tal processo nos termos de uma queda tendencial da taxa de renda da terra (MARX, 1983c), fato que revela a contradição imanente ao processo de acumulação.

Se considerar que os mecanismos pelos quais se estabelece a expansão do setor canavieiro na contemporaneidade são os mesmos que imputavam um modelo expansionista precedente, do Proálcool, a citação a seguir é emblemática no intento de explicar a lógica inerente à anexação de áreas menos produtivas enquanto uma tentativa de compensação da queda tendencial da taxa de renda da terra. Pitta (2011) discorre sobre a forma como se

---

²² Compreendemos aqui o Proálcool como um desses ciclos, assim como os anos de 1990 (com a desregulamentação setorial) outro momento, bem como a fase mais recente de modernização e expansão uma nova fase.

definiu, especialmente a partir da segunda fase do Programa Nacional do Álcool, a aplicação de créditos em *novas* áreas. De acordo com a discussão apresentada, o contexto de expansão diz respeito à incorporação de áreas na região administrativa de São José do Rio Preto, num contexto de avanço da fronteira canavieira em São Paulo, a partir da sua principal região produtora já naquele momento, Ribeirão Preto. Nas palavras apresentadas pelo próprio autor

[...] A DIRA de São José do Rio Preto é representativa de tal característica, já que se localiza em áreas mais ao noroeste do Estado, permitindo a expansão da fronteira da cana a partir da segunda fase do Proálcool (com o Pró-Oeste), o que parece explicar a diminuição de sua produtividade (de 86,3 t/ha em 1980/81 para 70,8 t/ha em 1985/86). Para a segunda fase, podemos também destacar o aumento na produtividade média para o estado de São Paulo (69,3 t/ha em 1980/81 para 72,1 t/ha em 1985/86) como um todo, junto com a expansão da área plantada com cana-de-açúcar (de 617.00 ha em 1970-71 para 1.055.000 ha em 1980-81; e 1.864.000 ha em 1990/1991), o que demonstra expansão extensiva e intensiva desta cultura.

O movimento acima destacado parece buscar compensar a queda tendencial da taxa de renda da terra devido aos altos custos de investimentos. Assim, a redução desta taxa estaria buscando uma compensação não realizável através da ampliação da área produzida com menor produtividade de modo a compensar a perda da taxa em solos mais produtivos. O estabelecimento do preço (regulados pelo IAA, definindo aí a renda da terra a ser incorporada) devido a um solo regulador menos produtivo acrescentaria sobrelucro ao mais produtivo, garantindo também a reprodução dos menos produtivos. Trata-se daquilo que Marx observa como a expansão da renda da terra em *zigzag* (Marx, 1983, III, t. I, seção VI) tanto de solos mais produtivos para os menos, como vice versa (PITTA, 2010, p. 133-134).

A desvelamento dessa expansão intensiva e extensiva se encontra no fato de que áreas de pior solo passam a ser anexadas ao processo produtivo. Pitta (2010) mostra que a incorporação de áreas com menor rendimento, em aparência, sinaliza para uma tentativa de compensação da queda tendencial da taxa de renda da terra – decorrente da elevação da composição orgânica de capital. Todavia, contraditoriamente, tal estratégia de acumulação também se apresenta de forma crítica, considerando, simultaneamente, uma necessidade

posterior de cada vez mais se intensificar os níveis de investimentos, seja para permanência dos níveis de produtividade definidos nas áreas mais produtivas, ou mesmo para arcar com a incorporação dessas novas áreas, bem como para torná-las minimamente rentáveis. É exatamente essa condição que impede que o lucro gerado e a renda da terra apropriada sejam capazes de repor os pressupostos para reprodução ampliada do setor.

É possível compreender que todo esse processo recente de redução abrupta de produtividade represente uma manifestação fenomênica do crescente endividamento de companhias do setor. O altíssimo volume de dinheiro creditício, fazendo-se cada vez mais necessário nas diversas etapas do processo produtivo da agroindústria, se apresenta como um malogro – imanentemente requerido, mas infinitamente insuficiente. Vimos como a expansão se mostra ao capital como necessária, um processo que é movido pela crise de acumulação, revelando em ultima instância a crise interna que permeia o desenvolvimento das forças produtivas, pois tem sido sintomática a insuficiência desses capitais serem remunerados.

Se por um lado a valorização dos volumes de dinheiro autonomizado e amplamente empregados no movimento de territorialização da expansão canavieira, em essência, buscaria solucionar sua crise de valorização pela transferência da renda fundiária, por outro, evidencia-se a insuficiência desse processo, reiterado na condição deficitária do setor e que coloca a possibilidade de extrair renda até mesmo nos termos de uma negatividade – isso se considerar a redução do patamar geral de produtividade. Por esse viés de compreensão o que estaria se efetivando na prática é o agravamento da incapacidade que a agroindústria encontra de repor seus investimentos, sucessivos e necessários no sentido da própria realização. Mesmo com a busca pela subsunção da renda fundiária, no sentido de tentar superar sua crise de acumulação, o capital agroindustrial não tem se mostrado capaz de contemplar seus pressupostos – redundando num aprofundamento do cenário de crise (ALFREDO, 2007).

Daí compreender a conclamação conjunta por mais crédito, reiterando a necessidade permanente de intervenção estatal, impreterivelmente via ações do BNDES. O Estado reafirma este papel na continuidade da política de subvenções – posta nesses termos já que parte de todo dispêndio de capitais mediados ao agronegócio canavieiro recorrentemente não são repostos, haja vista o histórico de perdões de dívida que remetem ao Proálcool, tema este aprofundado na análise do Thomaz Junior (2002). Dessa maneira, a ideia de expansão do capital agroindustrial no Brasil, no limite revela o aprofundamento da reprodução crítica do capital.

4. Expansão da cana no Oeste Paulista

Ao focalizar o desenvolvimento da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo, ressalta-se a existência de dois contextos marcantes, um constituído pelas regiões comumente denominadas como *tradicionais*, que aqui chamaremos simplesmente como antigas regiões produtoras de cana, e outra que são as regiões *novas*, por concentrarem a maior parte das áreas de expansão do setor. As regiões antigas, cujo processo de avanço apresenta maior intensidade no período do Proálcool, são aquelas que por sinal desde este momento garantiram à unidade federativa o status de principal produtor canavieiro do Brasil, a destacar principalmente as Regiões Administrativas (RAs) de Ribeirão Preto, Campinas, Franca, Central e Bauru. Já no mais recente ciclo de modernização e expansão, tal processo tem se estabelecido com maior intensidade na porção Oeste do Estado, com destaque para as regiões de São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente.

No tabela 5 pode se observar o grau de elevação das áreas incorporadas, onde estão dispostos dados referentes à essas mesmas Regiões Administrativas. Destacamos uma vez mais o ciclo recente de expansão, tendo como início o ano-safra de 2003/2004.

Tabela 5:

Principais regiões canaveiras do Estado de São Paulo: total de área cultivada (ha)									
RA	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Araçatuba	224.483	246.895	262.278	294.830	397.915	512.603	572.055	586.644	597.439
Bauru	299.799	314.488	329.911	353.225	422.091	474.151	500.112	499.787	497.712
Campinas	393.862	408.429	436.434	453.052	489.618	511.023	537.824	532.594	531.406
Central	320.410	329.345	341.649	366.443	394.313	432.312	448.550	452.034	465.551
Franca	355.024	376.335	390.467	417.093	449.431	489.061	501.364	500.317	503.605
Presidente Prudente	116.681	133.281	151.382	179.796	235.155	327.087	408.605	427.780	445.927
Ribeirão Preto	416.882	422.110	433.387	447.351	457.315	471.440	482.832	482.082	482.831
São José do Rio Preto	280.693	303.658	331.878	396.945	502.555	632.039	697.607	723.618	755.715

Fonte: CANASAT-INPE. Org. XAVIER, C. V.

Ao analisarmos as duas principais regiões de produção no início do ciclo de expansão, Ribeirão Preto e Campinas, também é possível constatar um processo de avanço, mas visivelmente com menor intensidade se comparado à grande porção Oeste do Estado. No gráfico 2, indicamos a evolução desse ciclo, com a finalidade de evidenciar tal diferença.

Gráfico 2: Magnitude da expansão da cana por área (ha): RAs

Fonte: CANASAT-INPE. Org. XAVIER, C. V.

Enquanto nas regiões de São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente o crescimento da área ocupada com cana representou um salto aproximado de 169%, 166% e 282%, respectivamente; nas regiões de Ribeirão Preto e Campinas o grau de incorporação de novas áreas significou cerca 15% e 35%.

Obviamente que quanto a esse grau de diferença é preciso tecer algumas considerações. Deve-se ter em mente que nessas regiões em que o avanço do monocultivo se apresenta com maior intensidade, a característica geral, que marcou especialmente os anos iniciais do recente ciclo de expansão, foi a ocorrência da substituição de extensas áreas de pastagens por canaviais (OLIVEIRA, 2009, p. 265); em outras palavras, a existência da pecuária extensiva, praticada principalmente em latifúndios, acabou por configurar uma espécie de “reserva” de terras, as mesmas que têm se convertido ao monocultivo da cana e que não se encontram disponíveis com a mesma proporção nas regiões canavieiras antigas – o que não significa dizer que a monocultura nestas mesmas regiões também não seja praticada especialmente em grandes unidades, ressaltando um cenário concentracionista da terra.

Portanto, a expansão da monocultura para as *novas* áreas se revela enquanto um processo que marca a íntima conexão entre esses mesmos proprietários pecuaristas e a agroindústria canavieira, relação esta que será foco de nossa análise nos tópicos a seguir, onde discutiremos as formas estabelecidas para implantação da lavoura.

O avanço da agroindústria no sentido do Oeste Paulista salienta a expectativa do segmento, cuja previsão indicava que até o ano de 2013 a totalidade das usinas instaladas nessa porção do Estado chegasse a aproximadamente 100 unidades e que a área plantada com a gramínea abarque aproximadamente 35% do total de terras cultiváveis (AZEVEDO; THOMAZ JUNIOR; OLIVEIRA, 2008).

Em nossa interpretação, uma expansão que se mostra enquanto determinação da própria crise de valorização do valor, posta aqui nesses termos em coerência com análise até então empreendida.

4.1. Caracterização geral da expansão da lavoura canavieira

A elaboração deste tópico tem como propósito discutir em detalhes a forma como tem se estabelecido as diferentes relações para produção na lavoura canavieira. Tendo como foco principal as regiões de expansão, vemos que o desenvolvimento do monocultivo tem ocorrido tanto em terras próprias dos diferentes grupos usineiros, quanto em áreas incorporadas junto a terceiros, no caso os diversos proprietários de terras, cuja relação se manifesta tanto na condição de produtores/fornecedores, quanto de parceiros e/ou arrendadores. Neste processo, o que se constata é o abarcamento desde grandes propriedades, marcadamente no momento inicial da fase de expansão, até médias e pequenas unidades de produção, estas cujo maior nível de incorporação tem sucedido no atual momento, num contexto já de consolidação da presença do agronegócio canavieiro nas novas áreas de expansão.

De acordo com observações e entrevistas realizadas em campo, especialmente nos meses de maio de 2011 e agosto de 2012, constatamos que os fornecedores que, em sua maioria também se constituem como grandes proprietários de terras são identificados como aqueles que em princípio produzem a cana às suas expensas e que posteriormente negociam a produção junto a uma usina. A comercialização é realizada seja por meio de um contrato de fornecimento exclusivo, previamente acordado com determinada unidade processadora; ou ainda de forma avulsa, quando não há um contrato prévio com qualquer empresa.

Fornecedores se estabelecem no monocultivo da cana tanto de forma individual, como também organizados em associações, neste caso independentemente da quantidade da produção particular. As associações têm como finalidade desempenhar a representação técnica e política, no geral assessoram os produtores com relação à atividade desenvolvida, através da viabilização de um corpo técnico focado no controle de pragas em campo, no monitoramento de variedades de espécies, na análise de rendimento dos canaviais, na inspeção laboratorial dentro das usinas clientes entre outras competências.

A forma de inserção desses fornecedores nas regiões de expansão se estabelece tanto na condição de incorporadores de propriedades, quanto também pela adoção do sistema de parcerias agrícolas e/ou arrendamento. São em grande parte originários de antigas regiões canavieiras, isto é, já se constituíam antes mesmo da atual fase de expansão como fornecedores de cana em municípios expoentes da produção canavieira do estado, como: Piracicaba, Ribeirão Preto, Jaú, entre outros.

Já o parceiro é aquele que cede o uso do imóvel rural em princípio com participação nos lucros e prejuízos da atividade. Sendo assim, por intermédio de um contrato agrário, o proprietário se sujeita a assumir juntamente com o produtor da cana todos os riscos de uma safra de baixo rendimento ou as supostas vantagens de uma safra “bem sucedida”, para utilizar uma expressão fetichista da sociedade mediada pela forma mercadoria, cuja busca imanente é o aumento da riqueza, sendo a cana posta enquanto sinônimo de desenvolvimento, ascensão e acumulação.

Normalmente os prazos estabelecidos pelos contratos de parceria são definidos em ciclos de produção, que podem variar em quantidade de anos dependendo do rendimento dos canaviais de cada região²³.

---

²³ Em trabalho de campo observamos que esta é uma questão muito complexa, de tal forma que não conseguimos decifrar um padrão para os mesmos ciclos. Verificamos em uma das regiões de expansão, no município de Andradina, a existência de áreas de produção cujos ciclos variam entre 5 e 6 anos. No entanto, obtivemos informações que em áreas localizadas em regiões antigas, especialmente de Ribeirão Preto, um mesmo ciclo

Quanto à forma de remuneração da cana produzida, verifica-se na atual fase de expansão diferenças em relação a ciclos de expansão precedentes. Pitta (2011) mostra que a instituição responsável pelo balizamento dos preços da cana durante o Proálcool era o IAA, enquanto que no atual momento, cabe a UNICA, por intermédio da criação do Índice Consecana²⁴, a realização dessa estipulação. É esse índice que definirá o preço a ser pago pela cana produzida, servindo inclusive de referência para as relações estabelecidas no próprio campo, ou seja, com os fornecedores e nas parcerias e/ou arrendamentos.

Trata-se de um modelo definidor do preço da cana pela sua qualidade, cuja medida se dá pela quantidade em quilogramas (kg) de Açúcar Total Recuperável (ATR) presente em cada tonelada do produto. Para este sistema, quanto maior for a quantidade de ATR por tonelada de cana, melhor será definida sua qualidade e maior é a cifra correspondente ao seu pagamento, exatamente por se tratar de uma variável fundante na quantidade de açúcar e etanol a ser produzido para cada tonelada de cana colhida.

O ATR poder sofrer constantes variações durante o período de colheita, recebendo considerável influência do clima, no sentido de que sua concentração aumenta se as chuvas se tornam mais escassas e diminui em períodos mais constantes de chuvas. Mas não somente pelo clima, deve se contemplar que o nível de investimentos em capital constante passa a ser um fator determinante na definição da qualidade dos canaviais. A quantidade de insumos aplicados, de correções de solo, de desenvolvimento dos tratos culturais, de

---

pode se estender por até mesmo 10 anos. Ou seja, a periodicidade da renovação de canaviais depende diretamente da produtividade de cada área. Até o presente momento o que foi possível constatar é que nas regiões canavieiras antigas, prevalecem ciclos mais extensos, ao contrário do que acontece nas regiões de expansão, em que os ciclos são menores. Isso redundará numa diferença quanto ao grau de investimentos requeridos para o desenvolvimento da atividade, seja nas áreas antigas, ou nas áreas *novas*. É exatamente aqui que reside a questão da extensividade e intensividade simultânea da expansão canavieira, discussão a qual retomaremos no próximo tópico.

²⁴ Consecana é o um conselho paritário, composto por representantes dos produtores rurais de cana-de-açúcar e representantes das companhias proprietárias de unidades processadoras. Seu principal objetivo é o de estabelecer e divulgar valores de referência para a livre comercialização da matéria-prima cana-de-açúcar, como a determinação do índice correspondente ao ATR.

renovações de canaviais em períodos adequados, entre outras ações, tudo isso conforma um conjunto de investimentos requeridos tanto para imputar maiores níveis de toneladas de cana por hectare, quanto para estabelecer a formação de massa vegetal com maior concentração em termos de ATR. Sendo assim, os valores estipulados para o pagamento ao fornecedor, ou ainda em relação às parcerias, dependem diretamente da quantidade e da qualidade da matéria-prima²⁵.

Ao fornecedor, a remuneração é estabelecida em conformidade com a exemplificação a seguir: caso um produtor entregue 100 toneladas de cana-de-açúcar, com cotação de ATR de 150 Kg/t, multiplica-se esse total de cana colhida pela variável de qualidade, ou seja, as 100 t. x 150. Tem-se, portanto, 15.000 Kg de ATR correspondente à cana colhida. Supondo que o valor do ATR cotado no dia da entrega da cana da unidade processadora seja de R\$ 0,26/Kg, o cálculo será: 15.000 Kg x R\$ 0,26/Kg, resultando em R\$ 3.900,00 que é referente às 100 toneladas entregues. Obviamente que este é apenas um exemplo, já que existem outras condições que podem variar no resultado do valor remunerado, como os custos relacionados à operação de corte, carregamento e transporte, o CCT.

Caso o fornecedor tenha um contrato que preveja que a entrega da cana seja feita no próprio campo, dessa forma é a usina que deve se responsabilizar pela operação, sendo que há casos em que a própria unidade processadora realiza o procedimento, ou mesmo terceiriza a execução do serviço, colhendo a cana de suas próprias áreas como também dos fornecedores com contrato de entrega no campo. Nestes termos, o fornecedor tem descontado os custos da operação.

De acordo com entrevistas realizadas em campo, verificamos alguns exemplos de empresas especializadas na terceirização da colheita da cana, como é o caso da Aqces

---

²⁵ As informações técnicas referentes aos detalhes que envolvem as relações de produção da lavoura canavieira, bem como aos procedimentos de pagamento nos contratos de fornecimento e “parcerias” agrícolas, foram extraídas junto ao documento elaborado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (2007).

Logística e Arquitetura em Transportes, companhia que atualmente presta esse serviço junto à unidade Gaza, localizada no município de Andradina – usina pertencente à corporação Raízen. Trata-se de uma empresa atuante no ramo de commodities agrícolas, minerais, combustíveis entre outros. Exemplos de outras companhias ligadas ao segmento de logística que tem expandido sua presença especificamente nesse processo são as empresas: Expresso Nepomuceno, que presta serviço à Usina Vale do Paraná; Grupo Gafor, que atende a unidade Bonfim, localizada em Guariba e também pertencente à Raízen; JSL, prestadora da Clealco Açúcar e Álcool S.A.; Grupo Luft, atendente de outros grandes produtores canavieiros, como ETH Bionergia, Bunge, Louis Dreyfus Commodities, Santelisa Vale, entre outras.

Todavia, caso o contrato junto ao fornecedor estabeleça que a entrega da cana seja feita na esteira da usina, então é o produtor fornecedor que se responsabiliza pela colheita e entrega. Neste caso, é recorrente a composição dos denominados condomínios, que consiste na junção de diferentes fornecedores com vistas à realização da operação de CCT, realizando conjuntamente a contratação de toda mão de obra necessária, tanto para as áreas de colheita mecanizada, quanto para as áreas de corte manual. Os condomínios ainda fazem parte da estratégia dos fornecedores com vistas ao arranjo de todo maquinário específico para o trabalho de safra, a partir de uma composição conjunta de recursos, viabilizados especialmente via financiamentos bancários²⁶, e que são disponibilizados para aquisição de equipamentos, como: tratores, colhedoras mecanizadas, transbordos, caminhões etc. Isso significa alta composição orgânica de capitais manifesta na intensificação dos investimentos em capital constante, cuja efetividade se revela pela incorporação de volumes creditícios.

Concernente ao pagamento dos proprietários parceiros, esse procedimento é realizado por meio de duas formas possíveis de contratação, a destacar: a parceria por

---

²⁶ No capítulo 2 discorreremos sobre os mecanismos de financiamento, que para este caso em específico pode derivar, por exemplo, da linha FINAME. Logicamente que não só os fornecedores se utilizam desse mecanismo, mas como todos os agentes envolvidos, usinas e também empresas terceirizadas para execução do CCT.

porcentagem de produção ou a parceria por toneladas de cana. Em ambas as modalidades o índice Consecana é determinante, mas com diferenças em relação à forma de remuneração adotada para o grupo dos fornecedores. Se estes recebem o equivalente ao total de cana entregue, seja no campo, ou na esteira, os parceiros recebem o valor referente apenas a uma parte do total de cana cultivada em suas terras, o que logicamente depende da proporção estipulada previamente em contrato (CONFEDERAÇÃO, 2007).

Isto significa que se um proprietário de terras optou pela modalidade de porcentagem fixa do total de produção, quer dizer que o correspondente a “x” ton./hectares/ano-safra será convertida na forma do seu pagamento, durante o total de ciclos contratados²⁷; obviamente que de acordo com a cotação do índice Consecana definido para o dia da realização do CCT em suas terras. Considerando que o ATR é uma componente variável em função da quantidade presente no canavial, sendo sua concentração por toneladas mutável entre as diferentes áreas de monocultivo, e que, além disso, seu próprio valor correspondente é instável, sendo determinado de acordo com o resultado das vendas de açúcar e de álcool no mercado interno e externo da região de abrangência do Consecana estadual, diante todas essas condições, o que se pode afirmar é que o proprietário parceiro enquadrado nessa modalidade tem seu recebimento determinado pela qualidade da matéria prima produzida. Em outras palavras, o preço da cana colhida é variável, uma mesma tonelada de cana pode ter valores diferenciados a cada safra, o que corresponde a sua parte em ATR (CONFEDERAÇÃO, 2007).

Já a modalidade de parceria por toneladas de cana, a característica principal que observamos é a adoção do número de ATR de cana padrão, que atualmente se encontra definido em 121,96 kg/ton. de cana colhida. Nessa forma de contrato, o ATR padrão também

---

²⁷ Adotamos uma referência genérica para a definição da quantidade de ton./ha em consideração a variedade de casos, que dependem de cada usina, ou de cada fornecedor, variando também de região para região e mesmo de Estado para Estado. No capítulo 4, trataremos de exemplos específicos de parcerias, quando então poderemos falar de números exatos.

será referente a uma parte fixa do total de cana colhida nas terras do proprietário, ou seja, novamente uma quantidade definida nos termos apresentados pelos diferentes contratos. Neste modelo de contratação, o proprietário parceiro pode receber menos do que poderia, caso a concentração de ATR da cana colhida em sua área seja maior que o padrão estabelecido, assim como também pode receber a mais, caso essa mesma concentração de ATR seja menor que o mesmo padrão.

Na realidade, o que conseguimos observar nos trabalhos de campo, especialmente nas entrevistas junto a sitiantes do assentamento Fazenda Primavera e agentes fornecedores de cana, é que a maioria dos contratos firmados com proprietários de terra se enquadra como parceria, ou melhor, pelo menos toda tramitação jurídica é colocada nesses termos. Inclusive a cana plantada numa determinada propriedade “parceira” aparece como pertence ao dono da terra, tanto que no momento em que a cana é colhida e tem sua entrada na usina, aparece no nome do proprietário da terra²⁸, sendo considerada como renda da atividade rural, diretamente sujeita ao Demonstrativo da Atividade Rural, ou seja, sujeita a “apuração do resultado entre as receitas e as despesas de determinada atividade rural após o encerramento do exercício fiscal” (CONFEDERAÇÃO, 2007, p. 12). Já o que caracterizaria um arrendamento, no qual o arrendador se obrigaria a ceder o uso e gozo do imóvel rural junto ao arrendatário, ou seja, uma usina ou um fornecedor, o valor a ser recebido é considerado renda, sujeito, portanto, às alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física – IRPF. Além do mais as cifras correspondentes à definição de contratos de arrendamento são postos em valores menores que as apresentadas na parceria, exatamente como forma de incentivar a maior incorporação de terras na forma de parcerias.

Entretanto, existe uma característica na forma de pagamento das parcerias que em determinados casos pode contribuir para que o proprietário de terras afirme que

---

²⁸ Tal informação foi obtida em entrevista de campo no município de Castilho, junto a um administrador de uma empresa produtora de cana que possui contratos de parceria firmados com diversos proprietários de terra. Não citamos o nome a pedido do próprio entrevistado.

“arrendou” suas terras para cana, fato que se deve a algumas das peculiaridades contratuais. Mesmo que um determinado contrato entre produtor de cana e proprietário de terra esteja juridicamente definido como parceria agrícola, o que se observa é que o proprietário que cede suas terras nesse regime pode optar pela forma de adiantamento em dinheiro, fato que legalmente é possível de ser realizado, especialmente quando há a incorporação dos índices fixos por unidade de área, como, por exemplo, a estipulação prévia de uma safra de “x” ton./ha numa determinada região; além da adoção do número de ATR de cana padrão. Quando estão postas essas características, existem casos em que o recebimento já se inicia no mês subsequente a efetivação do contrato.

Porém, este é um formato que caracteriza um recebimento futuro, que aparece nas palavras dos sujeitos que optaram por tal forma de recebimento de fato com as mesmas características de um suposto arrendamento. Acontece que é um montante de dinheiro recebido por uma produção de safra ainda não realizada, ou seja, a nota referente ao valor recebido em adiantamento somente será gerada a partir da colheita e entrega da cana cultivada, ou seja, no final da safra que está por iniciar.

Ao analisar de forma particular como se estabelece a expansão canavieira, o que se verifica é que a lavoura voltada a suprir as demandas da agroindústria segue uma proporção entre cana de produção particular das usinas e cana produzida por fornecedores externos, sendo que a base dessa proporcionalidade pode variar entre as diversas empresas. Cabe salientar que sejam as diferentes usinas, ou mesmo os diversos produtores externos ligados às mesmas, todos realizam a produção da monocultura nessas condições, o que significa: em áreas particulares incorporadas, em áreas de arrendamento, ou ainda nessa relação que juridicamente é posta como “parceria”.

4.2. A relação entre o capital agroindustrial e os grandes proprietários de terra

Nas regiões paulistas que economicamente se destacam pela atual expansão do agronegócio canavieiro (a destacar uma vez mais as regiões administrativas de São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente), o que se verifica é o estabelecimento de uma estreita relação entre a agroindústria e os sujeitos proprietários de terras, com destaque para as unidades de grande extensão em área. Concomitante à expansão da agroindústria, o que se observa é que muitas das fazendas, que se caracterizavam como improdutivas ou que ainda apresentavam uma baixa geração de renda da terra, considerando o fato de que em maior parte apresentavam uma baixa produtividade das atividades estabelecidas, passaram a firmar contratos de arrendamento e/ou “parcerias” com o agronegócio canavieiro. Comumente verifica-se por parte dos proprietários de terra a exposição do argumento de que ao se constituírem como supostos arrendadores vislumbram enquanto possibilidade a geração de rendimentos na sua visão mais “vantajosos”.

Uma das formas de leitura desse cenário pode compreender tal processo nos termos da reprodução do caráter rentista da terra, em que esta teria como fim não a produção de alimentos, mas a especulação, intimamente condicionada às questões conjunturais que favoreçam a extração da renda fundiária (PAULINO, 1998). Essas terras, que se concentram na forma de grandes propriedades, reproduzem tal caráter, funcionando ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Funcionam, portanto, como mecanismo que visa garantir o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

A compreensão do modo pelo qual se estabeleceria esse caráter rentista se dá a partir da forma como ocorre o processo de dominação das terras, a acontecer seja pela

imobilização de capitais para sua compra, ou ainda de outra forma, por sinal muito comum no campo brasileiro, que é pela prática da grilagem.

Nos termos das categorias econômicas do capital, a primeira forma já caracterizaria uma irracionalidade, em função da necessidade de se imobilizar capital para garantir o acesso a terra por meio da sua propriedade (MARX, 1988b). A segunda forma, que é marcada pela grilagem de terras, remete ao histórico processo de ocupação que caracteriza diferentes regiões do país. Fernandes (1996) expõe em detalhes a forma como se deu a prática de grilagem de milhões de hectares de terras principalmente na região Oeste do Estado de São Paulo. O autor evidencia como esse processo resultou num histórico de conflitos sociais, marcado pela presença de movimento social em luta pela Reforma Agrária.

Considerando essas formas de apropriação, o suposto proprietário de terras na realidade toma para si a possibilidade de extrair renda, de cobrar renda seja lá de quem for produzir em suas terras – assentando-se numa lógica que caracteriza a condição de rentistas, onde esses proprietários recebem renda sem nenhum dispêndio de força de trabalho.

Nessa lógica interna da propriedade capitalista da terra, a unidade fundiária se apresentaria ela mesma na condição de capital, a espera de gerar maior renda em conjuntura considerada mais oportuna – que neste caso se materializa pela expansão do setor canavieiro. Trata-se, em aparência, de uma elevação da propriedade à condição de investimento, processo que de fato revelaria, nos termos do próprio Marx, a manifestação de uma irracionalidade imanente à propriedade privada da terra, pois o sentido de capital se refere àquilo que é resultado do dispêndio de trabalho, e terra não é fruto de trabalho, portanto não detém qualquer valor (MARX, 1988c).

Na permanência dessa compreensão teórica, vê-se que para realizar suas atividades, a agroindústria da cana ou imobiliza parte do seu capital comprando terra, para isso deverá converter parte do seu capital-dinheiro em renda capitalizada, renda antecipada,

para enfim adquirir ela sim a condição de extrair renda; ou deverá “arrendar terras” de outrem para produzir, isto é, “pagar” renda aos proprietários de terras (OLIVEIRA, 1986).

Todavia, na análise que apresentamos neste trabalho, a de se considerar as bases pelas quais a agroindústria da cana desenvolve sua expansão atual, ou seja, no âmbito da reprodução fictícia do capital em crise (KURZ, 1993; 1995). Como discutido no capítulo anterior, volumosas massas de crédito são requeridos como forma de compor os investimentos na expansão da atividade – aplicados desde a implantação de unidades processadoras, passando pelo desenvolvimento da lavoura e pelo emplacamento de projetos de reestruturação em âmbito geral.

A incorporação desses investimentos, a ser impulsionado pela própria concorrência entre as unidades processadoras, contribui para elevação da composição orgânica do capital, manifestação da automação intensiva dos processos produtivos. Todo esse processo passa a ser sustentado nos termos que Marx denominou como capital fictício (MARX, 1988b), no qual a alta composição do crédito está posta nesse processo enquanto promessa de valorização.

[...] O crédito é um compromisso de valorização futura que pode ativar processos produtivos em um dado momento. A acumulação destes compromissos ao nível do capital global alimenta uma possível crise que pode aparecer no momento em que os credores não consigam pagar o que devem, como na crise financeira de 2008, tendo que renovar suas dívidas com novos financiamentos para que isto não ocorra. A necessidade do financiamento bancário para a crescente substituição do trabalho vivo por capital constante no processo produtivo teve como consequência a crescente dificuldade em pagar os compromissos creditícios assumidos, o que fez com que a necessidade de novos financiamentos para reprodução ampliada da produção aumentasse ainda mais a dependência em relação ao capital fictício e, assim, aprofundasse a crise no processo de valorização do valor. Tal forma do capital passou a funcionar como adiantamento da realização da valorização que nunca chegará a ocorrer, o

que caracteriza um momento particular da reprodução social. O capital fictício, por isso, passa a determinar a necessidade da produção de mercadorias e do aumento da produtividade e produção destas, sendo esta inversão a característica particular deste momento. Assim, o capital fictício funciona como uma dominação social objetiva e fantasmagórica sobre a totalidade da sociedade produtora de mercadorias (PITTA, 2011, p.15).

Em virtude da necessidade de repor em circulação novas massas de investimentos, o que subentende como a disponibilização de mais dinheiro amplamente necessário no processo produtivo, verifica-se no atual momento um processo de aquecimento dos negócios imobiliários. Revela-se nesse processo a estratégia tanto de acúmulo do número de ativos imobilizados, quanto de busca por atribuir valor a esses mesmos ativos, o que se deve a efetivação de mecanismos de especulação que são baseados em supostas perspectivas de “valorização” das terras. Com a finalidade de evidenciar o aumento do preço da terra no âmbito da expansão do capital canavieiro, apresentamos a seguir gráficos referentes às regiões inseridas no contexto da expansão no Estado de São Paulo, bem como do próprio Estado, que também reflete esse cenário.

Gráfico 3: Preço médio da terra - RA de Araçatuba

Gráfico 4: Preço médio da terra - RA de São José do Rio Preto

Gráfico 5: Preço médio da terra - RA de Presidente Prudente

Gráfico 6: Preço médio da terra - Estado São Paulo

Legenda²⁹:

- Terra de cultura de primeira
- Terra de cultura de segunda

Fonte: IEA (Instituto de Economia Agrícola). Org.: Xavier, C.V.

Aos proprietários de terra, é aqui que se efetiva o momento conjuntural considerado inicialmente como *oportuno*, ou seja, de possibilidade de obtenção de ganhos *vantajosos*, cuja realização da suposta vantagem se estabeleceria pela cobrança de renda³⁰.

²⁹ Segundo a definição do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo (IEA):

Terra de cultura de primeira - são as terras potencialmente aptas para culturas anuais, perenes e outros usos, que suportam um manejo intensivo de práticas culturais, preparo de solo, etc. São de terras de produtividade média a alta, mecanizáveis, planas ou ligeiramente declivosas e os solos são profundos e bem drenados.

Terra de cultura de segunda - são as terras que apesar de serem aptas para culturas anuais, perenes e outros usos apresentam limitações bem mais sérias que a terra de cultura de primeira. Podem apresentar problemas para mecanização, devido a uma declividade mais acentuada, porém os solos são profundos, bem drenados, de boa fertilidade, podendo necessitar, às vezes, de algum corretivo. Pelas restrições apresentadas, são terras que não devem ser utilizadas com culturas anuais continuamente. Prestam-se, porém, à exploração de plantas perenes e pastagens que proporcionem proteção ao solo.

³⁰ É fundamental ressaltar que os fazendeiros que no atual momento se configuram como parceiros e/ou arrendadores do capital canavieiro, os mesmos não deixaram de desenvolver a atividade pecuária. Na realidade têm se estabelecido como produtores de gado, extensivamente em regiões localizadas no Centro Oeste e principalmente Norte do país. Para isso se utilizam dos mesmos sistemas de financiamentos.

Nesse processo, as linhas de créditos são contatadas nas regiões de origem dos fazendeiros, como no caso estudado no município de Andradina; e voltados à expansão da pecuária em outras áreas, tanto que o total de desembolsos ao agronegócio junto às agências bancárias locais em sua maioria ainda se voltam para pecuária. Sobre este processo, mais de 70% dos desembolsos registrados na agência central do Banco do Brasil de Andradina no último ano foram liberados para fazendeiros pecuaristas locais. Todavia, na região de origem esses mesmos fazendeiros não se constituem mais como pecuaristas, mas sim como parceiros e/ou arrendadores da agroindústria canavieira.

Este é um caso que se aplica, por exemplo, com relação à Fazenda Guanabara. Localizada em Andradina e antiga produtora extensiva de gado, no atual contexto de expansão canavieira a propriedade teve sua extensão "arrendada" para Usina Gaza, Raizen; todavia seu proprietário continua como pecuarista, agora na região Centro Oeste do país, como se pôde identificar no município de Cáceres, no Mato Grosso.

Nesse sentido, juntamente da expansão do monocultivo da cana, processo que caracteriza uma íntima relação com os grandes proprietários de terra, tem-se o estabelecimento de efeitos indiretos sobre outras regiões consideradas de significativa importância biológica, como no caso do incentivo ao avanço da pecuária para áreas

Mas se por um lado os proprietários de terra se apropriam da possibilidade de cobrar renda, seja lá de quem queira em suas terras produzir, por outro a agroindústria, que é quem comanda o processo produtivo, tende a forçar a apropriação desse lucro suplementar. Nesses termos, começa a se observar na relação entre o capital canavieiro e os proprietários de terras, principalmente após consolidação da presença do complexo agroindustrial, a tendência a um choque de interesses, explicável em função da própria redução dos valores finais a serem repassados pelos arrendamentos e/ou “parceiras” da agroindústria para os proprietários fundiários.

Esse aparente choque de interesses se repete no contexto da expansão da cana em diversas regiões. Segundo análise da Professora Valéria de Marcos (2008) ³¹, quando se inicia o arrendamento de terras pela agroindústria, esse processo de “arrendar terras” se estabelece a partir do pagamento de valores que suplantam o rendimento da atividade econômica que existia anteriormente (no caso em estudo a pecuária extensiva), por isso o fato de ser “vantajoso”. Posteriormente, ano a ano, as cifras correspondentes ao pagamento dos proprietários de terra sofrem reduções, isto já no momento em que o monocultivo se solidifica em seu processo de expansão.

Logicamente que essa queda de rendimento é prevista. Para isso deve se considerar que sempre na fase inaugural de um ciclo de expansão a produtividade dos canaviais tende a seguir uma elevação, fato que pode ser evidenciado inclusive nos próprios números referentes às três principais regiões que marcam a expansão canavieira no estado de São Paulo. Destacando novamente o ano de 2003 como marco inicial da atual fase expansiva, a região de Araçatuba apresentava uma média de produtividade de 82 ton./ha, atingindo pico

---

florestadas, seja do Cerrado ou inclusive da própria Amazônia (FERRAZ, 2007). Tais informações foram acessadas em consulta junto a um Gerente Jurídico do Banco do Brasil durante trabalho de campo.

³¹ Informação fornecida pela Professora Valéria de Marcos na oficina *Agroenergia e Crise de Alimentos*, atividade realiza durante a V Semana de Geografia, 2008. Evento realizado pelo Dep. de Geografia (FFLCH/USP).

90 ton./ha, entre 2007 e 2008, sendo que atualmente apresenta um patamar de 79 ton./ha. Já para região de São José do Rio Preto, confirma-se o mesmo processo para as mesmas referencias anuais, com média inicial de 78 ton./ha, auge de 87 ton./ha e nível atual de 80 ton./ha. Não diferente é o que se aplica também para a região de Presidente Prudente, na qual a média inicial era de 81 ton./ha, elevação para 84 ton./ha e média recente de 77 ton./ha³².

Considerando que o pagamento ao proprietário da terra é sempre definido com base em índices que dependem diretamente da quantidade e da qualidade da matéria-prima produzida, é possível compreender aqui o sentido posto ao aparente choque de interesses.

Pelo que constatamos durante os trabalhos de campo, naquelas regiões caracterizadas como antigas produtoras, os ciclos de produção têm se revelado maiores, o que significa que a periodicidade das renovações é mais extensa. Já nas regiões onde concentram as áreas novas, o fato dos ciclos serem menores, exige que as reformas sejam realizadas com menor intervalo de tempo – ou seja, novas inversões de capitais fazem-se necessários com maior recorrência. É óbvio que não somente o nível de investimento se reflete na extensão dos ciclos e qualidade dos canaviais, mas também a própria característica física do ambiente. Destacamos aqui os aspectos físicos e químicos dos solos, reconhecidamente de melhor qualidade em antigas regiões produtoras, como no caso em especial de Ribeirão Preto.

Em trabalho de campo no município de Castilho, pertencente à região administrativa de Araçatuba e onde se encontra instalada uma das unidades processadoras do grupo Viralcool (unidade Viralcool II), constatamos a diferenciação dos ciclos de canaviais. A empresa que por enquanto se constitui enquanto um grupo limitado (LTDA) possui mais duas usinas, ambas localizadas na região de Ribeirão Preto: a Usina Santa Inês, no município de Sertãozinho; e a unidade Viralcool I, situada no município de Pitangueiras.

---

³² Dados extraídos junto ao Banco de Dados do IEA, em agosto de 2012.

Segundo informações obtidas junto a um dos gerentes administrativos do grupo, a unidade Santa Inês apresenta uma média de ton./h superior a 100, sendo que as áreas de lavoura que atendem a usina possuem ciclos com até 9 cortes. Já na unidade Pitangueiras, a média cai para 95 ton./ha, mas com ciclos de 7 cortes em média. Por fim, na unidade de Castilho a produção por área tem girado numa média em torno de 60 ton./h, sendo que a maior parte das áreas de cultivo apresentam ciclos de 5 ou 6 cortes.

Nesse cenário poderíamos até imaginar que estivesse se caracterizando um processo de transferência de renda da terra, considerando a definição do preço da cana pelas áreas menos produtivas – que especificamente neste caso identificamos como aquelas de menor rendimento de ATR, bem como de ciclos de produção mais curtos. Mas diante a extensividade caracterizada na incorporação de novas áreas, em que prevalecem ciclos menores, o que há é uma diluição da renda, dada a necessidade constante de novas aplicações, tanto em intensidade dos níveis de investimento, para tornar as áreas de expansão minimamente produtivas; quanto pela maior recorrência das renovações, em que se repetem custos adicionais.

5. A incorporação dos sitiantes na expansão crítica da agroindústria canavieira

Neste quinto e último capítulo nos voltamos a analisar em pormenores o avanço da atividade canavieira como um processo que tende a intensificar a concentração de terras. Para usinas e fornecedores, a terra representa tanto a base para permanência de acesso individual a volumes de dinheiro creditício, quanto à busca, enquanto promessa, de superação da crise de remuneração. Internamente a essa lógica, quanto mais terras e canaviais formados, maior é a composição dos ativos das diversas empresas, bem como a possibilidade de gerar maior quantidade de matéria prima. Nesses termos, a expansão é posta pelo capital canavieiro enquanto uma necessidade inerente.

Se no momento inicial desse mais recente ciclo de expansão e modernização (entenda-se como o período compreendido entre 2003 e 2006), o capital agroindustrial estabelecia como prioridade a relação com os grandes fazendeiros, imputando uma massiva substituição de pastagens por canaviais; no atual cenário (especialmente pós-crise financeira de 2008) o que há é a incorporação acintosa de médias e também pequenas propriedades. Trata-se de um processo a se conformar a partir de uma “disputa” por novas áreas de produção entre unidades processadoras e fornecedores de cana.

Ao longo da pesquisa verificamos que a incorporação dessas áreas caracterizadas como pequenas ou médias propriedades tem se realizado tanto pelos arrendamentos e/ou “parcerias”, como também pela repetição de casos de venda de terras. Compreendemos que é exatamente nesse contexto que reside a questão central do rebatimento direto da expansão canavieira sobre a produção de alimentos, bem como da agudização da concentração de terras em regiões que se caracterizam pela expansão da lavoura de cana (TOMAZ JUNIOR, 2009).

Sendo assim, analisar principalmente a anexação de pequenas propriedades no âmbito da expansão canavieira configura nosso principal objeto de discussão neste Capítulo. Analisaremos este processo localmente, tanto no Assentamento Fazenda Primavera, como também no Bairro União.

5.1. Os sítios no contexto da expansão canavieira

Na busca de compreender a crescente conversão de pequenos sítios à lavoura canavieira, reiteramos a necessidade de considerar as condições de violência anteriormente postas – já que esses se encontravam precariamente inseridos em relações de produção pautadas seja a partir da pecuária leiteira, ou mesmo de lavouras sazonais, reveladas como suportáveis mais ou menos no limite da própria sobrevivência da unidade familiar.

Já para o capital agroindustrial canavieiro, a reafirmação de um contexto de busca por ampliação dos seus ativos decorre da mesma contradição interna, manifesta na crise de valorização do valor, onde a concentração de terras assim como a elevação do total de cana produzida está colocada como uma necessidade imperiosa. Logo se trata de um processo de expansão e incorporação de terras que também irá repetir as mesmas formas de violência nos limites dessa nova fronteira de produção monocultora – considerando o Oeste Paulista.

Momento precedente: a pecuária leiteira nos sítios

As localidades definidas para o desenvolvimento deste estudo, assentamento Fazenda Primavera e Bairro União, apresentavam como característica econômica precedente à expansão da lavoura canavieira o desenvolvimento principalmente da pecuária leiteira, além de também empreenderem em menor escala práticas agrícolas com culturas temporárias, a

destacar a lavoura de milho, de feijão, entre outras. Na realidade, em todo âmbito das pequenas e médias unidades de produção esta é a particularidade que se repete ao longo da região de abrangência, condição que igualmente pode se estender aos arrendatários de menor porte.

Na Tabela 6 podemos constatar a evolução da presença dessas atividades, considerando o intervalo de anos que compreende o mais recente ciclo de expansão e modernização da agroindústria da cana para a regional de Araçatuba.

Tabela 6:

Comparativo de atividades - RA de Araçatuba							
	Cana para corte (ha)	Milho (ha)	Feijão da Seca (ha)	Pastagem Cultivada (ha)	Gado Corte (cab.)	Gado Leiteiro (cab.)	Leite (mil l./ano)
2003	226.514	69.514	11.540	1.149.960	1.148.114	54.269	233.449
2004	239.566	61.478	5.798	1.141.821	1.094.713	44.219	227.304
2005	261.290	56.840	2.439	1.120.724	1.126.743	56.514	245.210
2006	303.705	55.176	3.796	1.084.518	1.020.658	66.064	259.744
2007	377.599	36.907	2.594	984.000	921.504	48.278	225.897
2008	472.165	38.276	2.493	823.115	829.711	71.089	210.888
2009	552.755	39.112	3.647	724.759	739.708	46.218	213.916
2010	565.440	33.728	1.448	766.857	835.252	65.514	188.337
2011	590.509	26.450	634	717.527	774.416	45.258	179.511

Fonte: IEA (Instituto de Economia Agrícola). Org.: Xavier, C.V.

De acordo com os dados do IEA, referentes ao intervalo de 2003 a 2011, pode se verificar que o rebanho de corte sofreu uma redução de aproximadamente 48,2% nesta região, de 1.149.114 para 774. 416 cabeças; fenômeno que obviamente se mostra em conexão com os casos de venda de terras, bem como o firmamento de “parcerias” e/ou arrendamentos entre a agroindústria canavieira e os grandes fazendeiros pecuaristas (processo que novamente

pode ser exemplificado com o caso da Fazenda Guanabara, localizada no município de Andradina). Esse processo é salientado nos mesmos termos se considerar o encolhimento de 60,2% das áreas de pastagens cultivadas.

Enquanto isso, a lavoura canavieira, em plena expansão, mostra uma intensidade de crescimento da ordem de 161%, isso considerando a extensão da área ocupada pelo monocultivo e que foi destinada para corte no respectivo intervalo; ou seja, não está incluso nesse demonstrativo dados referentes às novas áreas incorporadas em cada ano. Mesmo assim trata-se de uma intensidade de crescimento que expressa o salto de 264.514 para 590.509 hectares cultivados.

Já com relação às terras destinadas a lavoura de milho, essa passou por um encolhimento de 162,8%, redução que ressalta a diminuição referente à 43.064 hectares, queda de 69.514 para 26.450 hectares cultivados. Salienta-se uma vez mais que sua prática na região, em momento anterior ao ciclo de expansão da cana, tinha uma presença particular em médias e pequenas propriedades, além de também ser marcante em áreas de arrendamentos firmadas junto a fazendeiros pecuaristas; ou seja, neste caso revelava uma conexão com a necessidade de renovação das pastagens pelas culturas sazonais.

Apesar da acintosa redução, atualmente esta é uma cultura que permanece integrada à dinâmica econômica local, porém agora em especial relação com o próprio monocultivo canavieiro. Comumente sua produção é requisitada em áreas que já se encontram no limite para iniciar a renovação de canaviais, contexto em que se produz ao longo de um ano-safra uma cultura diferenciada, para então, posteriormente, reimplantar o monocultivo da cana. O milho, portanto, é uma dessas culturas que intercalam ciclos de reforma de lavoura de cana, assim como também é a soja, o sorgo, entre outras. Talvez se assente exatamente neste procedimento um dos fatores que contribuam para persistência da cultura na região, mesmo que com a evidente redução.

Outra cultura que repete um sentido de encolhimento da sua presença é o feijão da seca. Trata-se de uma atividade que da mesma forma que o milho tinha seu desenvolvimento em conexão com pequenas parcelas de produção, o que significa apontar como uma prática particular dos sitiantes e arrendadores de menor porte. Em 2003, sua área de cultivo abarcava uma extensão de 11.540 hectares, sendo que em 2011 foram computados pelo IEA o total de 634 hectares, ou seja, uma redução de aproximadamente 1.720% (dado que expressa a acintosa regressão de 10.906 hectares no decorrer deste período).

Por fim analisemos nesse intervalo o desenvolvimento da pecuária leiteira, esta que já apontamos como a principal atividade daqueles sitiantes do Bairro União e do assentamento Fazenda Primavera. A redução do gado leiteiro no período em destaque foi de 19,9%, o que em números indica uma subtração no rebanho de 9.011 animais, expressão de um encolhimento de 54.269 para 45.258 cabeças. Todavia, a repercussão disto na produção leiteira se manifestou com intensidade ainda maior, considerando uma diminuição de 30% no que tange à totalidade de leite produzido. Ou seja, se em 2011 a produção foi de 179.511 mil litros, em 2003 a cifra contabilizada chegou a 233.449 mil litros.

A pecuária leiteira na região se assenta como uma particularidade dos sítios, já que nas grandes propriedades a principal atividade era ou em alguns casos ainda é, a pecuária extensiva. Para estes é importante salientar a conexão com as invernadas constituídas há decênios (MONBEIG, 1984), ou seja, são em grande parte as mesmas fazendas cuja origem remete especialmente aos anos de 1930 e 1940.

Mesmo considerando o contexto de redução da produção leiteira, é impossível deixar de discorrer acerca de sua atual significância. O que afirmamos é que de fato ainda persiste uma dedicação a essa atividade, cuja base ao longo das três últimas décadas impreterivelmente se conecta a atuação dos movimentos sociais – destacando o MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A ação desses movimentos foi gestada no seio do ambiente de violência e tensão social vivido no campo. Desde a abertura da fronteira ao longo da “Variante”, esse cenário se estendeu ao longo dos anos e obviamente se faz marcante na atualidade. Um processo de reivindicação pelo direito de acesso à terra que passou a significar na prática uma pressão pela reforma agrária. Por isso mesmo a importância de se destacar o representativo número de projetos de assentamentos implantados e que se revelam em conexão com o processo de territorialização da luta pela terra no Brasil (BOMBARDI, 2005).

O primeiro desses assentamentos a ser criado na região foi exatamente o projeto por nós analisado, o da Fazenda Primavera. Posteriormente a este, em diversos outros municípios dezenas de assentamentos foram homologados (Tabela 7).

Tabela 7:

Assentamentos Federais administrados pelo INCRA				
Município	Assentamento	Data Criação	Área (hectares)	Famílias
Araçatuba				
Andradina	PA Fazenda Primavera	22/6/1981	9.595,10	283
	PA Timboré	23/6/1995	3.393,48	161
	PA Fazenda São Sebastião (Belo Monte)	22/4/2002	1.588,31	74
	PA Arizona	28/6/2006	635,04	46
Araçatuba	PA Hugo Silveira Herédia	11/7/2006	963,41	60
	PA Araçá	5/9/2008	1.255,28	82
	PA Chico Mendes (Aracanguá)	30/12/2008	4.283,30	182
Birigüi	PA São José I - Gleba I	9/2/1988	1.182,48	48
Brejo Alegre	Pa São José I - Gleba II	9/12/1988	48,78	2
	PA Salvador	26/7/1999	477,24	20
Castilho	PA Rio Paraná	3/9/1991	2.208,68	84
	PA Anhumas	12/12/2001	1.348,59	72
	PA Terra Livre	30/6/2003	628,32	41
	PA São Joaquim	30/6/2003	606	46
	PA Nossa Senhora Aparecida II	10/12/2004	976,45	72
	PA Celso Furtado (Três Barras)	9/12/2005	2.427,76	172
	PA Cafeeira	8/10/2007	1.959,77	122
	PA Santa Isabel	17/9/2008	1.033,48	63
	PA Aroeira	17/9/1987	873,38	40
	PA São José II	9/2/1988	877,6	39
Guaraçai	PA Nova Vila	13/1/2005	866,77	54
Ilha Solteira	PA Estrela da Ilha	25/2/2005	2.855,88	204
	PA Santa Maria da Lagoa	25/2/2005	1.210,63	75
Itapura	PA Rosely Nunes	25/2/2005	1.172,66	84
	PA Cachoeira	29/10/2007	997,08	65
	PA Zumbi dos Palmares (São Luiz)	30/12/2008	1.116,70	39
Mirandópolis	PA Primavera	27/7/2006	1.866,58	104
	PA São Lucas	21/9/2007	1.541,06	64
Murutinga do Sul	PA Orlando Molina	10/11/1998	1.511,90	75
	PA Dois Irmãos	19/12/2005	1.867,36	125
	PA Santa Cristina	17/4/2006	986,34	49
Nova Independência	PA Pousada Alegre	2/8/2005	929,72	60
Pereira Barreto	PA Esmeralda	3/12/1987	2.104,10	83
	PA Terra é Vida	7/1/2004	543,45	39
	PA Olga Benário	18/9/2008	757,57	48
Suzanápolis	PA União da Vitória	15/8/2005	2.906,31	155
Subtotal	37 assentamentos		59.596,56	3.032

Fonte: INCRA – Superintendência Regional de São Paulo (Fev. de 2011).

Recentemente, como resultado da contínua pressão exercida pelos movimentos sociais (a destacar especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST), consta a existência de mais 6 áreas ajuizadas, que, portanto, aguardam imissão de posse da terra. Na tabela 8, pode-se verificar a denominação e os municípios em que se localizam cada um desses processos.

Tabela 8:

Áreas ajuizadas aguardando imissão na posse					
Araçatuba					
Município	Imóveis	Data	Área (há)	Valor Total do Imóvel (R\$)	Capacidade estimada de famílias
Andradina	Timboré	02/07/2004	777,78	5.465.624,24	50
Castilho	Ipê	21/11/2003	978,75	4.717.093,01	61
	Pendengo	10/10/2005	4.185,77	27.203.622,78	259
Guaraçaí	Santa Luzia	16/08/2007	1.077,90	7.071.132,55	67
Itapura	Lagoão	30/06/2004	1.766,60	8.064.686,11	110
Lavínia	S. Raphael Santana	06/10/2004	735,35	3.631.031,40	46
Pereira Barreto	Santo Ivo	30/11/2004	815	4.564.117,23	51
	Faz. Santa Adélia I	11/04/2007	748,94	6.249.822,14	47
Sud Menucci	Jangada	19/11/2004	657,04	2.292.779,68	41
	Santa Maria	19/11/2004	955,15	5.651.808,58	60
SUBTOTAL	10 imóveis		12.698,28	74.911.717,72	792

Fonte: INCRA – Superintendência Regional de São Paulo (Fev. de 2011).

Segundo informações da Superintendência do INCRA em São Paulo, somente no ano de 2010 foram registradas 28 novas ocupações na região. No âmbito geral, contabilizava-se até o início de 2011 a formação de 42 acampamentos, totalizando naquele momento 2.354 famílias acampadas (Tabela 9).

Tabela 9:

Acampamentos do Estado de São Paulo		
Município	Acampamento	Famílias
Araçatuba		
	Josué de Castro	50
	União da Vitória III	57
Andradina	Macaé	68
	Floresta	34
Araçatuba	Floresta II	20
Auriflama	Paulo Freire	50
Birigüi	Chico Mendes	160
	São Bento	18
	Grupo da Paz	12
	Brejo Alegre	20
Brejo Alegre	Grupo da Reserva	6
	Margarida Alves	38
	Terra Livre II	118
	Pendengo	73
	Nova Canaã I	52
	Fenix	53
	Anhumas	31
	Santa Izabel	45
	Nova Canaã II	41
	Fazenda Ipê I	22
	Ernesto Che Guevara	130
	Sepê Tiaraju	26
Castilho	Nova Esperança	35
	José Hamilton	95
	Moinho	20
Guaraçai	Luis Moraes	50
	Riacho Doce	52
Itapura	Zumbi dos Palmares	76
Lavínia	Santana do Bacuri	23
	Recanto Alegre	68
	Terra é Vida	29
	Nova Esperança	95
	Florestan Fernandes	75
Mirandópolis	Sonho Meu	55
	Terra Prometida I	36
	Terra Prometida II	76
Murutinga do Sul	Unidos pela Terra	38
	Pérola Negra	35
Nova Independência	Nossa Senhora Aparecida	32
Pereira Barreto	Olga Benário	210
Sud Mennucci	Irmã Dorothy	100
Suzanápolis	União da Vitória	30
Subtotal	42 acampamentos	2354

Fonte: INCRA – Superintendência Regional de São Paulo (Fev. de 2011).

Pode-se afirmar, portanto, que foi principalmente a partir da constituição desses projetos de assentamentos que se estabeleceram os meios por onde ainda persiste a pecuária leiteira na região, constituindo-se na principal atividade realizada por esses sujeitos

sociais. Mesmo assim é de bom tom afirmar que o trato com o gado leiteiro não é exclusividade dos assentamentos, de fato é inegável que no interior dos bairros rurais, daqueles mesmos sítios remanescentes dos planos de colonização (MONBEIG, 1984), o fundamento da sua realização também se assenta, ou se assentava, neste trabalho.

A condução do cenário atual: venda de terras e parcerias com o capital canavieiro.

Esforçamo-nos neste momento para empreender uma reflexão sobre a forma como tem se estabelecido a produção leiteira dos sitiantes, postos também como policultores em certo nível. O intento é mostrar o modo como foi traçado o caminho teórico e empírico a fim de compreender os interstícios pelos quais tem se estabelecido a conversão dos sítios ao domínio do capital canavieiro, seja na forma da venda, como também a partir do estabelecimento de contratos de arrendamentos.

Num plano inicial, temos em mente que o complexo produtivo que caracteriza a agroindústria do leite, não diferente de qualquer outro setor agroindustrial, está colocado nos termos de uma expressão crítica de sua reprodução particular. Isso quer dizer que no âmbito da reprodução fictícia do capital em crise (KURZ, 1993; 1995), o que há é a reiteração de uma incapacidade inerente de reposição dos investimentos. Trata-se, portanto, de uma reprodução ampliada no interior da própria crise, onde se estabelece apenas enquanto aparência uma ascensão de capital acumulado.

Nos termos apresentados pelo professor Anselmo Alfredo, isso não significa dizer que exista efetivamente uma crise de produção capital, processo que se revelaria na forma de uma produção de mercadorias superior à própria capacidade de consumo a ser pulverizado na sociabilidade crítica, mas sim de uma crise de acumulação, na qual “(...) os níveis de investimentos exigidos não correspondem à remuneração possível desses mesmos

investimentos, tornando o capital financeiro o elemento determinante de sua reposição” (ALFREDO, 2008, p. 20).

Sendo assim, ao refletir acerca do processo de remuneração da agroindústria leiteira, o que se percebe é a sempre permanente tendência à estabilização dos preços a serem pagos aos produtores, condição que com o decorrer dos anos se mostra como uma diminuição em termos proporcionais. Na realidade, este cenário se caracteriza como uma orientação determinada pela própria política de preços constituída no interior da empresa que detêm o monopólio de compra do leite. O sentido deste processo é a busca para permitir a transferência da renda fundiária absoluta dos produtores para o interior da respectiva empresa. Em outros termos, a unidade processadora da matéria prima láctea procura insistentemente aumentar o repasse da massa total de renda da terra.

Sendo assim, assenta-se na busca pela transferência de renda fundiária a forma de remunerar seu próprio capital, que em crise não consegue repor seus “próprios” investimentos, já que cada vez mais se tem a necessidade de incorporação de capitais terceiros, que nada mais são do que os volumes de dinheiro creditício obtidos em linhas de financiamentos (ALFREDO, 2008). Essa transferência de renda representa nada mais que o agravamento da crise da reprodução do capital agroindustrial, mostrando a insuficiência do seu processo de acumulação gerar sua reprodução ampliada.

Internamente a essa lógica, o volume de matéria prima captada também está colocado com uma necessidade de elevação, já que o aumento da massa de renda da terra também se revela implícita nessa meta. Isso tende a manifestar a condução de uma seletividade dos produtores que atendem ao setor, fato que reafirmaria a preponderância dos fornecedores de maior porte.

Porém, se considerar que a realidade dos produtores de leite da região em estudo é formada marcadamente por pequenos sitiantes, isso tem se revelado como um impute

à constituição das associações de fornecedores. Essas são formadas por grupos de produtores que armazenam sua ordenha diária, normalmente enquadrada entre 25 e 100 litros/dia, para ser “entregue” conjuntamente. Essa armazenagem é posta em tanques de resfriamento, investimento de capital impossibilitado à maioria desses pequenos produtores.

Pode ser que ao contrário daquilo que se apresentam em sua ideia original, essas associações estejam cumprindo somente um papel de viabilizadoras da inserção crítica da produção individual dos sítios, já que são fundamentais no fornecimento da produção em um só montante ao laticínio que detêm do monopólio da compra. Decorrente, então, da própria seletividade setorial, é que a disseminação dessa forma de organização da produção é posta como um incentivo aos produtores, já que em cada coleta a empresa monopolista faz a retirada de milhares de litros em uma única operação (Fotos 9 e 10).

Foto 09: Caminhão do Laticínio Jussara, empresa que detêm o monopólio da compra do leite da associação formada por sítiantes do assentamento Pousada Alegre, município de Nova Independência, região de Araçatuba. XAVIER, C.V., 25/11/2010.

Foto 10: Tanque de resfriamento da associação dos produtores do assentamento Pousada Alegre, município de Nova Independência, região de Araçatuba. XAVIER, C.V., 25/11/2010.

No limite, pode se compreender que a participação de sitiantes em associações de produtores significaria uma forma de “melhoria”, isso obviamente se considerar a lógica interna da mediação social determinada pela abstração real da forma mercadoria, já que para aqueles que persistem numa relação individualizada há necessariamente o enfrentamento de dificuldades ainda maiores, expressas principalmente pela inexistência dos equipamentos que possibilitam o armazenamento do leite (os tanques de resfriamento), tendo assim que negociar sua produção diária com a figura de um intermediário – condição que recai numa redução ainda maior da renda da terra retida na unidade de produção. Sendo assim, a disseminação da ideia de se associar surge com o propósito de se obter acesso um montante de recursos que viabilizem a aquisição dos próprios tanques de resfriamento, o que aparentemente poderia significar a abertura de possibilidade de negociar o fornecimento da produção a um melhor preço com os diversos laticínios.

Todavia, o modo como interpretamos essa realidade é de que a produção organizada em associações tem se revelado cada vez mais não como uma escolha, mas sim como uma determinação para o caso de permanência no trabalho com a pecuária leiteira.

Trata-se do meio por onde tem se buscado constituir uma realidade mais ou menos suportável no limite da própria sobrevivência de cada família.

Na região, o atual cenário, marcado pela territorialização da agroindústria canavieira, sinaliza para uma condição de agudeza da exploração do trabalho na pecuária leiteira ainda mais intensa, em que a migração da pequena unidade de produção para a monocultivo da cana acaba tendo, para muitos daqueles que possuem o título de propriedade, a aparência de “solução” momentânea no contexto dessa mesma sociabilidade crítica.

Sustentamos essa afirmação em consideração à simultaneidade da diminuição da produtividade leiteira com o avanço da lavoura da cana. De acordo com os dados do IEA, no ano de 2003 a produtividade anual média do leite na região de Araçatuba era de 4,3 mil litros por cabeça; enquanto que em 2011 essa mesma média decaiu para 3,9 mil litros por cabeça, variação de aproximadamente 10%. Se considerar ainda o ano anterior, 2010, a média final foi de 2,8 mil litros, diminuição ainda mais acentuada, de 34%.

Deve se compreender que isto é apenas uma média, portanto, uma condição mutável entre os diversos produtores. Além disso, são variações que estão necessariamente relacionadas ao clima e à capacidade de investimentos dos diversos produtores. A considerar uma região marcada por ciclos sazonais de intensas estiagens, muitas vezes próximas de 4 meses, o que se apresenta é uma necessidade de incorporação de investimentos adicionais a cada ano-safra, especialmente para aquisição de rações industrializadas, ou mesmo para produção da cilagem, alimento que servirá ao gado no período da seca – quando a pastagem se mostra insuficiente para alimentar o gado.

Porém, o que se verifica é que nem todos os produtores sitiados possuem tal capacidade, seja para arcar com os custos adicionais de aquisição de rações, ou até mesmo para empreender a produção da cilagem. Muitas vezes, pode parecer surpreendente para aqueles que estudam tal realidade desvendarem o “motivo” de um determinado sitiado não ter

produzido este alimento de reserva. Mas simplesmente o que se apresenta é uma inexistência de condição. Aos nossos olhos isso é um aspecto determinante naquilo que tem contribuído sobremaneira para o avanço da cana nos sítios. No limite tem-se a conformação de um cenário que tem conduzido muitos dos produtores a uma necessidade crescente de endividamento. Nas palavras dos mesmos, *“tão pagando pra trabalhar”*. Em linhas gerais, este é o cenário que caracteriza a mudança dos sítios, neste caso da pecuária leiteira para a monocultivo da cana.

5.2. As unidades processadoras e as estratégias de ação

A ocorrência da venda de sítios, bem como do firmamento de contratos de arrendamentos e/ou “parcerias” agrícolas com o capital canavieiro é um processo cuja extensão passa a compreender diversas famílias que resistiram desde o contexto de formação original das localidades por nós estudadas. Como já discutido no tópico anterior, aponta-se como fator preponderante a incentivar tal conversão à necessidade, nos últimos anos, de arcar com um crescimento de dívidas – contraídas sempre em virtude dos sequenciais prejuízos no trabalho exercido, seja nas lavouras temporárias, ou principalmente na pecuária leiteira.

Entretanto, não há como deixar de apontar outros aspectos que de certo modo incentivam a transformação desses sítios, a destacar os casos de proprietários com idade avançada, bem como a falta de força de trabalho no interior das propriedades. Quanto a isto, cabe ressaltar a conexão com a intensa migração dos filhos adultos, especialmente a partir da década de 1970. A imposição de uma mobilização para o trabalho, conduzida de forma a engrossar camadas do exército industrial de reserva no mundo urbano-industrial (que se revelava, em muitos casos, como uma necessidade de busca pela própria sobrevivência, ou para outros, até mesmo como uma aparente perspectiva de enriquecimento nesse momento

passado), repercute no atual contexto como uma variável a mais no sentido do avanço da lavoura canavieira sobre essas terras.

Portanto, nosso foco neste tópico é analisar o modo como tem se efetivado a atuação das duas unidades processadoras, assim como dos seus principais fornecedores, que exercem uma presença marcante no Bairro União e no assentamento Fazenda Primavera. Trata-se das usinas Viralcool II e Ipê, localizadas nos municípios de Castilho e Nova Independência, respectivamente.

A Viralcool II, que é uma usina pertencente a um grupo originário de antiga região canavieira, Ribeirão Preto, foi a primeira companhia a instalar uma unidade processadora nas adjacências da área de estudo, isto no início do mais recente ciclo expansivo do setor. Mas a operação de moagem teve início somente no ano de 2006. De acordo com informações obtidas na própria unidade, quando da realização de uma entrevista com o gerente administrativo, a meta da companhia era empreender um processamento médio entre 3 a 3,2 milhões de toneladas por ano-safra, que é exatamente a capacidade total instalada da usina.

Naquilo que caracteriza a fase inicial da expansão, a prioridade para implantação da lavoura foi dada aos contratos de “parceria” com as grandes propriedades, no contexto de uma íntima relação entre os grandes latifundiários pecuaristas e o capital agroindustrial da cana. Atualmente, no momento em que o segmento se solidifica nessas chamadas áreas novas (com a intensificação da concorrência interunidades, bem como o cenário de baixo processamento em nível setorial), têm-se o avanço da compra de terras e estabelecimento de parcerias e/ou arrendamentos também nas pequenas unidades.

Na mesma entrevista, a informação que nos foi passada é de que somente na área correspondente ao assentamento Fazenda Primavera o grupo Viralcool anexou por meio de compra aproximadamente 40 sítios. Além desses, ainda existe uma diversidade de

contratos de parcerias tanto no mesmo assentamento, quanto em demais bairros rurais; como é caso do Bairro União. Quanto à inexistência de limites para incorporação de novas áreas, a fala do funcionário da usina revela esse momento:

Gerente Administrativo: A gente tem feito contratos de parceria de 3, de 5, de 8 de 10 alqueires, de todo tamanho. Nos primeiros anos não, era de no mínimo 100. Era uma maravilha!

Com relação à safra de 2012/13, dos 25.000 hectares controlados pela usina, aproximadamente 18.000 serão destinados ao corte. O restante corresponde às áreas de expansão, que serão incorporadas na produção a partir da safra posterior, 2013/14; e de reforma, que passam por renovação das terras para replantio. Desse total das terras, cerca de 5.000 hectares é propriedade particular do grupo Viralcool, sendo que o restante corresponde às terras de parcerias.

Esses 18.000 hectares que serão colhidos na safra 2012/13 formarão 87,5% do total de cana processada na unidade, já que 12,5% serão correspondentes aos fornecedores externos, que da mesma forma possuem terras particulares e de parceiras e/ou arrendamentos.

É importante ressaltar que, por parte da companhia, a produção que é desenvolvida no assentamento Fazenda Primavera, em sua maioria, se dá em terras agora de sua propriedade particular. Reafirma-se que no interior do assentamento a estratégia de compra dos lotes.

Foto 11: Preparação de plantio em um lote do assentamento Fazenda Primavera, terra que havia sido recém-adquirida pelo Grupo Viralcool. XAVIER, C.V., 17/05/2011.

Com relação à usina Ipê, também pertencente a um grupo formado na região de Ribeirão Preto (Grupo Pedra Agroindustrial), o início do processamento foi no ano-safra de 2008/09. As informações que obtivemos sobre a unidade, por meio de falas de fornecedores, são de que entre 60 e 70% da cana processada é de lavoura particular, ou seja, cultivadas em terras sob seu domínio, tanto adquiridas de antigos proprietários, quanto na forma de arrendamentos e/ou parcerias. O restante, obviamente, advém desses produtores canavieiros externos.

Parcerias agrícolas

Discorremos no capítulo 3 sobre as modalidades que comumente regem as firmações dos contratos de parceria para produção de cana: por porcentagem fixa do total de produção ou por adoção de índices fixos por unidade de área.

No primeiro caso quer dizer que o correspondente a “x” ton./hectares/ano-safra será convertida na forma do pagamento do proprietário da terra, durante o total de ciclos contratados.

Com relação a esta modalidade acompanhamos um caso no assentamento Fazenda Primavera, mais necessariamente na área pertencente ao Sr. conhecido como João Francisco. Trata-se de uma daquelas pessoas que compunham o grupo original dos posseiros da antiga Fazenda Primavera, posta neste momento como propriedade de J. J. Abdala. Integra o grupo das mesmas famílias que foram atraídas para região no contexto dos planos de colonização ao longo da “Variante”. Antes de se estabelecer na fazenda, na condição de agregado, isso ao final da década de 1950, passou uma “temporada”, como o mesmo diz, na “Araraquarense”, até chegar à região na *esperança* de poder conquistar a própria terra.

Possui atualmente 20 alqueires, sendo que 15 foram “arrendados” para cana. Seu contrato foi estabelecido junto a um fornecedor da Usina Ipê, que segundo o mesmo é originário da região de Ribeirão Preto. Seu contrato foi firmado em apenas 1 ciclo de produção, com previsão para 6 cortes (CCT).

João Francisco nos explica que no momento em que estava sendo firmado o contrato, o canavieiro apresentou possibilidades diferenciadas para o pagamento da parceria. O Sr. poderia optar pela contratação com entrega da cana “no campo” ou “na esteira”. No primeiro caso definiu-se que o total de 35 ton./alqueire/ano-safra seria equivalente a ser repassado na forma monetária. Isso quer dizer que ao longo de todo ciclo, em cada um dos 6 cortes, a conversão de 525 toneladas é o que tem direito de receber.

Agora, a soma monetária desse equivalente obviamente que não é fixa, depende da cotação estabelecida pelo índice que expressa o monopólio da produção canavieira, o Consecana – com suas cotações definidas periodicamente e que servem de referencia para conformação dos preços do setor. Portanto, o preço da cana colhida é definido pela variável ATR, a mesma cuja concentração em kg./ton. também é mutável. Em outras palavras, o equivalente em dinheiro que o Sr. João Francisco tem direito a receber pelas 525 toneladas depende da quantidade em Açúcares Totais Recuperável, o ATR. Canaviais mais

produtivos tem um ATR maior, obviamente. Entretanto, o cenário que está posto neste momento é de uma expansão crítica, onde se faz necessário uma sempre maior imobilização de investimentos em capital constante, dada a baixa produtividade dessas áreas novas. Reitera-se a espiral crise-expansão desse processo.

Mas caso o proprietário optasse pela contratação com entrega prevista na esteira, seu equivalente saltaria para 40 ton./alqueire/ano-safra, isto é, 600 toneladas por cada safra. Isso quer dizer que o canavieiro contratante possui um grande volume de produção, capaz de empreender o próprio CCT, ou senão compõe algum condomínio com demais fornecedores. Mas a questão é que ao optar por esse modelo, João Francisco deveria assumir uma divisão nos custos de operação da colheita. A proporção dessa divisão se dá a base de percentuais estabelecidos previamente.

Por fim, a cana produzida na unidade em questão esta prevista para entrega no campo. A definição da cifra a ser recebida ocorre sempre ao final da safra, com pagamento previsto em único montante para o mês de abril.

Sr. João Francisco, já bastante idoso, vive na propriedade somente com a esposa, Dona Isabel, e uma das filhas, funcionária da unidade escolar do próprio assentamento. Demais filhos, 6, que nasceram e cresceram nessas terras migraram para cidades maiores, alguns estão em Jundiaí e outros em Piracicaba.

Naquela tarde de conversas, expuseram que a conversão de parte das terras para o monocultivo foi quase que uma “obrigação”, dada a impossibilidade de manter as atividades precedentes, pecuária leiteira e lavouras temporárias. O apego ao lugar, os conduziram a manter 5 alqueires, que nas palavras do Sr. João, é “*só pro gasto*”.

Dona Isabel: Não, mas a gente resolveu de bota cana pode se dizer até porque foi obrigado! Porque a gente conversava assim com o pessoal, né. Perguntava se vai vende... Porque a gente que foi assim nascido e criado na roça, falar de vender é

capaz até que nós morre... Deus que me livre, é até um pecado... Porque é da terra que a gente vive, né!

João Francisco: *E eu vou falar um negócio pra você, viu... Terra não se vende, terra se compra!*

Terra, nas palavras do nosso entrevistado é o “*pé de meia*”, é o meio por onde foi possível chegar à velhice e não ficar “*pela mão dos outro*”. No entanto, o cenário que se desenha é o de um “cercamento” da unidade pela expansão do monocultivo. A crescente venda de terras, a saída dos vizinhos, a migração dos filhos, tudo isso vai conduzindo a propriedade a um contexto de isolamento.

Dizer que a tendência desta propriedade, bem como de outras unidades é a venda, seria uma afirmação sobre desdobramentos futuros, e na realidade esta nem é nossa intenção neste momento da análise. Mas de qualquer forma configura-se aqui uma questão aberta, onde se faz premente a continuidade da reflexão.

Foto 12: Limite de lotes vizinhos no assentamento Fazenda Primavera. Momento de intercalação de propriedades com cana ou que ainda prevalecem as pastagens da pecuária leiteira. XAVIER, C.V., 17/05/2011.

Já quando uma parceria é definida pela adoção de índices fixos por unidade de área, conforma-se aquela peculiaridade que aos nossos olhos contribui para que o proprietário de terras afirme que “arrendou” suas terras para cana.

Exemplificando, quando um proprietário fecha um contrato com equivalente de 35 ton./alqueire/ano-safra com ATR padrão (que é 121,96 kg/ton. de cana colhida), deve se saber que ele deverá receber o valor referente a 4.268,6 kg de ATR para cada um dos alqueires disponibilizados no contrato. Caso o contrato tenha sido fechado com a definição do preço do ATR do dia, tem-se então a conformação de um cifra fechada, que pode ser obviamente diluída na forma monetária em meses, trimestres, semestres ou mesmo por safra fechada – este é limite do que seria sua autonomia neste momento.

Na circular Nº 9/2012, divulgada pelo Conselho de Produtores de cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo³³, o preço médio para o kg. do ATR no mês de Setembro foi R\$ 0,4806. Nesses termos, se um determinado contrato fosse fechado nesta modalidade, exatamente para este mês, significa que o suposto proprietário poderia receber de forma adiantada R\$ 2051,49 para cada alqueire, ou melhor, R\$ 58,61 para cada tonelada a que tem direito.

Este é o quadro que identificamos em mais um sítio “arrendado” no assentamento Fazenda Primavera, na propriedade do Sr. João Batista. Da mesma forma que o João Francisco, ele compunha o grupo original dos posseiros, na realidade é mais um dos remanescentes. Segundo suas palavras, “*arrendei por um preço fixo, R\$ 60,00 a tonelada*”. Seu contrato foi acordado diretamente com a usina Viralcool II, mesma unidade que como indicamos no capítulo 3, desenvolve sua produção em terras particulares ou de parceria.

---

³³ CIRCULAR Nº 09/12 DATA: 28 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.canaoeste.com.br/conteudo/circulares-consecana-safra20122013>>.

Venda de sítios

Observamos que a conversão das terras, posta na forma de arrendamento e/ou parceria, expressa um meio de tentar “segurar” a propriedade. Existe na maioria dos casos uma questão de identidade com o lugar, com a terra, uma esperança por algo que significasse uma “melhoria” do vivido, que reforça uma busca pela manutenção da propriedade. No entanto, tal situação nem sempre é possível de se efetivar, processo que acaba por redundar na venda da terra.

De fato existe uma diversidade de fatores que podem, em aparência, motivar esse processo esperançoso. Mas no limite, em todos os casos vivenciados nos trabalhos de campo, o que está posto é uma condição de violência, senão explicitamente física, mas principalmente determinada na abstração real da forma mercadoria.

No Bairro União, nos debruçamos em um caso que expressa a intensidade desta realidade. Entrevistamos aquele que talvez seja o último remanescente da composição original do Bairro.

Preto Bezerra: *Eu nasci lá naquela propriedade... Nasci lá, me criei lá e tô lá até hoje ainda porque igual falei, só tô esperando desocupar a casa aqui (na “vila”, a cidade de Nova Independência). Eu vivi 54 anos ali, então passou de pai pra filho, eu tenho é um amor por aquilo ali...*

Xavier: Você é filho único ou tem mais irmãos?

Preto Bezerra: *Não, eu tenho mais 9 irmãos... Então foi assim, quando resolveu vender a propriedade eu insisti ainda, fiquei com a minha terra, com minha chacrinha, 3 alqueire. Foi isso, 3 alqueire pra cada um... Os outros logo venderam, foi embora, mas eu ainda na esperança de poder tirar um gado, ter vizinho, fui ficando. Porque eu fui criado dentro da cultura de milho, de feijão, de amendoim, de algodão... Então, eu ainda continuei com a terra. Mas infelizmente os vizinhos venderam e fiquei sem vizinho e cercado de cana! Cercado pela cana... Então, o que é que aconteceu? Eu senti que eu tava sendo expulso dali.*

Xavier: E você é o mais velho da família?

Preto Bezerra: *Não, eu sou o caçula... O que fiquei na terra!*

Xavier: Mas quando começou a entrada da cana, como foi com os outros irmãos que tinham parte, logo venderam?

Preto Bezerra: *Não, faz pouco tempo que vendeu lá... Faz 2 anos só, e a cana tá aqui com mais de 5 anos já. Então resistiram uns 3 anos ainda, mas até que chegou um momento que resolveram vender logo, mas eu ainda continuei, pelo amor que eu tenho lá... Meu pedaço de terra! Mas como todo mundo foi embora eu acabei mesmo ficando cercado.*

Mas assim, eu saí na verdade exclusivamente por causa da cana... Porque antes eu tinha vizinho, eu tinha tio, tinha primo, parente, gente que vivia tudo ali perto de mim... Saiu todo mundo, fiquei sozinho! Infelizmente chegou a um ponto que tive que sair...

Xavier: Mas assim, como é que foi a relação com a família, seus irmãos, eles falavam com você sobre o que tava acontecendo?

Preto Bezerra: *É... Muita pressão, sabe. Das minhas irmãs, dos meus irmãos. “Ah! Vai ficar aí, é perigoso...”. E infelizmente ainda aconteceu dois roubos em minha casa nesse tempo. Duas noite entraram lá! E eu lá sozinho, só eu e a esposa, não tenho filho.*

Preto era o remanescente da família “Bezerra”, migrantes que se instalaram no Bairro União no contexto do plano de colonização empreendido pela então empresa Colonizadora Moura Andrade. Como também era a família “Sobrinho”, da qual humildemente faço parte; ou ainda do Sr. Hélio Carlos Alexandre, historiador e antigo sitiante cujo alguns trabalhos citamos nesta dissertação; bem como de tantas outras que não caberia aqui descrever.

Os irmãos mais velhos do nosso entrevistado, identicamente ao ocorrido com a maioria dessas famílias, saíram da terra ao longo dos anos de 1970 e 1980, migraram para o mundo urbano industrial, constituíram suas famílias em lugares distantes do ambiente rural original. Como Preto mesmo diz, “*fui o que fiquei na terra*”.

Perguntei ao entrevistado se em algum momento “passou pela sua cabeça” a alternativa de “segurar” a terra, por meio de parceria e/ou arrendamento, que é o que em aparência caracteriza a estratégia de muitos sitiantes da região. Pois é evidente o apego pelo lugar, a terra nestes casos específicos carrega um sentido imaginário, uma noção de pertencimento por algo que diz respeito à própria história de vida dessas pessoas.

Preto Bezerra: Olha, eu realmente pensei em arrendamento, mas só que o que eu ia conseguir com o dinheiro de arrendamento não é dá um tanto nem pra pagar um aluguel aqui... É muito pouco, 3 alqueire! O que eu ia ganhar lá em 1 ano de renda não daria pra pagar 1 ano de aluguel aqui... Então a única saída minha foi vender lá e comprar uma casa aqui. Para o meu gosto eu ficava lá, morria lá, mas infelizmente não teve jeito!

Entretanto, no contexto da expansão crítica da agroindústria canavieira, o que está posto como determinação é a recriação da violência, cujo fundamento está posto na abstração real da forma mercadoria. Coloca-se, portanto, como tendência, a expulsão das pessoas, pela repetição de um processo já muito bem descrito por Bombardi (2005), ao tratar do período de expansão do monocultivo da cana no assentamento da Lei de Revisão Agrária de Jaú. Segundo a autora, a imagem que se tem desse processo “(...) é exatamente a de um círculo que aos poucos leva a um estrangulamento, vão cercando, cercando, até que finalmente, no momento de “fraqueza” – esta palavra não é fortuita – eles acabam por comprar a terra” (BOMBARDI, 2005, p. 402).

O “cercamento” das propriedades menores conduz a uma tendência de imputar a conversão das terras ao monocultivo da cana. O avanço dos canaviais se apresenta em concomitância a perda de rendimento das atividades precedentes, seja das lavouras sazonais, ou, principalmente, da pecuária leiteira; configura-se uma expansão simultânea ao tensionamento da agudeza da criticidade anteriormente posta no desenvolvimento dessas

atividades – o que caracteriza uma impossibilidade da reprodução das atividades no interior da unidade camponesa.

Obviamente que não temos condições nesta dissertação de afirmar categoricamente a relação direta da influência da cana neste processo, falta-nos parâmetros técnicos. Mesmo assim pode se apontar, enquanto hipótese, uma relação direta sim. Fizemos tal relação até mesmo em consideração às constatações dos próprios sitiantes. É o que se revela no diálogo com Preto.

Xavier: Você diz que tinha vaca, tirava leite, essa era a sua renda principal então?

Preto Bezerra: *Tinha sempre uma plantação também, né. Tinha milho... Feijão... Era bastante. Ai depois a gente passou a mexer mais com gado mesmo... Tirava mais leite, mas também sempre plantava alguma coisa. Então a gente pode dizer que nunca abandonou a agricultura.*

Xavier: E você tirou leite até quando?

Preto Bezerra: *Olha rapaz, eu tirei até... 2005, por aí. Só que como depois eu fiquei sozinho na minha propriedade pequena, aí depois eu comprava e vendia bezerro, garrote. Porque também não dava mais pra tirar leite, né. Muito pouca área... Pro leite já não dava mais. Quando chega na época da seca você tem que comprar muita ração, o que já não compensa mais. Inclusive hoje tem muita gente que já tá parando de mexer com leite. Aqui mesmo no assentamento (Pousada Alegre), muito cara já não tem uma vaca mais sequer!*

Xavier: Quando a cana começou a ser implantada aqui, você que sempre trabalhou tirando leite, chegou a perceber alguma diferença, seja no comportamento do gado, na própria produção?

Preto Bezerra: *Putá! Primeiro com ataque de mosca, é terrível! Ainda mais agora que vai começar o calor, na casa da gente, se você põe uma panela na mesa já tem que correr e cobrir... É terrível o ataque das moscas! Não dá um minuto de sossego, nem pra gente comer. O gado fica o dia inteiro até correndo... Se bate e corre. Dá dó de você ver! O animal fica estressado, então é lógico que diminui a produção, né! Se você inventa de plantar uma hortinha no fundo do quintal e não passar um montão de veneno você não come um pé de alface!*

Poderíamos neste momento até nos debruçar sobre essa questão e abrir uma nova e longa reflexão, com o propósito de fomentar a discussão acerca da utilização indiscriminada dos agrotóxicos de uso agrícola.

Sabe-se que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo, no entanto, curiosamente, se apresenta muito longe de ser o maior produtor agrícola mundial (BOMBARDI, 2011). Essa condição obviamente resulta do modelo de desenvolvimento agrícola assumido pelo país especialmente a partir da década de 1970, num cenário de modernização das atividades do campo que significou na prática a imposição da lógica industrial capitalista na agricultura – contextualizada no âmbito daquilo que se passou a chamar de “Revolução Verde” (CAMARGO, 2010).

Trata-se de um momento em que o país reitera uma suposta necessidade de abertura de *novas* fronteiras agrícolas, imputando processos acelerados de desmatamentos com vista à implantação de atividades que reafirmam a lógica de atendimento às demandas internacionais, a destacar neste processo a primazia da grande propriedade, voltada a monocultura e a pecuária.

Nestes termos, o conjunto do capital canavieiro se revela exatamente como um desses setores expoentes desse modelo, que passou a ser disseminado nesse termo, agronegócio; cujas bases se assentam na difusão do que ficou conhecido como “pacote tecnológico”, marcado pelo intenso uso de variedades modificadas dependentes da utilização de fertilizantes e agrotóxicos – processo motivado sob a lógica da alta produtividade (PIGNATI et al., 2011).

O canavieiro que inicialmente comprou as parcelas de terra dos irmãos do entrevistado (Preto Bezerra) é o mesmo que adquiriu a última parte. Trata-se de um fornecedor da usina Ipê, João Turato. Na foto 13, o que se observa é uma área de canavial exatamente pertencente ao fornecedor, no Bairro União.

Foto 13: Estrada do Bairro União. Caminho que conduzia até a propriedade do Preto Bezerra, passando de frente ao que era o sítio da família “Sobrinho”. XAVIER, C. V., 12/02/2009.

O canavieiro fornecedor

Como discutido no capítulo 3, os fornecedores que se encontram estabelecidos no monocultivo da cana desenvolvem sua produção tanto de forma individual, como também organizados em associações de produtores – incluindo aqui fornecedores, por enquanto, de diferentes tamanhos. Todavia, no que tange particularmente ao atual momento, o que se desenha é uma prevaência na atividade somente daqueles que possuem uma elevada intensidade de produção particular, contexto que de certo modo deriva da própria seletividade do segmento no cenário de crise.

Tal seleção é conduzida no interior da própria forma como a expansão crítica da atividade canvieira está posta, pela reposição continuada de empréstimos. Considerando que a intensidade dos volumes de financiamento está diretamente atrelada à quantidade de ativos dos produtores, logo somente aqueles com alta capacidade de acumular novas dívidas é

que consegue incorporar maiores volumes de capitais financeiros, dinheiro ocioso que busca se valorizar e que immanentemente é requerido no ciclo produtivo da agroindústria.

É por isso mesmo que a participação de fornecedores de cana tende a uma redução em âmbito geral, que se confirma no cenário de crise, safra após safra. Na própria usina Viralcool II a participação de fornecedores externos compreende apenas 12,5% do total de cana a ser processada na atual safra, sendo que tal proporção já atingiu patamares maiores no passado recente. Como motivo aponta-se a baixa produtividade dos fornecedores, com canaviais de qualidade inferior aos da própria usina.

Identificamos como um exemplo de grande fornecedor a figura conhecida como João Turato, exatamente o mesmo fazendeiro que comprou a propriedade que pertencia à família de Preto Bezerra, no Bairro União. Na realidade, a identificação de “bairro” se encontra apenas no nome, bem como no imaginário de um tempo passado, pois na realidade o que era o “bairro” acaba de tornar-se um imenso canavial, sendo a figura de João Turato um dos expoentes desse processo recente de concentração fundiária.

Fornecedor de cana da usina Ipê, João Turato é originário de Viradouro, região canavieira de Ribeirão Preto. Engenheiro de formação foi funcionário do Grupo Viralcool por 17 anos e atualmente além de produtor de cana também ocupa o cargo de Gerente Industrial da unidade processadora Da Mata S/A – Açúcar e Álcool, localizada no município de Valparaíso, também região de Araçatuba.

Constituiu-se como produtor fornecedor há 8 anos, exatamente no momento em que se intensificava a expansão da agroindústria da cana na região. Segundo sua fala, no atual momento possui uma extensão de lavoura capaz de produzir 40 mil toneladas por ano-safra, tendo como estimativa uma intensificação na incorporação de novas áreas que lhe possibilite uma colheita futura de 100 mil toneladas.

Com relação e essa alavancagem da capacidade individual de produção, o que se pôde constatar pelos trabalhos de campo é que aqueles fornecedores que não são associados, caso de João Turato, e que desenvolvem uma produção individual superior a 100 mil toneladas de cana por ano-safra, teriam supostamente condições de emplacar o próprio CCT, ou seja, teriam condições de firmar contratos de fornecimento com a entrega da cana prevista na esteira da usina. Já os fornecedores com produção abaixo disso normalmente possuem contratos com entrega em campo.

João Turato: Porque aí eu já vou ter uma estrutura montada para o CCT e uma parte dela que serve para o plantio. Por exemplo, colhedora serve para o plantio, tratores, reboque, serve para o plantio. Então, como eu continuo sempre plantando e renovando canaviais, então eu vou ter que ter plantio mecanizado, porque plantio manual tá muito difícil.

Xavier: Mas por qual motivo você diz isso?

João Turato: Mão de obra... Você tem que tá registrando, mesmo pra fazer plantio de 15 a 30 dias, enfim, tem que tá montando toda uma estrutura... E o plantio mecanizado, não. Já substitui tudo isso.

Reitera-se nesse processo aquilo que acabamos de dizer, que é a sinalização para uma tendência de maior seletividade dos fornecedores, ou seja, somente aqueles com capacidade de empreender maior volume de produção é que tendem a permanecer no setor. Quando o fornecedor fala em “*ter uma estrutura montada para o CCT*”, significa ter um volume em ativos que lhe possibilite empreender uma modernização sobre o moderno, substituindo trabalho vivo por trabalho morto.

Com a seletividade do segmento, as usinas priorizam a relação com grandes produtores. Nesse contexto criam-se meios, condições de estender aquilo que já se verifica como terceirização da lavoura. É o caso no nosso entrevistado, em que parte dos “seus” canaviais na realidade são áreas arrendadas e/ou de parceria da própria Usina Ipê. A empresa

estabelece a relação com o proprietário da terra, mas quem desenvolve a lavoura é o fornecedor. Enfim, são diversas as combinações de relações com vistas à produção da lavoura da cana.

João Turato: *É arrendada pela Usina Ipê e ela “subarrenda” pra mim... É dela com o proprietário da terra e eu com ela. Eu vou lá, faço o plantio e os tratos culturais; mas o CCT é dela.*

Xavier: Mas você também tem arrendamentos?

João Turato: *Tenho, tenho! Com sitiante, fazendeiro, tenho também!*

Xavier: Mas qual a vantagem desse tipo de relação, desse “subarrendamento”?

João Turato: *A vantagem de eu “subarrendo” é que eu tenho um crédito a juros baixos com eles, entendeu! Eu tenho uma ajuda financeira por parte da usina pra eu poder plantar nessas terras... E quando eu pego direto a única opção é banco; ou sei lá, aí eu me viro, dou meu jeito!*

A usina que também se utiliza dos instrumentos do Estado para captar recurso, ao mesmo tempo possui seus próprios mecanismos de atração de volumes fictícios de dinheiro, que se encontram na forma de investidores do sistema financeiro. Como necessidade interna, conformam-se montantes que também devem ser repassados aos “subarrendatários”, identicamente em novos financiamentos, condição que se aplica ao caso analisado, o fornecedor da usina Ipê.

Xavier: E quanto a essas formas de financiamento, você já acessou algum mecanismo de Estado?

João Turato: *Já... Tenho financiamento do BNDES, do FINAME... Essa frota minha de trator aí é tudo FINAME. É que hoje o volume de dinheiro pra se fazer o plantio de cana é muito alto. Em média se gasta de 5 a 6 mil reais pra plantar um hectare apenas. Isso até a cana tá plantada e tratada pra começar a produzir. Tem que ter financiamento!*

Xavier: E a parte dos tratos culturais, é você que tem que arcar com isso, também?

João Turato: *Sim, também... Eu que tenho que arcar. Mas aí eu já compro nas cooperativas, no Crédito Rural, entendeu? Toda essa parte de tratos culturais, adubo e veneno, herbicida, eu compro no crédito rural, juros de 6.75, com um ano o prazo... E é assim! Parte de maquinário, FINAME; tratos culturais, veneno, essa parte, Crédito Rural; plantio, BNDES...*

A maior quantidade de financiamento está diretamente atrelada à quantidade de ativo dos produtores, sejam fornecedores ou usineiros. Sendo assim, o setor canavieiro escancara a irrelevância do tamanho de propriedades a serem incorporadas. A questão que se coloca é a da busca pela continuidade da incorporação de novas áreas; reafirma-se a extensividade pelo aumento das áreas de produção canavieira, tudo isso que configuraria uma promessa de solução para crise de acumulação. Novas dívidas dependem da perpetuação dessa lógica, da reposição sempre crescente de maiores volumes de dinheiro creditício, aprofundando contraditoriamente o mesmo cenário de crise de valorização do valor.

Considerações finais

Diante do cenário imane de crise de valorização real do capital global (KURZ, 2012), reitera-se na figura do Estado a posição de salvador máximo da economia. No atual momento, seja no centro, ou especialmente na periferia do sistema capitalista, seguidamente verifica-se a proposição de políticas estatais que refletem a procura de fôlego para o emplaceamento de ações desenvolvimentistas, que se materializam em programas de retomada de crescimento, bem como demais pacotes de ajustamento fiscal.

De certo modo isso poderia até contribuir para um convencimento de que o Estado, com sua suposta “força”, em nada mais teria de relação interna com “o sistema financeiro descontrolado e o caráter deficitário da chamada economia real” (KURZ, 2012, p. 3). Nesses termos, poderia se ter uma falsa noção de que o Estado estaria retomando as “rédeas”, tranquilizando o mundo com medidas econômicas identificadas como prudentes, no limite do que caracterizaria a austeridade.

Um meio para compreender esse processo é de que o Estado sempre afirmou seu nex com o sistema financeiro, e no atual contexto não é diferente. Tomando como exemplo o caso brasileiro, ou melhor, todas as ações de cunho desenvolvimentista empreendidas no decorrer processo histórico recente, estas sempre foram postas com o objetivo de empregar volumes de dinheiro creditício em ações, programas que resultassem numa aparente capacidade de empreender ciclos modernizantes da economia. Nestas, teve-se a sempre permanente recolocação de perspectivas superadoras de crises manifestas periodicamente, redundando num mito em torno do desenvolvimento econômico, já que na realidade o que existiu e existe é a reafirmação de uma modernização retardatária, dada a contínua condição de atraso em relação ao centro do sistema.

O que se viu, por exemplo, na criação do Proálcool foi exatamente essa condição: a importação de volumes fictícios de dinheiro a serem aplicados em um imenso programa de modernização sobre o moderno (PITTA, 2011); programa que obviamente resultou num imenso “fracasso” em termos econômicos, dada a crise de dívidas insolváveis. Posteriormente, já no contexto do neoliberalismo, a desregulamentação do setor canavieiro nem de longe significou a “ausência” do Estado; ao contrário, suas ações estavam implícitas no estabelecimento de condições estruturantes que garantissem ao capital canavieiro a intensificação da sua inserção no comércio mundializado – recaindo numa continuidade da expansão do setor especialmente no Centro-Sul.

Aliás, o neoliberalismo, ao contrário do que possa parecer,

[...] sempre foi na verdade um programa estatalmente induzido; e fora a própria classe política que através de medidas administrativas tinha posto em marcha aquela abrangente desregulamentação e privatização neoliberal, os chamados radicalismo de mercado e imperialismo da economia, atualmente deplorados por todos” (KURZ, 2012, p. 2).

Este contexto é caracterizado, portanto, pelo emplotamento de mecanismos em que o Estado visava gerar níveis de acumulação para enfim poder retomar sua suposta capacidade de investimento. No Brasil, o *Plano Brady* (BATISTA JUNIOR; RANGEL, 1995) representa exatamente um dos pontos centrais que motivaram o imputo da acumulação estatal, momento em que se estabelecem os meios que resultaram na internalização e avolumamento das dívidas.

Compreende-se como pressuposto neste momento a busca por proporcionar condições favoráveis de permanência de acesso aos mercados financeiros, ou seja, de obtenção continuada de volumes de dinheiro creditício. A atração de capitais “ociosos”, que buscavam valorização, foi o meio por onde se estabeleceram as bases para o avanço do principal ramo exportador brasileiro, o agronegócio.

Portanto, o alargamento da capacidade efetiva do Estado realizar investimentos contribuiu de maneira fundamental para emplacar no início dos anos 2000 o mais recente ciclo de expansão da agroindústria canavieira. Tendo a mediação especialmente do BNDES, o Estado reafirmou o papel central de fomentador de novos empréstimos, não somente aos diferentes segmentos do agronegócio, mas a todos os diversos setores da economia, incluídos aí até mesmo o próprio consumo da sociedade como um todo – dívidas que ao final de 2010 totalizavam aproximadamente R\$ 1,73 trilhões (MENDONÇA; PITTA; XAVIER, 2012).

Essa imensa capacidade de financiar investimentos contribuiu inclusive para sustentar uma perspectiva de superação da crise pelo Brasil, manifesta em nível global a partir de agosto de 2008. Para o governo “Lula” deste momento esta crise seria facilmente “superada”, ou incapaz de romper a aparência da capacidade real de crescimento da economia nacional.

Todavia, o agronegócio continua a afirmar a necessidade de novos aportes financeiros, que a bem da verdade se estende como uma requerência de toda sociedade mediada pela forma mercadoria. Diante disso, prontamente o Estado perpetua seus mecanismos de acumulação fictícia, processo que se converte no lançamento seguido de novos “pacotes” de estímulo à economia. O último desses diz respeito ao lançamento entre R\$ 20 bilhões e R\$ 25 bilhões de um empréstimo do Tesouro Nacional ao BNDES, processo que revela o sempre contínuo alargamento da dívida pública brasileira. Trata-se de um repasse referente à “segunda parcela do empréstimo total de R\$ 45 bilhões anunciado em abril entre as medidas do Plano Brasil Maior de estímulo à indústria” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2012).

No que tange ao capital canavieiro, especificamente, a reivindicação pela intensificação dos mecanismos de financiamento apresenta conexão com o momento de prejuízo do setor. Estima-se que entre 40 a 60% das usinas e destilarias possuem dívidas

acumuladas cujo total supera o montante de ativos. Se considerar que uma parte desses ativos se encontra imobilizado (prédios, máquinas, implementos, terra, etc.), e que outra parte é composta por volumes desse mesmo dinheiro fictício, verifica-se o escancaramento da contradição interna da valorização do valor.

Mesmo assim o setor continua seu processo de avanço para novas áreas, reafirmando a espiral de crise e expansão. Indicamos ao longo da dissertação que no decorrer desse processo criticamente expansivo a concentração de terras pela incorporação de propriedades de todas as dimensões é a condição imperiosa na permanência desta lógica – a agroindústria da cana busca incorporar sobrelucro via renda da terra, nesse sentido busca intensificar para si a concentração fundiária. Mas a manutenção da produção no setor somente se realiza pela existência permanente de empréstimos; a considerar os patamares de produção definidos no interior do segmento, isso necessariamente faz requerer cada vez maiores volumes de “(...) capital ocioso que busca se valorizar, determinando, nesta busca, uma exploração de trabalho futuro, e, contraditoriamente, um aprofundamento sempre crescente da própria crise” (PITTA, 2011, p. 16).

Sendo assim, o que está posto para nós neste momento é saber qual o limite da capacidade efetiva de endividamento do Estado? Essa é uma questão para a qual não temos resposta, pois o que conseguimos ver é apenas algumas das implicações desse contínuo processo de expansão do capital no campo, em que o pressionamento sobre terras camponesas, bem como a concentração fundiária, se revelam como algumas das principais manifestações deste contraditório processo.

Bibliografia

AFONSO, J. R. *Tesouro se Transformou no maior banco do país*. **O Estado de São Paulo**, Caderno Econômico, 29 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://m.estadao.com.br/noticias/impreso,tesouro-se-transformou-no-maior-banco-do-pais,765399.htm>>. Acesso em 05 de jul. de 2012.

ALEXANDRE, H. C.; PEREIRA, R. **Nova Independência e sua História**. Edição dos Autores, 2012. (mimeo)

ALEXANDRE, H. C. **Posseiros da Fazenda Primavera**: Uma História de Lutas e Resistência na Região de Andradina – SP. 2011. 66 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

ALFREDO, A. *Modernização e Reprodução Crítica*. Agroindústria do Leite e Contradições do Processo de Acumulação. In: **Geousp**, n. 24, DG-FFLCH-USP, 2008, p. 63-108.

_____. *Modernização e Fronteira a Cisão Campo-Cidade do Oeste Paulista: Divisão Social do Trabalho numa Modernização Periférica*. In: **Encontro Internacional Pierre Monbeig**. Departamento de Geografia da FFLCH/USP, CD-ROM, São Paulo, 2009, 22 p.

_____. **Crise Imanente, Abstração Espacial, Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica**. Edição do autor, 2010 (mimeo).

ALVES, F. *Por que morrem os cortadores de cana?* **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, nº 3, p. 90-98, 2006.

_____. *Mecanização do Corte de Cana Crua e Políticas Públicas Compensatórias*: indo direto ao ponto. **Ruris**, Campinas, v. 03, n. 01, p. 37-50, mar. 2009.

AZEVEDO, J.R.N.; THOMAZ JR., A.; OLIVEIRA, A.M.S. *A (re) organização o capital agroindustrial canavieiro. O caso do Oeste Paulista*. In: **Geografia em Atos**. Presidente Prudente: n.8, v.1, 2008.

BACCARIN, J. G. **Boletim** – *Ocupação formal no setor sucroalcooleiro em São Paulo. Jaboticabal, UNESP, 2009-2011, números 1-21*. Disponível em: <fcav.unesp.br/baccarin>. Acesso em: jun. 2012.

BATISTA JUNIOR, P. N.; RANGEL, A. S. *O Brasil no plano Brady*. **Indicadores Econômicos FEE**, São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/872/1151>>. Acesso em: 15 set. 2012.

BOECHAT, C. A. **Região do Colonato**: Mobilização do Trabalho e autonomização do Capital na área de Olímpia (1857 – 1964) do Oeste Paulista. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

BOMBARDI, L. M. *A intoxicação por agrotóxicos no Brasil e a violação dos direitos humanos*. **Direitos humanos no Brasil 2011**: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. *O avanço dos agrocombustíveis no estado de São Paulo e suas implicações territoriais*. In: **IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária - V Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Niterói - RJ. Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária - V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2009, p. 1-21.

_____. *Campesinato, Luta de Classes e Reforma Agrária: A Lei de Revião Agrária em São Paulo*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BOMBARDI, L. M.; XAVIER, C. V.; BELLACOSA, J. *Alimentos x Combustíveis: A Internacionalização do Capital na Agricultura*. In: **Anais do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária – VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Ed. Açaí (CD ROM). Belém, 2011.

BRASIL. Banco do Brasil. Agronegócio. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/home29,8623,8623,1,0,1,1.bb>>. Acesso em 05 set. 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Disponível em <<http://www.incra.gov.br/portal>>.

BRAY, S. C. **As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil**. In: Sílvio Carlos Bray, Enéas Rente Ferreira e Davi Guilherme Gaspar Ruas. Marília: Unesp-Marília Publicações, 2000.

BRITO, A. *BNDES libera R\$ 5,2 bilhões para usinas de cana neste ano*. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo: 19 nov. 2008.

_____. *BP Biofuels compra três usinas de álcool no Brasil*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 abr. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/887769-bp-compra-tres-usinas-de-alcool-no-pais.shtml>>. Acesso em: 26 ago. 2011.

CAMARGO, P. **Organização produtiva e socioterritorial da agroecologia – o MST e sua Cooperativa Agropecuária Vitória, Paranacity-PR**. 2010. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CANASAT-INPE. **Mapeamento de cana via imagens de satélite de observação da Terra**. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/mapdsr>>. Acesso em: 03 ago. 2012.

IEA - Instituto de Economia Agrícola. Secretária da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. **Banco de Dados**. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/menu.php>>.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento de safra brasileira:** cana-de-açúcar, terceiro levantamento, dezembro/2011 - Companhia Nacional de Abastecimento. Brasília: Conab, 2011.

CONFEDERAÇÃO da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Cana-de-açúcar: orientações para o setor canavieiro.** Ambiental, fundiário e contratos. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Brasília: CNA/SENAR, 2007. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Cana-de-acucar_orientacoes_para_o_setor_canavieiro_000fipw96tk02wyiv80z4s4733kvhu6q.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2011.

COSAN. Disponível em: <http://www.cosan.com.br/cosan2009/web/arquivos/2010_08_25-JVA%20Cosan_pt.pdf>. Acesso: 09 jun. 2011.

FERNANDES, B.M. **MST: formação e territorialização em São Paulo.** São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

FERRAZ, M.. **O cerrado e a cana: convivência possível?** In: **Ciência Hoje on-line.** Rio de Janeiro, 29 mar. 2007. Disponível em: < <http://cienciahoje.uol.com.br/68529> >. Acesso em: 19 jun. 2008.

HERNANDES, T. **Estudo sobre processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil – estrutura de mercado.** Projeto de Cooperação Técnica “Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural sustentável” (PCT IICA/MDA – NEAD), Brasília, NEAD, 2009.

KURZ, R. **O Colapso da Modernização. Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial.** Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

_____. *A ascensão do dinheiro aos céus.* **Revista Krisis**, n. 16-17, 1995. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>>. Acesso em: maio 2008.

_____. *Não há Leviatã que vos salve*. Tese para uma teoria crítica do Estado. **Revista Krisis**, 2012. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz309.htm>>. Acesso em: set. 2008.

LEAL, H. M. Q. *O grupo cosan em questão: formação, expansão e reprodução do capital canavieiro no interior Paulista*. In: **SIMPÓSIO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, 01, 2008, Rio Claro. Anais. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – Unesp/Rio Claro, 2008, p. 21.

LEITE, A. C. G. *A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador bóia-fria em suas condições regionais de mobilização do trabalho*. São Paulo, 2010. 337 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

MAGOSSI, E. *Petrobrás e São Martinho terão a maior usina de etanol do mundo*. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 ago. 2011. Disponível em: <<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastrados/noticias/2011/8/18/petrobras-e-sao-martinho-terao-a-maior-usina-de-etanol-do-mundo>>. Acesso: 26 ago. 2011.

MARCOS, V. de. *Agroenergia e crise de alimentos*. In: **V Semana de Geografia da USP**. São Paulo. Oficina "Agroenergia e crise de alimentos" ministrada durante a V Semana de Geografia da USP, no dia 27 set. 2008.

MARTINS, J. S. *O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*. In: **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, nº 8, v.1, Mai. de 1996, p. 25-70.

MICHELETTO, S. R. A. *Forjar da terra o milagre do pão: assentamento Timboré – Andradina/SP*. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MARX, K. **O Capital** – *Crítica da Economia Política*. Livro I, tomo I (volume I). São Paulo, Abril Cultural, 1988a. (Série “Os Economistas”).

_____. **O Capital** – *Crítica da Economia Política*. Livro III, tomo I (volume IV). São Paulo, Abril Cultural, 1988b. (Série “Os Economistas”).

_____. **O Capital** – *Crítica da Economia Política*. Livro III, tomo II (volume V). São Paulo, Abril Cultural, 1988c. (Série “Os Economistas”).

MENDONÇA, L. M.; PITTA, F. T. **O Etanol e a reprodução do capital em crise**. Edição dos autores, 2012 (mimeo).

MENDONÇA, L. M.; PITTA, F. T.; XAVIER, C. V. *A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial*. **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatorioagrocombustiveis2012.pdf>>.

MILANEZ, A. Y.; BARROS, N. R.; FAVERET FILHO, P. S. C. *O perfil do apoio do BNDES ao setor sucroalcooleiro*. In: **BNDES setorial**; Rio de Janeiro, nº 28, p. 3-36, Set de 2008. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2801.pdf>.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.

MOREIRA, C. Limite de venda de terras a estrangeiro barrou entrada de US\$ 15 bi no País. **Agência Estado**. São Paulo, 18 abr. 2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/neg%C3%B3cios,limite-de-venda-de-terras-a-estrangeiro-barrou-entrada-de-us-15-bi-no-pais,63309,0.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

OLIVEIRA, A. M. S.; THOMAZ JÚNIOR, A. *Os “novos” referenciais tecnológicos e ambientais na agroindústria canavieira e os reflexos para o capital e para o trabalho*. In: **IV FÓRUM DE CIÊNCIAS**. Departamento de Geografia da FCT/Unesp, CD-ROM, Presidente Prudente, 2003. 5p.

OLIVEIRA, A. M. S. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. 2009. 615f. Tese (Doutorado em

Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

OLIVEIRA, A. U. de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. **Agrária**, São Paulo, n. 12, p. 3-113, 2010.

_____. *Etanol, o novo mito do agronegócio*. In: **Jornal Sem Terra**. São Paulo, edição: Abr. 08, 2007.

_____. *Agricultura brasileira: transformações recentes*. In: ROSS, J. L. S. (Org.), **Geografia do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. *Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil*. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 02, n. 21, 2003.

_____. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais conflitos e Reforma Agraria*. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

_____. **A Geografia das lutas no campo**. 6ª edição. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. “O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80”. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº66, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1988

OLIVEIRA, V. R. **Projeto de Assentamento Primavera**. Andradina: 2002. Convênio USP-ITESP, 19 p., 27 Jan. 2002. Entrevista concedida à Sílvia Ferreira, Simone Rezende e Suzana Ribeiro.

PAULINO, E. T. *Concentração e ociosidade de terras: rentismo à brasileira*. In: **Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1998, p. 344-345.

PIGNATI, W. et al. *O agronegócio e os impactos dos agrotóxicos na saúde e ambiente: produtividade ou caso grave de saúde pública?* **Direitos humanos no Brasil 2011: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PINTO, M. J. A. **Investimentos diretos estrangeiros no setor sucroenergético**. 174 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração em Organizações) – Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

PITTA, F. T. **Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise**. 2011. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RAÍZEN. Disponível em: <<http://www.raizen.com.br/pdfs/apresentacao.pdf>>. Acesso: 09 jun. 2011.

RAMOS, P. *O Uso de mão-de-obra na lavoura canavieira: da legislação (agrária) do Estado Novo ao trabalho super-explorado na atualidade*”. In: **Anais II Seminário de História do Açúcar: Trabalho População e Cotidiano**. Itu, SP, 11-15 novembro de 2007. São Paulo, Editora do Museu Paulista da USP, 2007.

REGO, M. T. R. **O Proálcool na região de Araçatuba: o doce fiel do binômio cana-boi**. 1990. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

SÃO PAULO (Estado). Secretária da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola (IEA). Banco de Dados. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/menu.php>>.

SERAFIN, Waldir. **Dívida Interna: perigo à vista**. “Só Notícias”, 11 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www.sonoticias.com.br/opiniaio/2/100677/divida-interna-perigo-a-vista>>. Acesso em: 05 de jul. de 2012.

SIQUEIRA, C. *Usinas vendem cana-de-açúcar e deixam de moer*. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 mai. 2012. Economia. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,usinas-vendem-cana-de-acucar-e-deixam-de-moer-,875651,0.htm>>. Acesso: 02 out. 2012.

STEFANO, F. O comprador de usinas. **Revista Exame**, 19 out. 2007.

TESOURO LIBERA R\$ 20 BI PARA O BNDES E DÍVIDA PÚBLICA CRESCE. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 out. 2012. Economia. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=impresso,tesouro-libera-r-20-bi-para-o--bndes-e-divida...htm>. Acesso: 10 out. 2012.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos**. 2009. 499 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

_____. **Por trás dos canaviais: os nós da cana**. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2002.

_____. **A Territorialização do Monopólio: as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal**. São Paulo, 1988. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia Humana). - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

XAVIER, C.V. *A expansão da agroindústria sucroalcooleira na região de Andradina e a crise da reprodução do capital*. In: **Revista ABG – Seção Três Lagoas**. Três Lagoas: n.11, v.01, ano 7, mai. de 2010, p. 55-80. Disponível em: <http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/sumario/sumario_v11.htm>.

XAVIER, C. V.; PITTA, F. T.; MENDONÇA, L. M. *Monopólio da produção de etanol no Brasil: a fusão Cosan-Shell*. **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo, 2011.

XAVIER, C.E.O.; ZILIO, L.B.; SONODA, D.Y.; MARQUES, P.V. **Custos de produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol no Brasil: safra 2008/2009**. Piracicaba: Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas/Departamento de Economia, Administração e Sociologia. 2009. 79 p.